

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Cássia Mazeti Rossi

**FAMÍLIAS INCORPORADAS À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ESTUDO DAS REPERCUSSÕES DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO
CONTINUADA - BPC EM SUAS VIDAS**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Cássia Mazeti Rossi

**FAMÍLIAS INCORPORADAS À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ESTUDO DAS REPERCUSSÕES DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO
CONTINUADA - BPC EM SUAS VIDAS**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Marta Silva Campos.

**SÃO PAULO
2013**

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus-Pai, em quem eu creio!

Penso que nenhum caminhar é solitário. A vida sem amigos para mim não teria sentido, por isso agradeço a todos os amigos (as) que de alguma forma me ajudaram para que esse projeto profissional se realizasse. E eu sei que não foram poucos. Citar todos seria inviável, trago-os em meu coração.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- pela oportunidade a mim concedida.

Quero agradecer a minha querida amiga Claudia Mussolini, amiga que eu escolhi para ser irmã e que tenho a honra de ter por perto.

Agradeço de modo especial à amiga, não menos querida: Márcia Eurico, pessoa que acreditou em mim no momento que eu mais precisava. Muito obrigada!

À amiga Ilka Soares, amiga certa, das horas incertas. Muito obrigada!

À Sandra Paulino, pois, gentilmente aceitou participar do processo final do mestrado, compondo a Banca Examinadora. Obrigada sempre!

À querida Flávia Pires, com quem tive o prazer de aprender muito.

Agradecer a minha família é redundante, mas de modo especial agradeço ao Giovanni, meu companheiro e parceiro na vida. Gi, você foi muito importante! E aos meus filhos: Lucas e Marianna, que sem dúvida alguma é por quem me esforço nesta vida, para passar bons exemplos e dizer que vale a pena viver.

À prima Letizia Nuzzo que confiou em mim e muito me ajudou no momento em que precisei. Obrigada, de coração!

Às professoras da PUC-SP: Bader Sawaia, Carmelita Yazbek, Malu (Maria Lúcia Carvalho), Prof^a Martinelli, Marilda Iamamoto. Aprendi muito com vocês. Muito Obrigada! De modo especial agradeço à professora Maria Lúcia Rodrigues, com quem pude desabafar minhas angústias e que generosamente participou da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa. Muito obrigada!

Agradeço às contribuições da Dra Ana Rojas, na Banca de Qualificação.

Finalizando, agradeço profundamente à minha professora e orientadora: Prof^a Dr^a Marta Silva Campos, pela pessoa generosa, inteligente e, sobretudo transgressora. Foi um prazer ter aprendido tanto com você. Muito obrigada!

RESUMO

ROSSI, Cássia Mazeti. **Famílias incorporadas à Política Nacional de Assistência Social:** estudo das repercussões do Benefício de Prestação Continuada - BPC em suas vidas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as repercussões e significados expressivos na vida de três famílias que estão inseridas no Programa de Transferência Direta de Renda: Benefício de Prestação Continuada: BPC. O principal mote de análise foi observar as sensações vivenciadas pelas famílias dos beneficiários após inclusão e recebimento do recurso em espécie. Com a realização de um estudo qualitativo, em torno das três famílias escolhidas para a pesquisa, foi possível identificar os aspectos por elas entendidos como importantes na concessão do benefício, também foram analisados seus modos de entender e utilizar tal valor, prioridades no uso e as repercussões positivas por elas observadas no cotidiano. A subjetividade foi amplamente trabalhada e analisada nessa dissertação, segundo as expectativas e percepções dos entrevistados. Os sujeitos da pesquisa foram familiares que também exercem a função de cuidador do membro da família que tem o perfil de beneficiário do BPC, sendo que a escuta se constitui de forma a privilegiar a fala dos entrevistados. No tocante aos resultados obtidos, foram relevantes os dados colhidos no que tange às mudanças ocorridas após o recebimento e quais providências essas famílias adotaram como prioridade no uso, estando em primeira instância a satisfação das necessidades básicas, de forma especial a segurança alimentar, no sentido de não faltar a comida no cotidiano. Duas, entre os três entrevistados, perceberam melhoras significativas em suas vidas, tanto do ponto de vista material, quanto no da subjetividade das relações familiares. Apenas, um dos entrevistados, referiu não ter percebido mudanças significativas. Enfim, o presente trabalho teve sua importância por pesquisar a vida de três famílias beneficiárias do Programa BPC, que estão inseridas na Assistência Social como Política Pública, se demonstrando importante para compor a Proteção Social no País. Ainda que o acesso não seja totalmente universalizado, o programa trouxe nos casos estudados, garantia da melhora da vida desses usuários.

Palavras-chave: Família, Proteção Social, Benefício de Prestação Continuada: BPC, Assistência Social.

ABSTRACT

ROSSI, Cássia Mazeti. **Families incorporated to the Brazilian Social Assistance Policy:** a study on the repercussions of the continued benefit (BPC) in their lives. Dissertation (Master in Social Service), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

This present job has the aim of analyzing the repercussions and expressive significations in the life of three families that are introduced in the *Straight Transference of Income Program: The Continued Installment Benefit: CIB*. The main subject of analysis was to observe the feelings lived by the beneficiaries families after been included and receiving financial resource. With the realization of a qualitative study about the three chosen families for the research, it was able to recognize the aspects understood by them as important in the benefit concession. Their ways of understanding the use of such value, as well as the use of priorities and positives repercussions in the everyday life were also analyzed. According to the interwiers' expectations and perceptions, the subjectivity in this dissertation was extensively worked and analyzed. The subjects of this research were extended families that also realize the function of caring the family member which has the profile of the CIB beneficiary; so that it was elaborated in order to prioritize the speech of the interviewers. Concerning to the obtained results, it was relevant the achieved information regarding to the occurred modifications pos-receiving and which providences these families adopted, like, the priority in use and in the first instance, the satisfaction of the basic necessities, avoiding the lack of food in the everyday life. Two, among the three interviewed, noticed significant improvements in their lives in the material point of view, as well as in the subjectivity of family relations. Only, one of the interviewers, mentioned not having noticed significant modifications. Finally, this task showed its importance for having to research the life of three beneficiaries families from the CIB Program, which is introduced in the Social Assistance like Public Politics, proving being important to compose the Social Protection in the country. Even though the access isn't all over the world, the program brought in the studied cases, assurance of improvement in the life of these families.

Keywords: Family, Social Protection, Continued Installment, Benefit: CIB, Social Assistance.

LISTA DE SIGLAS

- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CBIA** - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
- CLT** - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- DC** - Desenvolvimento de Comunidade
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSS** - Instituto Nacional de Seguro Social
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência
- LOAS** - Lei Orgânica de Assistência Social
- LOPS** - Lei Orgânica da Previdência Social
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNAS** - Política Nacional de Assistência Social
- PSD** - Partido Social Democrático
- PT** - Partido dos Trabalhadores
- PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
- PTR** - Programas de Transferência de Renda
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SESI** - Serviço Social da Indústria
- SUAS** - Sistema Único de assistência Social
- TCU** - Tribunal de Contas da União
- UNICEF** - The United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A FAMÍLIA BRASILEIRA: ENTRE MUTAÇÕES E TRADIÇÕES	21
1.1 INTRODUÇÃO À CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA.....	21
1.2 AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS DA FAMÍLIA.....	24
1.3 A SUBJETIVIDADE COMO ELEMENTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	29
1.4 FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA CONTEMPORANEIDADE: TÊM DIREITOS?.....	37
1.5 MULHER, ONDE ESTÁS? TRAÇANDO LINHAS SOBRE O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	46
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	55
2.1 DO CONCEITO DE DIREITOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	55
2.2 DO ASSISTENCIALISMO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	60
2.2.1 A Constituição Federal de 1988 e a Assistência Social: novos parâmetros para a Proteção Social no Brasil	69
2.2.2 Após 1988 no Brasil a cidadania é resgatada?	74
2.2.3 O BPC - Benefício de Prestação Continuada como possibilidade de alterar rotas de pobreza	77
2.3 SÉCULO XXI: NOVOS RUMOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL E PARA FAMÍLIA BRASILEIRA NO BRASIL.....	80
CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO	86
3.1 METODOLOGIA PARA ESCOLHA DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	90
3.2 A EFETIVAÇÃO DA PESQUISA.....	94
3.3 CONHECENDO MELHOR CADA CASO ESTUDADO: RELATOS DA PESQUISA DE ACORDO COM OS CAMPOS DE ANÁLISE DEFINIDOS.....	96
3.4 ANÁLISE GERAL: UNINDO OS CAMPOS PESQUISADOS.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

Ao pensar na sociedade contemporânea e suas contradições, tendo no sistema capitalista de produção, aquele que vêm predominando no mundo desde séculos anteriores e como consequência elevou a massificação da pobreza e a desigualdade social em patamares que deslocam para a vida privada, no âmbito das famílias, necessidades outras, tal como a própria proteção, para que estas possam continuar a sua trajetória.

Desta forma, no debate atual, deve haver espaço para a discussão da necessidade de colocarmos a proteção social como eixo fundante, inerente à vida do ser humano em sociedade.

Ao percorrermos a história da humanidade observamos que a realização da proteção mútua está presente desde tempos remotos, já que o homem tem necessidade de relacionar-se e viver em grupos.

A importância do tema, tratado, é expressiva e de grande relevância para mim, pois estudo e tento entender a temática “família”, na dinâmica pública e privada, há mais de dez anos. Nesse contexto, tenho refletido sobre a importância da “Proteção Social” no caminhar das famílias brasileiras.

A família é o *locus* para a preservação da vida humana na dimensão biopsicossocial. Nesse ambiente encontramos apoio, socialização e vivência, na perspectiva razão/emoção, permitindo e possibilitando a proteção dos seus membros.

O tema “Proteção Social” está presente nas relações sociais, principalmente em momentos atuais, pois, se não tivermos o devido cuidado com o outro, a desigualdade social permanece. A proteção faz parte do contexto da vida em sociedade, já que dependemos dela para a preservação da espécie humana, evitando assim a sua extinção.

Desta forma, saber como se desenvolve a Proteção Social na contemporaneidade e, assim, reconhecer a importância de Transferência Direta de Renda para uma transformação na vida dos membros das famílias brasileiras em vulnerabilidade social tornou-se um objetivo pessoal e que considero de relevante contribuição para outras reflexões acerca da temática.

Esta dissertação é resultado da pesquisa realizada a respeito das repercussões ocorridas na vida de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), de modo especial três famílias da periferia Leste da cidade de São Paulo.

Este tema interessa-me, particularmente, no sentido de compreender os direitos sociais dos cidadãos brasileiros, juntamente com as transformações ocorridas em suas trajetórias sócio-históricas, carentes em suas necessidades básicas, bem como a subjetividade inserida na forma de conviver e de prosseguir as caminhadas em busca de concretização desses ideais e garantir a preservação.

Como fundamento desta pesquisa, busco compreender os direitos sociais brasileiros, sob a perspectiva histórica da evolução de sua garantia, com início na década de 1930, mais especificamente com a Constituição Federal de 1934, até a atual, promulgada em 1988.

De modo especial, analiso a evolução da Assistência Social como Política Pública de Proteção Social, que se institui dentro do tripé da Seguridade Social a partir de 1988, com a nova Carta, chamada pelo Deputado Ulisses Guimarães de Constituição Cidadã¹. Prescreve ela, a necessidade de que, no Brasil, se efetive concretamente a Proteção Social e com isso possa ocorrer a ampliação da justiça social.

Retrato o cenário da sociedade brasileira, desde o período varguista, com a ampliação dos centros urbanos e do capitalismo industrial, quando eclodem as revoltas dos operários brasileiros e a questão social vem à tona, exigindo melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido as famílias são frontalmente afetadas por níveis subumanos na vivência intrafamiliar e em sociedade.

Falar da história das famílias brasileiras foi a forma encontrada para retratar a desigualdade social que está presente na sociedade capitalista e que, desde muitas décadas, nos assombra como fantasmas, influenciando o modo de vida em sociedade.

¹ Cidadã: termo alusivo à cidadania que, como descreve Marlene Bueno Zola em sua tese de doutorado é “um conceito sócio-histórico, com significados variados conforme seu tempo e espaço, desde os primórdios são embasados nos direitos e deveres regulados dentro de uma coletividade”. E Zola (2011) cita Marshall (1967): “A base conceitual, presente no novo pacto social brasileiro, expressa as três dimensões clássicas de cidadania: a civil, a política e a social”.

A realidade brasileira é analisada, no que tange à dificuldade de concretização dos direitos sociais, em especial, no período compreendido entre década de 1950 até o final dos anos da década de 1970, em que a Assistência Social é tratada no patamar de benevolência e caridade.

A década de 1950 deixou para os brasileiros um marco no que diz respeito ao desenvolvimento do país. Assumiu a presidência em 1956, Juscelino Kubitschek, presidente que realizou seu governo com uma política desenvolvimentista, pretendendo um crescimento de 50 anos em 5, constituindo-se essa meta na principal marca do governo JK.

O desenvolvimento foi realizado, entretanto deixou como herança uma alta conta para os cofres públicos e uma extensa dívida externa. Nesse sentido, com o Desenvolvimentismo² fazendo parte da realidade brasileira, é importado o modelo de Desenvolvimento de Comunidade (DC) e muitos profissionais da área social, em especial o assistente social, são chamados a contribuir em trabalhos comunitários para o crescimento do Brasil. É importante momento por que passa o Brasil e também o povo brasileiro.

Na década de 1960, com o Desenvolvimentismo fazendo parte do pensamento e do ideário dos estadistas brasileiros, assume o presidente Jânio Quadros, tendo como seu vice João Goulart.

Jânio permanece no poder por apenas sete meses e renuncia em 25 de agosto de 1961, pois não consegue manter-se já que realizou seu mandato de forma individualista, não atendendo aos comandos do partido que o ajudou a eleger-se.

Assume seu vice, João Goulart, presidente com perfil populista, de cunho democrático, simpatizante do socialismo e voltado para as necessidades da população. Durante todo seu governo, foi observado pelos militares, e, em 1º de abril de 1964, ocorre a tomada de poder por parte dos militares brasileiros. Com o Golpe de 64 e a destituição de João Goulart do mandato presidencial.

² Desenvolvimentismo: foi o estímulo ao planejamento, ao desenvolvimento da comunidade e à renovação das equipes técnicas e dos quadros dos profissionais da área social. Deve ser visualizado como integrante da ampla estratégia com a qual os países desenvolvidos -e especialmente os Estados Unidos- procuravam criar as condições (políticas, administrativas e culturais), mais propícias para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e o mercado latino-americano sob a hegemonia financeira. (CASTRO, 2010)

Dessa forma, a década de 1970 chega ao Brasil com a marca da autocracia burguesa³ que sequer de longe conseguiria imaginar as mudanças sociais que seriam gestadas naquela década.

Nesse período o regime ditatorial enfrentava problemas para a manutenção da sua legitimação, devido a uma crise econômica que se aprofundava causando enorme descontentamento popular.

Com a Ditadura Militar, impõe-se ao Brasil um período de mais de vinte anos em que as forças democráticas são forçosamente esgarçadas e sobrepostas por outra força de direita, com o forte amparo dos Estados Unidos da América para sua consolidação e permanência.

O regime ditatorial no Brasil foi o mais longo, se comparado com as outras ditaduras impostas na América Latina. Com ele, ocorre o cerceamento da liberdade do cidadão brasileiro em todas as suas expressões.

Os níveis de pobreza aumentam demasiadamente e por mais de duas décadas, o sofrimento e o descaso por parte do governo se instala sobre todos os brasileiros; lembrando que aquela ditadura servia ao grande capital, ficando de fora todo o restante da pirâmide social brasileira; deixando a população em péssimas condições socioeconômicas de sobrevivência.

A década de 1980, foi marcada por ser o momento de transição para a democracia e que, como sabemos, deu-se de forma fragmentada, já que neste período, ocorreu a abertura ao sistema democrático que realizou-se através do processo constituinte.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, com o intuito de garantir para o povo brasileiro liberdade, igualdade e justiça social, porém na área social, a perspectiva não era favorável, não sendo dispensada a ela a atenção merecida, ou seja, ficando relegada a segundo plano, com os governos que assumiram após a promulgação da Carta Constitucional não validando tal prerrogativa.

De acordo com a tendência mundial (na qual a cultura norte-americana se insere de forma mais hegemônica) defende-se a lógica do mercado, a retração dos investimentos sociais, e defende uma cultura que estimula o repasse da

³ Conceito formulado por Florestan Fernandes acerca do regime ditatorial vivido no Brasil, a partir do Golpe de abril de 1964: “o capitalismo dependente se concretiza através de expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes”. (LIMOEIRO-CARDOSO, 2001:05)

responsabilidade pelas novas expressões da questão social para a sociedade, o que traz consequências diretas e danosas para o Sistema de Proteção Social. (OLIVEIRA, 2003)

Cristaliza-se, portanto, a noção de que a Assistência Social se constitui em ação compensatória de desigualdades, destinada apenas a neutralizar os riscos que os indivíduos em vulnerabilidade social extrema podem trazer às liberdades individuais e à concorrência privada. Afinal o mercado deve ser capaz de atendê-los, pois esta tarefa não é exclusiva do poder estatal. (OLIVEIRA, 2003)

Nasce neste contexto, a ideia de um Estado Mínimo, ou como sugere Carvalho (1999, *apud* OLIVEIRA, 2003), um “*Welfare Dualizado*, no qual o mercado cuida daqueles com poder de compra e deixa os mais vulneráveis sob a responsabilidade das instituições locais”.

As famílias brasileiras de baixa renda sofrem o impacto das mudanças ocorridas na sociedade: desemprego estrutural, precarização do trabalho, aumento considerável da mulher no mercado de trabalho que colidem com os novos arranjos familiares, exigindo adaptações para adquirir sustentabilidade como grupo primário adaptando-se a novos contornos.

Dessa forma, entendo que este trabalho terá como marco fundante a repercussão sobre a vida das famílias em vulnerabilidade social após a vigência da Constituição Federal que trouxe em seu bojo a proteção social.

No primeiro capítulo abordo as mudanças ocorridas na sociedade e que impactam sobre as famílias, mais especificamente as brasileiras que se encontram em extrema vulnerabilidade, com uma análise de suas vidas com o reflexo de uma economia que privilegia o capital em detrimento do social.

A posição da mulher frente ao comando das famílias terá destaque, enfatizando-se a sobrecarga da figura feminina, já que esta, ao sair para o mercado de trabalho, continua a ter o papel de cuidadora do lar, submetendo-se ao alto preço que lhe é cobrado, o que lhe confere uma situação de refém de um sistema que privilegia os papéis masculinos em detrimento dos femininos. Basta percorrer a já avançada discussão da “feminilização da pobreza” e os resultados atuais dos censos nacionais sobre a situação da mulher sozinha, com responsabilidades familiares. (BRASIL, 2004)

As famílias, em qualquer formato, permanecem numa situação de extrema pobreza e à margem da sociedade, sequer têm satisfeitas suas necessidades básicas. A desproteção e a forma com que as famílias encontram para continuarem vivendo em conjunto com seus membros será retratado, necessitando encontrar subterfúgios para legitimar e manter-se.

A repercussão na satisfação de suas necessidades, além de terem as expectativas realizadas, é meu foco, pois entendo que a falta de recursos financeiros traz consigo outras faltas de possibilidades incorporadas, tais como: falta de moradia, de educação adequada, saúde, trabalho etc. E, de modo subjetivo, a sensação de inferioridade, do não pertencimento, da impotência e a fragilidade nas relações, entre outras.

A desigualdade social é fruto do desamparo vivido no cotidiano dos cidadãos e com tamanhas dificuldades econômicas ocorre maior fragilidade nos relacionamentos das famílias em vulnerabilidade social no Brasil.

É perfeitamente compreensível que ao serem amparadas e conseguindo receber os benefícios governamentais, terão possibilidade de melhorar esta condição de restrições. Essa é minha hipótese inicial. Nela acredito!

É neste viés que entro com minha hipótese, pois ao serem protegidas pelo Estado conseguirão dar conta de proteger seus membros e modificar situações de exclusão social e terão reconhecidas suas autonomia e independência.

No segundo capítulo, trago a evolução da Assistência Social enquanto Política Pública, mas que ganha este *status* somente no final do século passado, período marcado por intensa desigualdade social.

A história da Assistência Social, não é diferente das demais políticas sociais no Brasil com o sério agravamento de que ela esteve amplamente ligada ao favorecimento, assistencialismo, apadrinhamento, que configurou um padrão arcaico de relação, caracterizando como não “política”; conforme relatam as autoras Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2010).

Caracteriza inclusive sua pouca ou nenhuma efetividade ao longo de sua trajetória que permitiram a perpetuação da pobreza e o aprofundamento dos graus de miséria para os proletários brasileiros desde a década de 1920, com a piora do quadro da desigualdade social durante a Ditadura Militar, pois ocorreu o aumento generalizado da pobreza no Brasil (NETTO, 2009).

Os movimentos sociais, revitalizados pelo enfraquecimento do regime militar vigente, passaram a assumir o protagonismo de um amplo processo reivindicatório de democratização da política brasileira.

A população, engajada e fortalecida nos objetivos, articulou-se de forma a mobilizar as forças populares na busca do direito universal à saúde, à assistência social, educação, trabalho, entre outros.

O rebatimento do posicionamento de governos que visualizam o econômico e não o social irá colidir frontalmente com as famílias e o modo como conseguem sobreviver, bem como, a forma como será exercida sua proteção. Estes aspectos terão destaque neste capítulo.

É relevante lembrarmos que, se o sistema democrático é consolidado no Brasil, o mesmo não acontece com as Políticas Sociais concretamente. O caminhar nesse sentido foi lento, pois, mudados os formatos governamentais, nem por isso alterou-se a agenda social brasileira.

A Assistência Social é incorporada ao rol das necessidades básicas do povo brasileiro pela Constituição Federal de 1988, caminhando o Brasil, rumo à igualdade social e garantia soberana dos direitos do cidadão.

Nesse sentido foi criada em 07 de dezembro de 1993 a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, assumindo o propósito de verdadeiramente efetivar os direitos determinados pela Constituição Federal.

Nesta dissertação de mestrado, voltei meu olhar à compreensão dos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda, de modo especial, o BPC- Benefício de Prestação Continuada - que se caracteriza como benefício que deve assegurar o direito à alimentação adequada, bem como promover segurança alimentar, proteção à família, ao idoso, à maternidade, à infância e ao adolescente, garantindo a diminuição da pobreza (BRASIL, 2004).

Este benefício está prescrito na LOAS, que através do SUAS- Sistema Único de assistência Social vem efetivar esta lei no tocante a assegurar a sua aplicação.

Importante avanço foi realizado, sendo a primeira vez que se promulga uma lei específica para garantir Assistência Social à massa de trabalhadores e de seus familiares que permanecem à margem da sociedade, no subemprego, emprego informal ou no desemprego, pois sabemos que o sistema capitalista não consegue dar conta de todo o contingente de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. É sabido que no Brasil, a economia não é de pleno emprego.

Com o pouco tempo de vida do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com a ampla discussão acerca de sua efetividade enquanto metodologia eficaz de garantia da Seguridade Social; entendo ser necessário, um estudo que ajude a compreender a complexidade dessa forma de organização administrativa, política, social e econômica de efetivação dos direitos sociais, especificamente a Assistência Social⁴.

Nesse estudo, foi avaliada a importância do eixo estruturante da PNAS- Política Nacional de Assistência Social: Matricialidade Sociofamiliar⁵, para compreendermos o significado da capacidade protetora⁶ da família, após a concretização da Assistência Social como Política Social.

Pensar em Proteção Social na Assistência Social, enquanto Política Pública de garantia de direitos remete-nos à necessidade de dar condições para o cidadão brasileiro, bem como às suas famílias, de prevenção de riscos sociais, respeito aos direitos humanos e mínima exposição à vulnerabilidade social com que se defronta a população empobrecida no Brasil.

Entendo ser este o momento para a realização de um estudo minucioso sobre a temática, tendo por objetivo estudar três casos específicos para aprofundar-me e analisar as repercussões, inclusive subjetivas, após tornarem-se os sujeitos beneficiários de programas de transferência de renda.

Se a sociedade busca formas de efetuar proteção desde os primórdios, tentaremos entender porque a desproteção persiste e faz parte do dia a dia das famílias brasileiras.

No terceiro capítulo, apresento os resultados da pesquisa de campo realizada numa abordagem qualitativa através da análise de entrevistas com três sujeitos escolhidos (beneficiários do BPC e suas famílias). Tratou-se de entrevistas

⁴ O SUAS é incorporado à LOAS, tornando-se parte desta Lei em julho de 2011. A mudança é vista como avanço, pois, “além de tornar a assistência social política pública de Estado, o SUAS- Sistema Único de Assistência Social - contempla ações coordenadas pelo MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, como as mudanças do critério de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o conceito de proteção social básica e especial, a definição das unidades públicas de prestação dos serviços socioassistenciais”. (SOARES, 28/07/2009)

⁵ De acordo com a PNAS de 2004, quanto ao conceito de Matricialidade Sociofamiliar, entenda-se: a família independentemente do formato que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades de vida comunitária (p.41). Para ampliar o conhecimento do sentido desta concepção sugerimos a cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome.

⁶ O termo “protetora” tem sido substituído pelo termo “protetivo” na bibliografia ligada à Política de Assistência Social, este último não dicionarizado, mas, usado por algumas autoras, entre elas, a professora Aldaíza Sposati.

semiestruturadas, fundamentadas, dentro do caminho metodológico percorrido no sentido da verificação de hipóteses previamente formuladas, possibilitadas pelo acompanhamento de famílias beneficiárias do sistema de proteção social brasileiro. Esse sistema foi focalizado especificamente através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mais especificamente o BPC- Benefício de Prestação Continuada, criados sob a égide da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, que deve garantir os mínimos sociais para que vínculos familiares sejam fortalecidos.

Se de fato acontece o apoio governamental suficiente no atendimento à população necessitada nos vários aspectos exigidos para sobrevivência, como penso, ocorre de forma a levá-las a melhorar concretamente suas condições de vida? As marcas da subjetividade presentes nas entrevistas foram elementos de grande aprofundamento deste estudo, constituindo-se em importante objetivo de análise.

Dessa forma, foram verificadas as repercussões ocorridas na vida dos membros das famílias pesquisadas em função da inclusão no atendimento feito pela Política Nacional de Assistência Social, enquanto Política Pública, possibilitando validar a ambição desta pesquisa, que é justamente a de entender que, quando são dadas efetivas condições para as famílias, elas provavelmente responderão com proteção e cuidados em relação aos seus membros.

As falas dos sujeitos de minha pesquisa colaboraram - e muito - na realização deste capítulo em que busquei trazer além do contexto e conteúdo das entrevistas, o posicionamento de cada entrevistado.

Entendermos as repercussões dos benefícios no cotidiano dessas famílias e que mudanças significativas ocorrem no modo como os seus membros levam suas vidas é o primeiro foco.

Entendo, pois, que o Sistema de Proteção Social, deve repercutir positivamente na vida das pessoas, com o desafio, portanto, de colaborar na alteração da rota da pobreza no Brasil.

Neste sentido, entendo que as famílias brasileiras em vulnerabilidade social que não vislumbravam uma melhor situação socioeconômica, passaram a vivenciar essa possibilidade de forma diferenciada, após sua inclusão no Sistema de Proteção Social, quando este se efetiva concretamente com subsídios que as ajudem no enfrentamento das vulnerabilidades a que estão expostas.

Desta forma, podem ressignificar seus próprios conceitos acerca do modo em que vivem, pois, conseguem meios de reverter a forma de miserabilidade em que se encontram; miserabilidade entendida em contexto mais amplo, além do econômico, ampliado para a falta de possibilidades de inclusão social ou quebra de paradigmas pré-estabelecidos pelo formato do sistema econômico excludente, que impossibilita o protagonismo em suas vidas, de modo especial, o posicionamento favorável nas dimensões de sua sociabilidade.

Entende-se, então, que é dada às famílias a possibilidade de quebrar situações de exclusão em função da pobreza, sendo que a população terá acesso aos direitos sociais garantidos através da atual Constituição Federal, com a proteção que lhes é devida.

Este trabalho de pesquisa torna-se relevante no tocante à importância da análise detalhada das condições em que vivem os beneficiários dos programas governamentais de repasse de renda. A intenção é fazer uma avaliação elucidativa de como vivem as pessoas após recebimento do benefício e de quais são as transformações significativas pelas quais passaram ao lado das melhorias visualizadas por elas em suas vidas, tanto no sentido econômico como social e afetivo.

A proposta de pesquisar a trajetória familiar antes e durante o recebimento dos repasses em espécie pelo Governo Federal, em conjunto com outras instâncias governamentais, é a forma de medirmos se estes fatores causaram, de fato, transformações positivas na vida das pessoas e se os vínculos delas se estreitam, ocorrendo enfim, mudanças importantes nas dimensões objetiva e subjetiva.

Para analisar este processo, usamos a ideia de “empoderamento”.

Acreditamos que o empoderamento⁷ - termo que aparece na década de 1960, ainda com dificuldade de fontes bibliográficas conceituais suficientes, e como tradução da palavra inglesa *empowerment*, com o sentido do fortalecimento do sujeito coletivo, conforme informam Horochovsk e Meirelles (2007), se concretiza no momento em que condições mais dignas de vida passam a fazer parte da rotina no dia a dia.

⁷ De acordo com Horochovsk e Meirelles (2007), este termo é usado numa perspectiva emancipatória. Empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale para os sujeitos ter “o poder de agenda” nos temas que afetam suas vidas.

Ou seja, colocando em outros termos, os autores remetem o início do uso de tal termo, quando do fortalecimento do sujeito coletivo. Portanto, é expressivo demonstrar que o termo ora utilizado deve remeter à ideia no sentido acima citado, e que ao receber condições concretas de vida e de amparo nas vicissitudes ocorrerá potencialização nas pessoas para mudar a forma como têm vivido suas vidas, com a possibilidade de alterarem a rota da desigualdade e da exclusão pelas quais passam.

Ao final do trabalho apresento, de forma concisa, a discussão dos aspectos relevantes observados durante a realização da pesquisa, enfatizando principalmente o que diz respeito à efetivação da proteção sobre as famílias em vulnerabilidade social, e sua repercussão.

Tais considerações poderão servir de suporte a novos estudos, visto que a temática é atual e, portanto, merecedora de reavaliações que possibilitem verificar a eficácia do Sistema de Proteção Social como Política Pública.

Consistiu também em objetivo deste trabalho, buscar entender qual a prioridade na utilização dos recursos repassados aos beneficiários dos Programas Governamentais e quais as repercussões sentidas por eles em suas vidas cotidianas, além de analisar a rede de apoio das famílias entrevistadas.

É importante salientar que não é pretensão deste trabalho exaurir o tema e sim, servir como elemento provocador de análise das formas como são repassadas as contribuições governamentais.

Pois, segundo a própria PNAS (BRASIL, 2004:59), “a Assistência Social tem por objetivo a erradicação da fome no Brasil, bem como diminuir a desigualdade social”, que permeia a sociedade brasileira desde tempos remotos!

CAPÍTULO I – A FAMÍLIA BRASILEIRA: ENTRE MUTAÇÕES E TRADIÇÕES

“A história esconde o segredo do presente.”

Otávio Ianni

1.1 INTRODUÇÃO À CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA

Começo aqui a buscar fontes bibliográficas que possam subsidiar a compreensão dos modelos de famílias, através de sua história e geografia. Assumo para tal uma perspectiva de análise que nos leve a situar o formato da família brasileira, tendo como referência diferentes espaços e tempos.

Para iniciar chamo a atenção para o que nos diz Saraceno (1997:11) ao falar da definição do termo família:

Cobre uma variedade de experiências e relações [...]. Não se trata apenas de uma imprecisão terminológica. É antes um eficaz indicador da complexidade de relações e dimensões implicadas no espaço da família: dos vínculos e dos diversos limites que o articulam, que exigem ser separados e determinados, mas também tematizados.

Nesta complexidade acredito que o caminho teórico a ser seguido passa pelo reconhecimento da importância da concepção da família como formulada por Parsons na década de 1950, a partir da generalização da situação dos Estados Unidos da América-EUA à época.

A base da família apresentada aqui é a chamada nuclear, definida como aquela em que os papéis são bem estabelecidos, sendo o pai/marido o provedor, que sai para o mercado de trabalho para ganhar o sustento do grupo familiar, e cabendo à esposa/mãe o papel de responsável pelas atividades domésticas, ou seja, àquela que trabalhando dentro do lar, dá subsídios ao pai/marido oportunidade de desempenhar profissionalmente em trabalho remunerado. Ela se torna a cuidadora do lar.

O objetivo, naquele momento, era formular um padrão de família que se pudesse adotar como norma para a sociedade. Esse tipo de família se tornaria

funcional à retomada e desenvolvimento da economia cobrindo necessidades econômicas e sociais, mediante garantia da produção e do consumo na fase fordista do capitalismo. (CAMPOS, TEIXEIRA, 2010)

Parsons critica a família extensa – aquela que inclui o domicílio e convivência em comum da parentela – julgando-a atrasada e em extinção como retrógrada. Uma família pequena garantiria maior mobilidade da mão de obra, necessária à expansão capitalista no espaço dos seus membros.

Deve-se observar, que dessa forma se mantém a condição desfavorável frente ao trabalho remunerado, destinada à mulher, que, desde os primórdios, já vinha assumindo uma posição subalterna na sociedade.

Abre-se espaço para que esta condição perversa continue tendo lugar privilegiado na sociedade, que busca a mudança.

Assim relata Zola (2011), analisando a sociedade norte-americana dos anos de 1950, apreendendo a família como uma unidade residencial, que atenua a relação com a extensa, sem, entretanto, eliminá-la. A maior independência da família conjugal e a diminuição da importância das unidades de parentesco são atribuídas, segundo a autora, à autonomia econômica e à “transferência de uma variedade de funções da família a outras estruturas da sociedade” (PARSONS, 1980:49, *apud* ZOLA, 2011).

A relação com a parentela sofre demasiado impacto e as relações com a família estendida diminuem, facilitando a solidariedade econômica com objetivo aglutinador dos membros da família nuclear: assim, busca-se agrupar os recursos financeiros por vezes administrados pela mulher da família. (SARACENO, NALDINI, 2003:246, *apud* ZOLA, 2011)

Esta mutação faz parte da tendência conceituada como “individualização”, que se constitui nas transformações pelas quais passam as famílias após a introdução da industrialização, “com seu início em seu processo de nuclearização e depois em seus avanços na atualidade” (BECK, 2010, NOGUEIRA, 2008, SINGLY, 2007, LASCH, 1999 *apud* ZOLA, 2011).

Zola (2011) comenta que o termo individualização, tem maior amplitude e base afetivo-relacional, exercendo, portanto, grande peso sobre as famílias, tanto no sentido privado, ou seja, nas relações intra-familiares como no sentido público: da família nuclear em relação à estendida.

Esta autora também deixa evidente que esta é um núcleo de preservação e proteção de seus membros (SARACENO, NALDINI, 2003:246 *apud* ZOLA, 2011):

A Industrialização, apesar de favorecer a individualização do núcleo familiar, mantém a solidariedade econômica como forte elemento aglutinador. As divisões de despesa, de alojamento, de preparo de alimento coletivo, de soma de rendimentos, de cuidados familiares é o que possibilita a sobrevivência.

É necessário lembrar, ao mesmo tempo, que antes da década de 1950, as famílias já apresentavam papéis definidos para seus membros e contornos bem delineados, com a mulher em situação de grande inferioridade. A observação de Segalen contribui nessa perspectiva:

Nos moldes de família tradicional no pré-capitalismo industrial, fica claro que a mulher era propriedade do homem e que o casamento tinha por objetivo a procriação, sendo que os filhos igualmente eram criados segundo o desejo dos pais, não tendo direito de opinar sobre suas vidas. (SEGALEN, 1999:10)

Nesse impacto sobre as mudanças no seio familiar também ocorrerão transformações significativas no formato de proteção social e seus desdobramentos frente à exploração pela qual sofrerá o homem proletário, aquele que tendo somente sua força de trabalho passará a ter que vendê-la em busca de sua própria sobrevivência, bem como de seus familiares.

As certezas da vivência familiar chamada tradicional, de formato conservador (por que não dizer?), serão, entretanto, ao longo da segunda metade do século XX, substituídas por uma sensação de incerteza que paira sobre os indivíduos no que diz respeito à continuidade dessa forma de se relacionar, ou da continuidade do grupo primário, denominado família. Outros rumos serão tomados, sendo importante salientar que as transformações acompanham a evolução da sociedade.

No século XX, muitos autores estudam a temática “família” e passam a ter pensamentos convergentes acerca das mudanças ocorridas no sistema familiar após o início da hegemonia do sistema capitalista no mundo. Transformações ocorreram nos relacionamentos, tanto no sentido público quanto no privado, provocando uma verdadeira revolução nas relações. Como resultado disso pode-se perceber que nem todas as famílias continuam com o mesmo formato.

Guiddens (2003:61) afirma que “há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós e no modo como formamos laços e ligações com outros, porém, essa transformação não avança de maneira desigual”.

Portanto, há necessidade de esclarece e melhor entender tal revolução que surtirá forte impacto nos formatos dos arranjos familiares no século XX.

Para isso é necessário uma análise aprofundada da evolução sócio-histórica dos arranjos familiares em seus diversos modelos através da sua existência.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS DA FAMÍLIA

As transformações passam a ser vivenciadas mais intensamente com o aumento dos centros urbanos que exigem uma adaptação das famílias para viver em espaços territoriais menores e simultaneamente afetadas pela diminuição gradativa do número de seus membros.

Com esta visão, portanto, fixo meu trabalho na discussão feita a partir do capitalismo industrial na Europa, exatamente final do século XVIII e início do século XIX, e de forma especial no século XX.

Saraceno (1997:33), afirma que “em todos os países envolvidos no processo de industrialização este tipo de convivência familiar, ou seja, famílias menores e sem relações com as estendidas, se difundiu rapidamente”, e segundo a mesma autora refletindo também a áreas e a categorias anteriormente vivenciadas por outros tipos de estrutura familiar.

A delimitação do espaço de cada membro, bem como a alteração de suas funções, estabelecendo novos contratos no seio familiar; em função da estratificação social que também se altera. Saraceno (1997:33) afirma que: “Em todos os países envolvidos no processo de industrialização este tipo de convivência familiar, ou seja, famílias menores e sem relações com as estendidas.”

Com a modernidade, tanto as famílias como os papéis desempenhados por seus membros vão sendo alterados significativamente. Nesse sentido, ocorre forte impacto sobre a forma como vivem: papéis anteriormente claros de determinado membro são colocados em xeque surgindo novos, trazendo consequências nos

modos de convívio e também em suas funções, provocando mudanças significativas nas relações sociais.

De acordo com Saraceno (1997:33):

Alteram-se certamente as relações familiares e entre gerações, alteram-se as possibilidades de controlo familiar sobre a sua própria força de trabalho, ainda que nem sempre da forma dramática em que muitas vezes é representada; mas muda sobretudo a situação de classes de grupos sociais inteiros, porque o próprio sistema de estratificação social está em mutação.

Historicamente, pesquisas realizadas por pensadores sociais, e nesta dissertação destaco: Saraceno (Itália), Segalen (França), Campos e Miotto (Brasil) retratam as mutações ocorridas nas relações familiares mundialmente, desde a Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII. Mostram que as famílias, em qualquer formato, em especial as chamadas nucleares, sofreram impactos em suas relações e dinâmicas estruturais na vivência intra-familiar; buscando dar um novo significado na forma como são conduzidos os relacionamentos e a vivência em família.

Em meu entendimento torna-se nitidamente clara a visão de que, se a família após o capitalismo industrial passará por adaptações, é mais sensato ainda dizermos que essa mesma família encontrará forma para dar continuidade à sua existência, pois, verifica-se uma extraordinária capacidade de reorganização e adaptação frente aos novos desafios impostos ao convívio e vivência familiar.

Mas, como nos adverte Saraceno (1997:34),

O impacto da industrialização como novo modo de produção e divisão do trabalho não foi, aliás, homogêneo quanto à época e modos em todos os setores produtivos, nem com a mesma consequência para a divisão do trabalho da unidade produtiva familiar.

Ocorre desta forma, a mútua proteção no seio da família para continuidade do sistema, havendo o acolhimento de outros membros como forma de contribuição com seus salários para o aumento da renda familiar. Secombe (1997, apud MIOTO, 2009:131) retrata esta situação para o caso italiano:

Como ilustração dos problemas instaurados no interior da família, condicionados pela nova organização social, o autor afirma que não são poucas as provas contidas nos relatos policiais e nos documentos dos tribunais que indicam a luta sobre a distribuição do salário no interior das famílias. Não por acaso, o grande número de chamadas para a polícia intervir em brigas de famílias concentrava-se nos dias de pagamento.

Esse relato de Seccombe e o comentário de Miotto trazem à tona a idéia da família como um grupo de distribuição interna de renda, aspecto geralmente obscurecido em sua análise entre nós, embora muito importante para o estudo da efetividade dos programas públicos de transferência de renda que se baseiam em subsídios destinados à família como unidade.

É indubitável que, devido à sua funcionalidade no âmbito do modo capitalista de produção, a família nuclear foi afetada em sua estrutura, modificando as formas de convivência, e que a “individualização” conduziu o fenômeno que explica tais mudanças afetivas e relacionais.

Com o início do capitalismo industrial no Brasil, quando as famílias para seu sustento, saem do campo e buscam trabalhos nos centros urbanos, torna-se necessário que todos os membros contribuam economicamente para a manutenção das despesas exigindo esforço redobrado neste sentido. Inclusive, como em geral acontecia já na vida rural, que somente as crianças muito pequenas e pessoas incapacitadas para tal não trabalhavam, os outros membros da família contribuavam economicamente.

Para garantir a manutenção do sistema familiar, as famílias desenvolvem estratégias de sobrevivência, tentando ao mesmo tempo diminuir o impacto sofrido com o novo modelo de família: o modelo burguês, que será o molde exemplar e que servirá de espelho para as classes subalternas que nesse momento migraram para os centros urbanos.

É interessante relatar que diferentes arranjos familiares começarão a surgir, paulatinamente, como consequência da transformação da sociedade (no capitalismo industrial) que cria sérios obstáculos e mesmo destrói possibilidades de continuação do sistema familiar anterior. Essas alternativas, entretanto, não deixaram de existir e organizar-se, veja-se o impacto da entrada da mulher no mercado de trabalho sobre a organização familiar, notadamente no século XX no Brasil.

A importância da vida em família é tratada por diversos autores em todas as áreas das ciências sociais já que é neste “ambiente”, que se espera que a pessoa se faça, se transforme se concretize em sua forma humana e em sua subjetividade⁸ aspecto de suma importância para a constituição do ser humano. Dentre eles, destaco Sawaia (2009).

Segundo Saraceno (1997:13): “[...] a história da humanidade apresenta um quase inesgotável repertório de modos de organizar e atribuir significado à geração e à sexualidade, nas alianças entre grupos e entre indivíduos – de construir, precisamente, famílias.”

A importância do convívio familiar é relatada de diversas formas na literatura. Observamos que a expressão “convivência familiar” está presente em diversas “línguas e nações no mundo”. Na língua francesa, a título de exemplo: “ménage⁹”, quer dizer lar, casa; portanto gerador de subjetividade.

Citando Saraceno (1997:17):

Viver em conjunto, sob o mesmo teto, constitui um dos indicadores mais simples, e ao mesmo tempo mais óbvios, da existência de uma família: que a separa das outras relações sociais, incluindo as de parentesco [...] Muitas vezes dizemos “volto para casa”, ou “em minha casa faz-se assim”, para indicar a própria família.

Devemos repensar nessa trajetória histórica as formas de vida em família, além dos modos pelos quais estas realizam ações com o intuito de preservarem a vida intra-familiar; valorizando-a e sendo o suporte para que o ser humano se realize como pessoa, ocorrendo nesse espaço privado o seu próprio reconhecimento, bem como, o do outro. É nesse espaço que a pessoa cria seus primeiros referenciais para a vida em sociedade.

As variações das transformações societárias, cujos vínculos ocorriam, mediados pela economia do lar, alteram-se na medida em que outros valores são inseridos no relacionamento intra-familiar. Laços afetivos são incluídos nos contratos de casamento.

Guiddens (2003:68) afirma: “O casal passou a se situar no centro da vida familiar à medida que o papel econômico da família declinou e o amor e a atração

⁸ Este conceito será amplamente trabalhado em subitem específico, como continuidade deste capítulo.

⁹ Ver mais em “Sociologia da Família”, de Chiara Saraceno (1997), capítulo I.

sexual, se tornaram a base da formação dos laços de casamento.” Ele se refere ao fenômeno que é observado na sociedade contemporânea, da predominância da conjugalidade para a parentalidade, ou seja, do avanço da importância da primeira, dentro da união familiar.

Nesse tipo de evolução dos contratos de convivência, aparece conjuntamente a necessidade de preservação da vida em família ocorre de diversas formas, sendo a contracepção apenas um dos exemplos que citaremos como garantia de sobrevivência. Os casais adotam inovações tecnológicas que permitiram sua continuidade e espaço dentro da nova sociedade urbana industrial de molde capitalista, em que um grande número de filhos já não cabe mais. E a vivência da conjugalidade eleva a individualização, ou poderíamos dizer que elas se retro-alimentam.

Novos contornos são reconhecidos, cedendo lugar a famílias menores, com menos membros e tornando-as mais resistentes quanto à sua autoproteção; buscam novas alternativas de convivência, mas não seu fim; ao contrário, pretendem permanecer.

Afirma Segalen (1999) que a “adoção da contracepção resulta da vontade consciente de uma adaptação às novas condições sociais e econômicas saídas do desenvolvimento da produção industrial”.

Na sociedade brasileira esse impacto foi fortemente sentido e essa realidade, se apresenta amplamente nas relações familiares.

Neste ponto de vista, percebemos que ocorreram também aqui mudanças nas estruturas familiares.

Assim assinalam Campos e Miotto (2003:176):

O Brasil teve também uma forte orientação relativa ao direcionamento da família no sentido do estabelecimento de padrões ligados a seu papel na reprodução social, entendidas aí diretrizes quanto aos cuidados com a maternidade, educação e criação dos filhos, o trabalho feminino e a sua contribuição geral à ordem moral e social. Esta a inspiração do Estatuto da Família de 1939.

Os membros da família, no interior de suas relações, precisam de novas referências para melhor compreender o que se passa no mundo do trabalho que

vem impactar frontalmente em seu comportamento, ocorrendo transformações nos papéis e para que a nova ordem se estabeleça.

Percebe-se que tais mudanças ocorrem paulatinamente, conforme retrata Segalen ao citar como se alteram os papéis dos membros.

Os papéis tradicionais do marido e da mulher haviam sido postos em causa na família protoindustrial, pois as mulheres saíam e asseguravam as transações com o comerciante-fornecedor; na família operária é a relação vertical entre as gerações que é quebrada. O pai já não tem nem saber nem patrimônio para transmitir, o que antes representava a base de sua autoridade. (SEGALEN, 1999:14)

O modelo nuclear conjugal supunha tanto a rígida divisão de papéis entre os cônjuges como a possibilidade do mercado de oferecer, ao homem - provedor e simultaneamente chefe da família, níveis de remuneração capazes de possibilitar-lhe, sozinho, garantir a subsistência de todo o grupo familiar. A incorporação gradativa da mulher à força de trabalho foi a contrapartida dessa nova situação.

Modificam-se substantivamente os papéis de ambos, sem perda de função, ou desagregação, familiar. O trabalho da mulher ganha gradativamente outra dimensão na sociedade, deixando ao homem a obrigatoriedade de uma acomodação ao fato, expressa num novo contrato conjugal.

Além da compreensão da família em seus aspectos estruturais, incluindo a análise do espaço que ocupa na economia da sociedade em geral, feita acima, é indispensável desvendar as características dos relacionamentos familiares em sua verdadeira amplitude, ressaltando e validando a subjetividade como elemento essencial na dinâmica familiar.

1.3 A SUBJETIVIDADE COMO ELEMENTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

O reflexo das mudanças ocorridas na sociedade traz implicações nas formas de convívio e de reconhecimento mútuo dos membros das famílias e assim estrutura basicamente o modo de relacionar-se interna e externamente ao grupo familiar.

Não há como negar que surgem novos formatos de socialização. A convivência familiar e o apoio financeiro, bem como, a administração do lar sofrem modificações.

Mioto (2009:132) relata:

A consolidação da família como instância privada, com uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres [...] Responsável pela provisão familiar, instaura o reinado da família como fonte de proteção por excelência [...] a família passa a ser o “canal natural” de proteção social [...] vinculados à compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades.

Com o intuito de estabelecer a ordem nos relacionamentos, bem como, exercer a proteção de seus membros, todas as famílias, apresentarão contornos subjetivos à forma de convivência e de realização da preservação de seus membros frente aos problemas cotidianos. Há assim, a considerar também a particularidade de cada família.

Dessa forma, a subjetividade fica transparente nas relações e o mundo interior de cada membro exposto, pois temos um organismo vivo na família, repleto de contradições em que cada integrante deve se afirmar como sujeito social, compondo o mosaico da sociedade com suas particularidades bem delineadas.

Entendo que conceituar - subjetividade¹⁰-, é relevante, para que fique claro a esta altura meu posicionamento sobre a importância da temática para este trabalho. Portanto, o conceito trazido faz referência ao que se passa no interior de cada pessoa, é intrínseco e particular a ela, não obedecendo a uma lógica racional e, logo, repleta da vivência do ser social, termo este utilizado pela Psicologia Social.

Lane e Codo (2007:15) descrevem sobre a subjetividade:

Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história, mas da história da sociedade, a Psicologia estará reproduzindo as condições para impedir a emergência das contradições e da transformação social.

¹⁰ O conceito apresentado primeiramente é aquele abordado por Silvia T. M. Lane (PUC-SP) e acrescento também o de Fernando Gonzalez Rey (Universidade Havana-Cuba) que participaram de uma mesa-redonda no XXVII Congresso Interamericano de Psicologia da Sociedade Interamericana de Psicologia, de 27 de junho a 02 de julho de 1999 em Caracas, com o objetivo de debater sobre o termo **subjetividade** do ponto **de vista da psicologia socio-histórica** (termo utilizado no Brasil). (LANE, BANCHS, ARRUDA, CABRUJA, 2002)

Lane e Codo concluem que “através da linguagem é que o ser humano vai aprender e reproduzir o que a sociedade lhe ensinou e também suas vivências no grupo familiar que o acompanhará desde o nascimento”.

Entendendo que o primeiro grupo que os indivíduos fazem parte após seu nascimento é a família, é nela que se inserem os primeiros contatos e todos os aprendizados inerentes à personalidade deles.

Para Lane e Codo (2007:33):

Os significados atribuídos às palavras são produzidos pela coletividade, no seu processo histórico e no desenvolvimento de sua consciência social, e como tal, se subordinam às leis históricas sociais, por outro lado, os significados se processam através de atividades e pensamentos de indivíduos concretos e assim se individualizam, ou se “subjetivam”, na medida em que “retornam” para a objetividade sensorial do mundo que os cerca, através das ações que eles desenvolvem concretamente [...].

E Lane e Codo (2007:33) prosseguem relatando que:

Os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem no âmbito do indivíduo, um “sentido pessoal”, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo.

Dessa forma, é sabido que todo indivíduo faz suas representações, através de suas percepções únicas e individuais de determinado contexto, que somente a ele cabe agregar tal significado, de acordo com vivências, aprendizados, enfim a própria subjetividade instalada, inerente ao ser humano.

Para Rey (2003:78):

[...] a subjetividade não se internaliza, não é algo que vem de “fora” e que aparece “dentro”, o que seria uma forma de manter a dualidade em outros termos. Na minha opinião, trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade.

E Rey (2003:78) relata que:

Os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem no âmbito do indivíduo, um “sentido pessoal”, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo.

Finalizando o debate conceitual desses autores, trago para a discussão do significado de subjetividade o verbete do Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2009): subjetividade é “o que se passa no íntimo do sujeito pensante; também o que varia de acordo com os sentimentos, os valores, os hábitos, os julgamentos de cada um”.

Cabe entendermos que o ser humano é influenciado e tem o poder de influenciar em suas relações sociais e também no modo como compreende seus relacionamentos, suas oportunidades, sua forma única de ver e vivenciar a vida. Compreende-se que a subjetividade decorre do entendimento de que o homem pode ajustar-se a todo tipo de situação, sejam elas boas ou ruins; trazendo ajustes específicos da própria natureza individual em suas relações sociais, porém, em condições e formatos que somente ele saberá interpretar e definir.

De acordo com Alencar (2010:63):

A família põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiências de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas à reprodução biológica e social. Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas.

É importante ainda ressaltar que as transformações vivenciadas nos formatos de vida familiar, também sofreram forte influência cultural e ampla revolução ocorreu a partir da década de 1960 com surgimento da pílula anticoncepcional, que separa sexualidade da maternidade, alterando a rota nas relações afetivas das mulheres. Novo momento mundial se instala quando a mulher começa a optar sobre seus papéis em sua vida privada. Assim, são incorporadas nas relações afetivas a subjetividade nas emoções por elas vividas.

A forma como cada pessoa expressará a vivência e o enfrentamento do cotidiano familiar e social será inerente às suas particularidades e à visão única que tem como referencial o mundo subjetivo.

Assim as relações sociais sofreram ampla alteração com o sentimento intrínseco de cada ser social, de forma especial. A vida da mulher altera-se substancialmente.

De acordo com Sarti (2009:22):

A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família.

Também a evolução da ciência contribuirá para avanços nas formas de vida, já que a paternidade reconhecida e a facilidade para este reconhecimento exercerá impacto sobre os formatos familiares, pois o homem passou a ser cobrado por sua responsabilidade paterna.

Dessa forma, novos contornos ou arranjos familiares são presenciados e cada vez mais a vivência de cada um estará em evidência, afetando e sendo afetado.

Bader Sawaia (2011) nos remete à reflexão quando assinala: “a subjetividade determina a desigualdade ou, ao contrário, se a desigualdade determina a subjetividade?”. E assim podemos entender que nas famílias onde faltam “os mínimos necessários”, veem à tona o sentimento de impotência, desproteção, entre outros. Por consequência, ocorre a fragilidade nos vínculos; muitas vezes, seu total esgarçamento.

É importante também assinalar que a subjetividade presente nos sentimentos se apresenta como força real no cotidiano e nas relações entre os membros da família e destas com a sociedade em que se inserem.

No mundo subjetivo da convivência familiar, em determinadas situações, as pessoas vão tecendo teias de perda de poder e automaticamente também de auto-estima. Dessa forma acontecem quebras dos vínculos existentes na famílias e ocorrem transformações em seus formatos.

Na bibliografia referente à temática aqui estudada, fica claro que o sentimento de “pertencimento, ou o fato de pertencer a” do homem, está ligado em grande parte ao fato de viver em família, tomada como espaço de sustentação.

O fato de o indivíduo pertencer a um grupo ou a uma família, faz com que ele tenha subjetivamente referência pessoal e social. É, inclusive, nesse espaço de

convivência social que ocorre pela primeira vez, sua visão como ser humano, bem como, ocorre seu processo de socialização.

Mais uma vez, cada membro com sua subjetividade vai desenvolver seus potenciais de forma a garantir o relacionamento interpessoal e social. É bem verdade, que ao longo da vida, outras oportunidades de subjetivação ocorrerão.

Neste sentido, Sawaia (2011) foi muito feliz ao relatar que é na subjetividade das relações que a relação está posta, ou seja, a subjetividade é muito importante. Cada pessoa carrega consigo suas vivências e memórias desde tenra idade, transferindo para os relacionamentos posteriores em sociedade.

Segundo Sawaia (2010: 01):

Por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também o extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança parece morta.

De fato, nosso entendimento, leva à reflexão de que as famílias brasileiras têm esse poder maior de preservação e de luta frente às vicissitudes que a vida em sociedade oferece, fazendo com que suas dificuldades se sejam tomadas em perspectiva de mudança, como obstáculos a ser superado. Objetivos de manutenção ou mudança desse sistema, isso dependem em grande parte da forma como enfrentam e entendem seus problemas, bem como, da necessidade de contar com uma da vivência familiar.

Sawaia (2010:03) acrescenta: “Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro”.

De acordo com a autora, é imprescindível que possamos entender as razões da existência da vida em família, a forma como ela se organiza, mudanças significativas que influenciam em sua dinâmica, conflitos, tendências e modelos atuais e como seus membros vislumbram o futuro. É instigante e digno de estudo e compreensão em qualquer área das ciências sociais, já que a vida do homem se expressa através de convivência em grupo, sendo este o primeiro com quem se tem contato.

Ao mesmo tempo, é amplamente perceptível aos pesquisadores do assunto que o sistema familiar necessita de mais proteção, pois, sem esta o fortalecimento

dos vínculos diminui; esgarça-se e vive-se, a desproteção. Esta se faz presente no cotidiano, tornando as pessoas mais vulneráveis a riscos sociais.

E quando essas situações acontecem a culpa por danos sofridos por seus membros, ainda recai sobre as próprias famílias. Assim é necessária a proteção por parte do Estado para que estas não estejam sozinhas nos sofrimentos e possam contar com o apoio de que necessitam para a sua continuidade e manutenção.

O homem em sociedade, não é visto frequentemente em sua inteireza. Os governos e a sociedade capitalista, de um modo geral, não conseguem enxergar o homem em sua plenitude, inclusive, como pertencente a um grupo familiar, nem como um ser em seu potencial biopsicossocial. Ele tem sido, em grande parte das vezes, visto como aquele que deve vender sua força de trabalho para o sustento de todos.

Sozinho em suas lutas e sem o devido olhar protetor do Estado, que muitas vezes lhe vira as costas, a realidade da pobreza no Brasil vem à tona e faz com que o cidadão tenha que buscar, ou criar, possíveis alternativas para superar as situações precárias a que está exposto.

Com o tipo de orientação política liberal e conseqüente queda do nível de proteção social dos Governos acaba, sobrando muita responsabilidade para as famílias na condução dos seus membros para melhores e dignas condições de vida. Sem o necessário apoio governamental, com a pouca efetividade das leis sociais, familiares são obrigados a criar condições dessa proteção por si mesmas.

Predomina a necessidade de buscar formas de auto-proteção e ajuda para minimizar os efeitos da desproteção; deixando-as com a sensação de que lhes é atribuída a condição de “protetora” e não de protegida.

Entendo ser bastante difícil a continuidade do sistema familiar em formatos tradicionais, ainda mais quando a falta de proteção estatal não trabalha por sua preservação, como veremos no próximo capítulo.

A fragilidade dos vínculos, nos laços de convivência criados no cotidiano, faz com que ocorra a fratura nas relações. Laços são rompidos, surgindo novos arranjos, como forma de continuar a sobreviver com suas especificidades de convivência.

Desta forma, nesta dissertação, a família é entendida não importando seu formato ou modo de convivência, mas vista, como necessitada de ajuda para manter vínculos e continuar sobrevivendo com laços reforçados. É necessário verificar a

eficiência do sistema de proteção no Brasil, como repercute no dia a dia das famílias e quais garantias concretas tem recebido para vislumbrar um modo de vida digno e sentirem-se seguras em certas vicissitudes tão naturais quanto avassaladoras em seu cotidiano.

O poder emancipatório dos grupos familiares estará presente, quando trabalhadas sua potencialidades. Nesse contexto, poderão exercer suas forças no sentido de capacitar e socializar seus membros. Esse apoio ocorrerá através de ações governamentais, resgatando a cidadania e a certeza de melhores dias com justiça social e com a verdadeira proteção social.

Meu olhar volta-se, então, justamente para estas famílias, que encontraram de alguma forma, força para mudar suas vidas principalmente no tocante à convivência familiar de qualidade e com condições dignas para todos os membros que estão entrelaçados e sequiosos de vida com respeito, dignidade e garantia da efetivação da cidadania, conseguidos no século passado.

Se por um lado há uma gama de possibilidades tecnológicas que mudaram radicalmente a vida do ser humano no mundo afora, e de forma particular no Brasil, por outro lado é fato que nem todos terão acesso a estas facilidades; isto em função da exclusão social a que todos estão expostos. Como exemplo, podemos citar entre outras coisas, a facilidade na comunicação, nas máquinas que ajudam nos afazeres domésticos, a tecnologia automobilística, etc.

Apesar de toda essa transformação, permanece para aquelas famílias em vulnerabilidade social o caminhar solitário, continuando tímidas, acanhadas em suas lutas diárias, estando longe de desfrutar dos aparatos oferecidos pela sociedade contemporânea; não vislumbrando futuro promissor para seus membros e para a estabilidade do sistema.

É importante salientar que o processo de socialização começa na família e a ela também cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento biopsicossocial da pessoa, o que a torna um ser completo, que cumpre com seus deveres. É entretanto importante salientar que esse ser tem também direitos e necessidades. Direitos e necessidades nem sempre vistos ou entendidos por quem está de fora dela.

Na perspectiva econômica, na sociedade moderna, as relações geracionais, estão ainda estabelecidas de modo que se esteja garantida a sobrevivência e a proteção dos membros.

Citando Dowbor (2009:293):

Em termos econômicos, a fase ativa da nossa vida, tipicamente dos 16 aos 64 anos, pode ser vista como produzindo um excedente: produzimos mais do que o consumido, e com isto podemos sustentar filhos e idosos, eventuais deficientes, doentes ou pessoas da família, mesmo em idade ativa, que não tenham como se sustentar [...] Ocorre uma redistribuição interna dos excedentes.

Esta solidariedade está firmada, na família economicamente rentável, que na contemporaneidade se apresenta como a nuclear, cabendo a ela apresentar formas de proteção que permitam o fortalecimento dos vínculos e dos próprios membros em seu dia a dia.

A proposta de uma relação de complementaridade de proteção social, entre governo e famílias conduzirá gradativamente à mudança do perfil do sistema de Proteção Social brasileiro, no qual benefícios sejam sempre originados em direitos, forma a ser seguida no país.

Por sua importância, tratamos especificamente desta questão de direitos, na seção a seguir, deste capítulo.

1.4 FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA CONTEMPORANEIDADE: TÊM DIREITOS?

Dando continuidade às nossas considerações, neste capítulo, na sequência das temáticas já desenvolvidas, abordaremos o atual emaranhado conflituoso entre o direito garantido por lei e a efetividade dele.

A família, na sociedade atual, isoladamente, conseguirá caminhar e proteger seus membros sem o apoio e estrutura governamentais, de um sistema amplo de direitos? As perspectivas do debate sobre direitos de cidadania não são, entretanto muito animadoras. Como diz Iamamoto (*apud* COUTO, 2008:18):

Vivemos uma época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.

A desigualdade social ainda está profundamente presente nas relações sociais no Brasil e a reprodução da pobreza generalizada continua fazendo parte do cotidiano das relações familiares.

Os direitos adquiridos, não se concretizam no cotidiano e a sociedade precisa tê-los reconhecidos, para que as pessoas possam viver em condições dignas, preservadas e protegidas. Nesse sentido há que se promover a proteção social para as famílias atuais, resgatando a dignidade e a importância delas para o cidadão brasileiro.

E continua lamamoto:

Este cenário avesso aos direitos atesta, contraditoriamente, a urgência do seu debate. Um debate que considere as condições sócio-históricas que explicam os direitos enquanto conquistas e ou concessões do poder, a trajetória de sua formalização na legislação constitucional no país e os dilemas de sua efetivação na prática social. (apud COUTO, 2008:19)

De acordo com Maranhão (2010:95):

Na década de 90 do século passado, multiplicam-se designações como “nova pobreza”, “nova questão social” e “exclusão social”. À medida que o desemprego e a pauperização avançam, o que se caracteriza como um fenômeno residual e limitado aos países periféricos, ganha relevo e necessidade de ser explicado.

É importante ressaltar que nem toda a população atendida, ou integrada ao sistema de Seguridade Social consegue de fato, melhorias concretas em seu modo de viver, mas, a importância de realização de ações contempladas com a devida proteção governamental podem internalizar nos membros das famílias um sentimento de inteireza e proporcionar-lhes o empoderamento frente a realização de respostas às suas necessidades vitais; alternativas e possibilidades até então desconhecidas, podem passar a fazer parte do seu cotidiano.

Ocorrem assim mudanças significativas em seus modos de enfrentar as vicissitudes da vida, ocasionando substanciais melhorias nos vínculos familiares, tornando-os mais duradouros e, portanto menos frágeis, fazendo brotar o sentimento de esperança e de valer a pena viver em conjunto. Este pensamento, entretanto, não é consenso entre os autores que tratam sobre a Proteção Social.

Os programas sociais criados no final do século passado vêm ao encontro das necessidades suscitadas através da fragilidade a que está exposta a população, contemplando as expectativas em torno desse sistema de Seguridade Social.

As novas roupagens da “Questão Social”¹¹ aparecem como pano de fundo, abrindo amplo campo para o trabalho com as famílias em vulnerabilidade e riscos sociais: no sentido do resgate da cidadania e plenas condições de vida familiar.

De acordo com Pereira (2008:35): “O básico é direito indisponível (isto é inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema”.

Quando pensamos no “básico”, devemos fazê-lo à luz dos direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988, que traz a satisfação das necessidades básicas do ser humano. São elas: saúde, educação, moradia, trabalho, e quando não se tem satisfeitas uma dessas necessidades, o cidadão brasileiro, devem contar com o apoio governamental através da Assistência Social para reverter o quadro de privação.

Pereira (2008:35) conclui: “Em suma, a satisfação otimizada de necessidades deverá visar simultaneamente à melhoria da eficiência da política social e da equidade social”.

Desta forma, temos que para efetivação da proteção social é necessário o engajamento da sociedade civil na fiscalização de ações pertinentes à continuidade de proteção dos cidadãos brasileiros por parte do governo. Cabe ao Estado não se eximir do cumprimento das leis sociais no que tange a efetivação e garantia dos direitos sociais; sendo necessário que a distribuição da riqueza seja melhor realizada, de forma igualitária, no sentido da diminuição da desigualdade amplamente reconhecida.

Dessa forma, como já citado anteriormente, entendo que na contemporaneidade apresentam-se descobertas, as mais variadas possíveis, no tocante à solução de problemas; inclusive o homem convivendo no espaço sideral. A tecnologia mostra caminhos até então não percorridos em qualquer área da vida humana.

¹¹ Segundo Yamamoto e Carvalho (2011), no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos e intervenção mais além da caridade e repressão.”

Com o desenvolvimento tecnológico, inúmeras possibilidades que garantem o bem-estar do homem são colocadas para a sociedade em geral, porém, é bem verdade, que nem todos os indivíduos conseguirão apropriar-se dos benefícios atuais que facilitam o cotidiano, já que a desigualdade social, característica do sistema capitalista é uma verdade incontestável; inviabilizando que todas elas tomem posse dos bens socialmente produzidos.

Segundo Maranhão (2010:93):

O mundo atual vive cada vez mais um paradoxo: de um lado, as maravilhas da ciência e, de outro, a barbárie da miséria [...] No entanto, esse mesmo sistema, que ampliou sem precedentes a técnica, a ciência, tem se deparado, em escala ascendente, com um crescimento exponencial da desigualdade social, da pobreza e da miséria.

A desigualdade social ainda é marcante na sociedade brasileira. O desnivelamento econômico é proporcional ao risco social pelas quais estamos sujeitos na contemporaneidade.

Segundo Yazbek (2007:13):

No Brasil, ao término da década de 1980, a concentração de renda alcançou o índice mais alto já registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: apenas 1% da população, os mais ricos concentram 15,9% da renda nacional do trabalho, enquanto os 10% mais pobres ficam com 0,7%. Os 10% mais ricos detêm 51,5% da renda.

As famílias brasileiras, justamente aquelas que trabalham para o desenvolvimento do país, encontram-se, ainda hoje, fora das melhorias criadas contemporaneamente, e não se apropriam da riqueza socialmente gerada.

Ainda confirmando, segundo Yazbek (2007:13): “Observa-se um grande desencontro entre os interesses da maioria do povo e as exigências do capital internacional associado às burguesias do país.”

Assim, os efeitos da precária economia brasileira colidem frontalmente com as necessidades das famílias, de modo especial em relação àquelas que necessitam do apoio governamental, fragilizando as formas de contato e convivência. Dessa forma, exigindo delas adaptação aos novos contornos, já que o vínculo familiar se

esgarça como já mencionei, devido à vulnerabilidade social a que estão expostas, ocorrendo muitas vezes o rompimento das relações no seio da família.

Sendo assim, acontece de no século XXI, ainda encontramos estão expressas vulnerabilidades no convívio intra-familiar, fruto da necessidade de ampliação do consumo, trazido pelo capitalismo, já que seus membros, entre outras coisas, necessitam passar seu tempo fora do ambiente doméstico para manutenção de seus sustentos.

Cada membro deve sair em busca de recurso financeiro, havendo uma perversão na forma como se realiza a proteção dos indivíduos em suas famílias de forma geral. Instala-se um vazio explícito no cuidado mútuo no conjunto familiar, pois proteção social e tempo de trabalho fora e dentro do domicílio se opõem.

E nesse contexto de vida, ainda é realidade no Brasil, que os cuidados dentro do lar passem por soluções do século passado. Com a necessidade de que os adultos passem horas fora de casa trabalhando, muitas vezes estes deixam as responsabilidades diárias para crianças. Um exemplo claro, é que, em dias atuais as crianças maiores ainda cuidam das menores; tornando-se expostas a riscos de acidentes e outros. Entre outras perversidades ocorridas no cotidiano familiar.

Nesse sentido, entendo que cabe ao Estado não se omitir com relação a todos os tipos de proteção necessária para que as famílias possam conviver dignamente no cotidiano, não reforçando o familismo¹². Trata-se para os governos de assumir a garantia do bem estar social em sociedades modernas.

É revertida para as famílias, a exigência de proteção que pertence ao Estado. Quando esta é chamada a colaborar para a manutenção do bem estar, quer seja do idoso, quer seja nos cuidados com as crianças e adolescentes, ocorre uma sobrecarga que muitas vezes impossibilita a manutenção da convivência.

Segundo Campos e Teixeira (2010), a expressão familismo é amplamente utilizada, como um indicador para medir o grau em que as famílias são colocadas nos sistemas de seguridade de forma a absorver os riscos sociais nos regimes de bem-estar social.

No Brasil, esse ônus é amplamente perceptível e altamente relevante, devendo a família dar conta da proteção para que o esgarçamento dos vínculos

¹² Termo que designa ações pertinentes ao Estado no que tange à proteção social que por sua omissão acabam sendo repassadas para a responsabilidade da família.

familiares e o risco social não passem a fazer parte do seu cotidiano. É a sobrecarga dos membros acima de suas possibilidades e recursos.

É sabido que desde a década de 1990, no Brasil, a população tem sido alvo de políticas neoliberais – restritivas quanto à ação do Estado na política social e econômica - que retornam para as famílias os cuidados com seus membros que deveriam permear as políticas públicas.

Há concordância dos autores sobre o tema, sendo salientada a ideia de que a família foi “redescoberta” no que diz respeito à proteção social, justamente para o desempenho de papéis que caberiam claramente ao Estado promover atacando suas causas estruturais. (CAMPOS, TEIXEIRA, 2010; PEREIRA, 2008; DOWBOR, 2009)

Outros autores concordam que na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. (ALENCAR, 2010:63)

Se recorrermos à Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas- ONU, em 10 de dezembro de 1948, entre outras fontes serviu de inspiração para a elaboração da Constituição Federal de 1988 deparamo-nos com referência à séria necessidade de garantia dos direitos a todos cidadãos de modo igualitário, inclusive de vida em comum, no formato ou no arranjo que se quiser adotar na própria família. Certamente significa uma orientação acerca da proteção social que a família merece.

Recordá-la é necessário para que possamos perceber o quanto o Brasil caminha lento e está atrasado na questão dos direitos de cidadania, pois, desde então, já haviam sido dados o norte para a proteção familiar e a importância desta para a vida em sociedade.

É correto avaliarmos que no Brasil somente quarenta anos depois esses direitos se tornam constitucionais. Mas da mesma forma, há que se “correr”, pois fica claro que o Brasil continua caminhando lentamente no que diz respeito ao sistema de proteção social.

O processo, no que diz respeito à Proteção Social no Brasil é realmente lento. Os olhares não estão postos sobre a perspectiva da proteção integral à família. Lembre-se com propriedade que a LOAS foi criada somente cinco anos após a consagração constitucional do direito à Assistência Social em 1988 e que sua implementação real, segundo autores, ocorreu somente a partir de 1996.

Devemos evidenciar que a LOAS trouxe em seu bojo a efetivação da Assistência Social, enquanto política pública, portanto, garantindo direitos “para quem dela precisar”, como assegura o próprio artigo da Constituição vigente. É garantida, então, a proteção à família, à criança e ao adolescente e também ao idoso, de forma incontestável.

Ao fazermos uma comparação em relação a outros países, especialmente os ditos desenvolvidos é correto afirmar a defasagem que persiste na forma como é tratada a proteção social na contemporaneidade brasileira.

Nossas leis estão postas, novos tempos estão sendo vividos e por mais que percebamos melhores intenções para com o direito social, de fato, no cotidiano, o Estado brasileiro ainda patina na forma da condução da política de Assistência Social. Já que ainda é tida, por alguns, como Política Social compensatória.

A insistência quanto à reversão deste estado vem não só da necessidade de recusa diante da extensão atual da vulnerabilidade social, como do risco do comprometimento do futuro do país, se mantidos os patamares altíssimos de desigualdade social vigentes.

Conforme afirma Alencar (2010:63), comentando a dificuldade de acesso à cidadania, motivada já pelas difíceis condições do trabalho assalariado:

A família vem se tornando, talvez, quase a única possibilidade real para os indivíduos proverem suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho.

Em minha ótica a Assistência Social, deverá ser garantida, para quem dela precisar, muito embora, esteja preconizada na Constituição Federal de 1988 a universalização dos acessos. A PNAS, enfim, estabelece parâmetros para que a LOAS possa ser colocada em prática com eficiência e eficácia.

Tem como primeiro eixo estruturante a Matricialidade Sóciofamiliar, que entendemos vir da palavra “matriz”, ou seja, “princípio de tudo”. Em outras palavras, as famílias brasileiras, como sendo a mola mestra, e a quem deve ser assegurada a

proteção social, através da Seguridade Social¹³, no tripé que compõem Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

A partir do risco social¹⁴, a que estão submetidas aquelas em vulnerabilidade social, podemos avaliar que seus membros estão expostos a várias situações que podem ser nomeadas como marcas significativas da questão social brasileira, de grave amplitude tais como: alcoolismo, drogadição, prostituição, trabalho infantil, com as consequências sobre a vida familiar já caracterizadas.

Entre essas decorrências se alinha a própria necessidade de rearranjos da estrutura familiar cuja sustentação de base, perde suas âncoras antigas, tornando-se impossível dar continuidade à tentativa de exhibir uma única forma da instituição.

Dessa forma, com o passar dos tempos, com mudanças e transformações sociais, econômicas, as famílias antes tradicionais, patriarcais adotam outros modelos e formatos de vínculos familiares, como forma de preservação do espaço de convívio interno à família e externo, na sua face voltada para a sociedade inclusiva.

Hoje temos os mais variados arranjos familiares, como é o caso das já citadas: monoparentais, reconstituídas, homoafetivas, entre outras, ligadas por laços de afinidade. Não sendo apenas o laço consanguíneo a compor os arranjos familiares.

Enfim, expostas à desigualdade social, as famílias devem ser amparadas por medidas não só de políticas sociais, mas econômicas, no sentido de romper com o ciclo imposto pela péssima distribuição de renda no Brasil. Estudos anteriores que nos serviram de referência, atestam essa hipótese.

Afirma Yazbek (1995):

Desde os anos 90, vivemos tempos de aceleradas mudanças, que nos desafiam sob múltiplos aspectos e particularmente no âmbito da formulação de políticas públicas voltadas à redução das enormes desigualdades que caracterizam o mundo atual.

¹³ “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (Constituição Federal Brasileira de 1988)

¹⁴ Segundo consta na PNAS - Política Nacional de Assistência Social, entende-se por risco social quando: “Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. O termo exclusão social confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indigência, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. (p.36)

Quanto à pergunta que norteia este capítulo, podemos afirmar que as leis brasileiras deveriam ser estruturadas para todos de forma “universalizada”, mas na efetividade das ações há disparidades, há diferenças, há discordâncias no tocante a execução das mesmas.

Na verdade, o país, com sua grande extensão e diferentes componentes de povoamento dispersos pelo território, apresenta-se bastante heterogêneo quanto à situação econômica e social ¹⁵.

Para a forma como são efetivadas as políticas públicas, decorre daí também uma grande diversidade na quantidade e qualidade da proteção social dispensada aos brasileiros: algumas regiões com uma população que vivencia uma situação de maior patamar como “detentora de direitos sociais” e outras em que ainda grande parte das pessoas vive sob tutela, tanto do Estado, como da sociedade, mais relegadas a ações pontuais e caritativas.

Ao questionarmos, como anda a capacidade protetora do sistema familiar, somos remetidos a tentar entender o grande abismo que se coloca para tal frente à realidade atual. Alicerçadas em sábias palavras de Campos e Miotto (2003:182): “temos claras indicações da diminuição da ‘capacidade protetora das famílias’, de camadas populares e também de segmentos médios, impossibilitadas as mesmas de atender a tamanha expectativa”.

Campos e Miotto (2003:182) ainda analisam que: “A diminuição de sua ‘capacidade protetora’ está vinculada ao empobrecimento acelerado da população brasileira nas décadas pós-ajustes estrutural, aliado às configurações renovadas da família brasileira.”

Essa situação, já de si inaceitável, torna-se mais escandalosa quando são frágeis os mecanismos distributivos, que deveriam ser considerados imperativos governamentais. Assim o atual crescimento econômico do Brasil, em lugar de reverter o quadro de pobreza instalado, bem como garantir melhores condições de vida e de trabalho, carece de medidas estruturais no sentido de mudanças permanentes a longo prazo nos aspectos econômicos e sociais do país.

¹⁵ Na fala popular isso se traduz na expressão de que “não há Brasil, há Brasis”, num misto de exagero, verdade, e fato de que nos orgulhamos.

Com apoio em Barg, Campos e Mioto (2003) concluem:

As transformações ocorridas na família, desde a metade do século passado, embora tenham um saldo altamente positivo relacionado à possibilidade de maior convivência entre as gerações, mudanças na relação homem/mulher, mudanças no caráter do vínculo do casamento, fizeram com que a família também se tornasse muito mais vulnerável no contexto social.

Assim acredito na evolução do caminhar democrático e soberano do povo brasileiro, com toda a população – vista em famílias de muitos formatos, mas devidamente protegidas e amparadas em sua continuidade, com projetos viáveis de futuro.

A sociedade conta e espera por “dias melhores”.

Com as letras da canção, exprimimos nosso desejo e postura:

A gente não quer só comida
 A gente quer comida
 Diversão e arte
 [...]
 A gente não quer só comida
 A gente quer a vida
 Como a vida quer...
 [...]
 A gente quer prazer
 Pra aliviar a dor¹⁶

1.5 MULHER, ONDE ESTÁS? TRAÇANDO LINHAS SOBRE O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Ao abordar a temática “família”, busquei entender a evolução sócio- histórica pela qual passou a família brasileira.

Considero assim necessário visualizar o papel da mulher e sua importância ímpar em relação tanto internamente ao contexto familiar em que vive, como também ampliando a visão sobre as conjunturas e estruturas sociais que delimitam a família em diferentes momentos.

¹⁶ Música: “Comida”. Composição: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto. Gravada pelo grupo brasileiro Titãs.

Neste sentido, para definir uma das condições interna e externa ao grupo familiar, de grande permanência histórica na vida das famílias, tomamos a constatação de Alencar (2010:64):

Na atual conjuntura, em que mais do que nunca o Estado tende a se desobrigar da reprodução social, persiste a tendência de transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, a sobrecarregam.

Isso levou, por exemplo, à descrição do papel da mulher na família não só como “cuidadora”, mas como “chefe” do lar, dela dependendo a proteção social de todos os seus membros.

Na verdade, a questão de gênero no Brasil, é ainda permeada de tabus e divergências merecendo atenção redobrada nas abordagens sobre a temática “família”. Os estudos existentes são entretanto já suficientemente desenvolvidos para nortear futuras ações que permitam diminuir a desigualdade que está presente na vida da mulher brasileira de várias classes e estratos sociais. Podem levar à superação de muitos equívocos persistentes entre nós a respeito da condição feminina.

Entendo que a igualdade entre o homem e a mulher estará bem mais próxima de efetivar-se quando concretamente existir políticas públicas voltadas para as minorias, tornando-se dever do(a) pesquisador(a), voltar seu olhar para esse campo e chamar a atenção para o fato de que as minorias, no Brasil, ainda são relegadas a segundo plano, quanto a suas características e demandas específicas.

Portanto, é nosso desejo e também nossa obrigação traçar um recorte de gênero ao analisarmos a família contemporânea. A mulher, na sociedade atual tem assumido cada vez mais os cuidados com os membros dependentes presentes no grupo familiar, além do que vulgarmente se convencionou chamar de “chefia” de suas famílias, tornando-se, muitas vezes, solitária nesse desafio de cuidar e chefiar.

Ocorre uma sobrecarga que está presente em seu cotidiano, pois além das suas atividades no mercado de trabalho, exaustivas em seu dia a dia, restam-lhe também os afazeres domésticos, trazendo à sua realidade a jornada ampliada de deveres, bem como os cuidados com todos os membros.

De acordo com Alencar (2010:64):

As mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros. Na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, dos idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando-se que grande parte das famílias “são chefiadas” por mulheres.

Ao traçarmos a comparação entre os gêneros feminino e masculino, na sociedade atual, são ainda postos em cena as grandes situações de discriminação e diferenças culturalmente difundidas, que se ligam à falta de valor atribuído aos trabalhos tidos como femininos, leia-se aqueles que se julga que a mulher tem condição de realizar.

Levando em conta esses aspectos, abordarei a questão de gênero, como forma de apresentar que se passa na sociedade atual, com influência sobre a vida das mulheres, a manutenção de sua família e os modos de convivência nesse grupo, relatando de forma especial, a realidade brasileira.

Segundo Melo, em citação de Campos e Teixeira:

O uso do conceito de gênero procura dar conta da vivência diferenciada das mulheres e dos homens; das diversidades dos processos de socialização para homens e mulheres; dos padrões diferenciados de comportamento entre os sexos, dentre outras diferenças construídas culturalmente. (MELO, 2005 *apud* CAMPOS, TEIXEIRA, 2010)

Falamos de gênero nos reporta ao estabelecimento das relações sociais e dos padrões culturais implicados nas questões que envolvem o homem e a mulher.

Importante paralelo deve ser traçado, pois a questão de gênero permeia as relações interpessoais, avançando sobre atitudes e comportamentos existentes no âmbito das relações em sociedade, construindo teias de diferenças e desigualdades entre o homem e a mulher, em seu entrelaçamento social. Muitas vezes, essas ocorrem de modo velado e noutros casos se dá abertamente.

No relacionamento familiar, tais diferenças de tratamento são amplamente percebidas. É o já citado caso da partilha de responsabilidade quanto aos afazeres e cuidados diários com os familiares.

Podemos afirmar que a presença real da diferenciação entre o ser masculino e o ser feminino está presente no dia a dia, acumulando-se historicamente.

De acordo com Campos e Teixeira (2010), as hierarquias de gênero são criadas, reproduzidas e mantidas dia a dia, através da interação dos membros do lar. Na família é onde a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e reprodução dos gêneros se encontra enraizadas.

Podemos afirmar que, ainda hoje, entre outras questões, cabe à mulher a incumbência de ser a “cuidadora” do lar.

Cabe também a essa mesma mulher seu auto-cuidado, já que ela própria não só precisa manter-se economicamente, como atender a demandas físicas e sociais de várias ordens, e ainda estar preparada e disponível para desempenhar seu papel profissional.

Nesse sentido, entendo que ela terá dificuldade em garantir sua sobrevivência e proteção de sua família, em condições dignas; já que permanece fora do lar por longo período de tempo diariamente.

Desse ponto de vista, entendo que, nas condições atuais da sociedade, ela terá dificuldade em garantir, em condições dignas, sua sobrevivência e a proteção da família como um todo, já que permanece cotidianamente fora do lar por longo período de tempo.

Entendo, portanto, que na construção da vida em sociedade estão caracterizadas diferenças marcantes no que tange a valores, normas, condutas e inclusive na relação de “poder” entre homens e mulheres.

Trata-se, na evolução da sociedade, da permanência de relações sociais baseadas numa cultura machista, preconceituosa em relação à posição que a mulher deve ocupar nos espaços de convívio.

Para tratar da superação desse estado de coisas, é preciso conferir a importância heurística da ampliação conceitual do tema da relação entre os gêneros. De acordo com Campos e Teixeira (2010), na perspectiva analítica introduzida pelo reconhecimento da categoria gênero, a construção da masculinidade e da feminilidade é considerada um produto histórico, variável no tempo e no espaço.

Novos papéis foram atribuídos: ser trabalhadora, cabendo esta incumbência a ela por motivos diversos: separação, reclusão do companheiro, viuvez, entre outros.

Falamos aqui especialmente da mulher, que se encontra em situação vulnerabilidade social, e nesse recorte, a proteção a ela dispensada pelo Estado brasileiro foi a forma encontrada de denunciar as perversas condições que permeiam a vida da mulher brasileira que se encontra necessitando de apoio governamental para sua manutenção e de seus familiares.

Segundo Campos e Miotto (2003:186):

No Brasil, a comprovação da importância da participação da família e da mulher na operação de programas sociais, conforme aparece atualmente pela difusão nacional de projetos de combate à pobreza com transferência monetária direta, não é fato novo. Programas de provisão de moradia, por exemplo, vem optando entre nós, há décadas, por colocar o documento de propriedade do imóvel no nome da mãe, figura cuja maior permanência ao lado dos filhos enseja o uso mais continuado do abrigo pelo grupo.

É importante ressaltar que, segundo o MDS¹⁷ - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais de 70% dos usuários dos programas de transferências de renda tem carteira assinada, ou seja, os salários no Brasil ainda não dão conta de tirar a população da miserabilidade social.

Interessante relação traçam Campos e Miotto (2003), citando Caponi (2000:87), ao relatar:

Em relação às famílias proletárias, as “políticas assistenciais” dos filantropos vão jogar papel fundamental na inculcação de uma vida disciplinada e laboriosa que só pode ocorrer “no interior de uma família higiênica e laboriosa”. Ou seja, além da importância de sobrevivência dos filhos, cabe a mulher também tirar o marido das ruas e dos bares para que ele “prefira a previsão da poupança à dilapidação das reservas em festas populares”.

Observa-se que grande parte das mulheres, vivendo em condições precárias, expostas à vulnerabilidade social e, a rigor, numa rota de maior exclusão

¹⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. s/d. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio/visualizar_pratica_publica?>. Acesso em: 22/07/2012.

social dentro de rotinas férreas, buscam alternativas, novas possibilidades de proteção e de realização pessoal e familiar no dia-a-dia.

De acordo com a PNAS de 2004 no Brasil, mais de trinta por cento das famílias tem como “pessoa de referência” (na denominação do IBGE) a mulher, então considerada “chefe” da família. São elas as provedoras do lar.

Este crescimento ocorreu de forma diferenciada nas regiões do País sendo esta mais acentuada nas regiões metropolitanas, com disparidades da ordem de mais de 20% em alguns extremos. A região Norte é a que apresenta o maior percentual e a Sul o menor índice.

Segundo Campos (2010), a partir de 1990, as famílias adquirem lugar na formulação de políticas relacionadas à Seguridade Social, através de um chamado de urgência para a solução dos problemas e de pobreza e violência. Mas a que família nos referimos? Quem sofre a violência intra-familiar? Quem está mais exposto às diversas formas de violência?

As famílias a que nos referimos são exatamente aquelas que além da pobreza a que estão expostas, têm o enfraquecimento dos vínculos familiares e muitas vezes, subjetivamente perdem o reconhecimento próprio como pessoa de direitos.

E a mulher inserida na sociedade atual, sem direitos legitimados, mas cumprindo seus deveres. Deveres estes que são desempenhados à risca, todos os dias, pela cooptação de sua rotina, por labores exaustivos.

Tomemos a fala de Campos (2010), ao citar que há certa ambiguidade quanto à responsabilidade da família e do Estado na Política de Assistência Social, sendo a família considerada alvo da proteção social e simultaneamente estratégia de mediação dessa proteção.

Bem sabemos que as famílias brasileiras ainda necessitam realizar papéis relativos a certos tipos de proteção social de seus membros que não são considerados como de responsabilidade do Estado.

Diz também Sposati (2010): “A Matricialidade Sóciofamiliar supõe a relação social da família. Mas será que a proteção social está jogando sobre a família algo que é do Estado?” A resposta a esta questão foi amplamente explorada no decorrer desse capítulo, em que transferências do poder público são trazidas para o privado.

É sabido que o Programa Bolsa- Família atende mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil e é interessante expressarmos que este número pode nos

remeter à identificação da grande desigualdade social que existe e teima em existir no Brasil.

A composição do público beneficiário desse Programa ilustra o quadro persistente de desigualdades na história da sociedade brasileira. (CARLOTO, MARIANO, 2011)

Quanto ao BPC, segundo jornal do MDS de março de 2012¹⁸, 3,6 milhões de pessoas recebem o benefício atualmente, sendo a mulher a principal responsável por tal recebimento.

O descaso com as questões e necessidades femininas e principalmente no tocante as políticas que concedam á mulher melhores condições de vida e de trabalho, além de diminuição progressiva da desigualdade a que estão sujeitas, deve ser o caminho, quando se propõe uma sociedade mais justa e igualitária. (SPOSATI, 2010)

O tema, entretanto, traz consigo certa ambiguidade, já que as políticas sociais privilegiam o recebimento dos benefícios pelas mulheres, principalmente porque são elas que agregam suas famílias, redistribuindo o subsídio financeiro muito criteriosamente entre todos os membros.

A mulher ganha espaço no mercado de trabalho, mas seu ganho é proporcional às suas atribuições contínuas dentro do lar com aumento significativo de suas responsabilidades junto à sua família.

Não posso deixar de lembrar que é bem verdade também que “o ganho de espaço no mercado de trabalho” não ocorre de forma homogênea, pois sabemos, que os espaços não são destinados a todas as mulheres brasileiras igualmente.

Assim é definida pelas autoras Carloto e Mariano (2011:62) esta desigualdade:

A presença mais notável de mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re) produção de desigualdades sociais. Estas têm como eixos estruturantes os marcadores sociais como gênero e raça/etnia, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no Ocidente. Portanto, sexo e cor são também definidores das desigualdades sociais.

¹⁸ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Jornal MDS**. Brasília, março 2012. Disponível em: <www.mds.gov.br/saladeimprensa>. Acesso em: 23.07.2012

Com isso, podemos dizer que a proteção social continua na contemporaneidade brasileira, a ter cor bem específica. A desproteção tem o agravante no tocante da vida das famílias “chefiadas” na medida em que essas mulheres ainda percebem salários inferiores, quando comparados aos das mulheres brancas, entre outras questões relevantes quanto á discriminação na vida cotidiana delas.

A disparidade nas garantias das necessidades básicas entre as mulheres negras e as mulheres brancas, em nosso país, bem como, o tratamento igualitário dispensado a elas no cotidiano; é amplamente discutido por autores da área, entre eles, destaco Bento (2003), Bernardo (2003) e Carneiro e Santos (1985).

Meu intuito é ressaltar essa disparidade, já que ela se apresenta de forma gritante e que as mulheres negras na atualidade, ainda se valem das políticas sociais, “isso em virtude de uma exclusão histórica a que foram e estão sujeitas” (CARLOTTO, MARIANO, 2011).

O Brasil ainda revela grande ranço racista no tocante às condições de vida das famílias negras, de modo especial aquelas em que a mulher está sozinha, sem companheiro fixo.

As autoras Carlotto e Mariano (2011:61) deixam claro que não há intensos debates e pesquisas sobre a repercussão dos PTRs na vida das famílias brasileiras, em especial, “quais os efeitos destas questões para a vida das mulheres e para as relações de gênero, especialmente quando se trata das avaliações dos próprios órgãos executores”.

Portanto, entendemos que nosso olhar deve voltar-se para essa mulheres, que desde séculos anteriores têm sido relegadas a segundo plano no tocante à igualdade social. E gritam para que sejam vistas as suas necessidades e de seus familiares.

A complexidade da relação proteção/desproteção está posta em cena e exige ações governamentais.

As Andorinhas continuam sozinhas...

Carlotto e Mariano (2011:61) afirmam: “Este silêncio pode ser percebido também no âmbito das políticas de assistência social”.

Também claro é o pensamento de Couto (2008:37) ao relatar que:

No campo do direito e que tem sido campo e luta nas sociedades modernas refere-se a quem é portador dos mesmos, a quem eles se referem. As mulheres, os índios, as crianças e as minorias étnicas e religiosas foram incorporadas como portadores de direitos somente a partir de grandes discussões, em momentos diferentes, em sociedades distintas e, não de maneira homogênea e linear.

É sabido que caminhos longos deverão ser percorridos para que ela, e aqui não posso me eximir de dizer, a mulher negra de modo particular, precisa, ter o olhar político e social voltado para elas, para que possamos vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária coma diminuição da desigualdade social.

Nesse sentido, dando continuidade a forma como é realizada a proteção social no Brasil, resgato alguns elementos do sistema de proteção brasileiro, procurando fazer uma retrospectiva acerca da evolução da Política de Assistência Social. São mostradas as fragilidades e também as possibilidades no que diz respeito à realização dessa proteção em relação às famílias no Brasil.

No próximo capítulo; traço a trajetória da Assistência Social no Brasil enquanto política pública; até nossa realidade atual.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

“Se podes olhar, vê. E se podes ver, repara.”

José Saramago

2.1 DO CONCEITO DE DIREITOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inicio este capítulo, através da compreensão do conceito de direitos até chegar à trajetória da Assistência Social no Brasil. Tomarei como ponto de partida o governo de transição de Getúlio Vargas na década de 1930, e buscarei chegar aos tempos atuais.

A Assistência Social vem permeando a relação social no Brasil desde o século passado e antes de falar dela propriamente dita, é imprescindível trazer breves noções sobre o significado de “direitos”.

O marco referencial para início desta compreensão são os direitos sociais estabelecidos, desde o começo do Estado Novo. Para tanto, me embaso na autora Berenice Rojas Couto, mais especificamente em sua obra “O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?”.

Essa autora traz-nos a tese de que os direitos fazem parte da vida do ser humano, como forma de garantir a continuidade e preservação dos espaços ocupados pelo homem em seu cotidiano, traçando limites de convivência e patamares de sobrevivência. (COUTO, 2008)

Na sociedade, os direitos sociais são colocados como forma de estabelecer relação, entre as necessidades dos cidadãos e a realização de ações que permitam sanar tais necessidades básicas inerentes à condição humana.

De acordo com Couto (2008:33):

A introdução dos direitos sociais como enunciadores da relação entre Estado e Sociedade está vinculada a um projeto de Estado Social, constituindo-se em um novo patamar de

compreensão dos enfrentamentos da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos [...].

A explicação para o surgimento da noção de direitos se vincula às conquistas do povo ou é atribuída às por necessidades de se manter o controle sobre as massas populares, dando-lhes os mínimos sociais que garantam a ordem em sociedade.

Ainda, conforme Couto (2008:34):

Existem dois paradigmas para compreender a idéia de conquistas de direitos [...] a primeira como algo inerente à condição humana, fundada numa lógica apriorística, onde a natureza humana, por si só, é detentora de direitos [...] O segundo, representado pela ideia de que os direitos são resultados do movimento histórico em que são debatidos [...] delimitado pelas condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade [...]

O conceito de direito está relacionado com o de cidadania¹⁹. Nesta perspectiva avalio que, no processo sócio-histórico brasileiro, a forma assumida pelas relações de poder, dentro da contradição entre o capital e o trabalho, inerente ao sistema capitalista posiciona-se pela diminuição dos direitos adquiridos. Entendo que a análise de Couto, contempla a minha noção acerca de direitos e será meu ponto de partida nesta reflexão.

A autora trabalha com a noção de direito geracional e esclarece: “Uma das formas de compreender o campo dos direitos é classificá-lo a partir da idéia de geração” (COUTO, 2008). Com ela, simplesmente se classificam em: 1) a primeira geração: os direitos civis e políticos (conquistas dos séculos XVIII e XIX); 2) a segunda: dos direitos sociais (constituem-se no final do século XIX, ganhando evidência no século XX); e 3) os de terceira geração, enunciados como direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, fundados na idéia de solidariedade. (COUTO, 2008:35)

¹⁹ De acordo com Ione da Silva Cunha Nogueira (Mestre em Educação pela UNESP/Araraquara e Doutoranda em Educação pela UNESP/Marília) a definição de cidadania não possui significação única, pois evolui através dos tempos; ela só adquire forma própria quando faz parte de um indivíduo, o cidadão. Segundo Marshal (1967 *apud* NOGUEIRA, s/d) cidadania é definida como um “status”, concedido àqueles que são membros de uma comunidade, e que está intrinsecamente relacionado à igualdade entre as pessoas, envolvendo seus direitos e obrigações e pertinentes a essa mesma comunidade. Porém, a autora (NOGUEIRA, s/d) nos afirma que existe na própria sociedade que confere esse “status”, a desigualdade imposta pela classe social.

O processo de evolução dos direitos, ao longo da história da humanidade, foi lento, tendo sido necessários embates para que discussões sobre os mesmos fossem traçadas, com a intenção de se definirem mecanismos para garantia de sua concretude.

Ainda, de acordo com Couto (2008:35):

A enunciação desses direitos é feita por pactos na sociedade, que podem ser traduzidos em cartas de intenção, acordos políticos ou leis, e a sua forma e efetividade são resultados de embates, onde a pressão dos grupos na sociedade e o ideário prevalente nessa sociedade têm papel preponderante.

Com o passar dos tempos, temos que dois importantes documentos, de repercussão mundial foram traçados, considerando a importância do tema “direitos”, para a conservação da sociedade e convivência harmoniosa dos cidadãos (COUTO, 2008):

- 1) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa em 1789.
- 2) A Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU - Organização das Nações Unidas em 1948.

O primeiro documento emancipa a população francesa, principalmente por trazer a liberdade, a igualdade como direitos dos cidadãos, servindo de modelo para outros na evolução social. O segundo documento traz à sociedade mundial, o norte no que diz respeito ao ser humano e seus direitos fundamentais. (COUTO, 2008)

Nesse contexto observo a sociedade brasileira, de forma especial no século XX no que tange aos governos e a garantia dos direitos constitucionais pré-estabelecidos, com o intuito de entender, de fato, para quem os direitos nela são dispensados.

Entendo que os direitos estão colocados na sociedade brasileira como forma de enfrentamento nas relações capital/trabalho: “Uma primeira análise sobre a questão mostra que as políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da ‘questão social’, permitindo, apenas, acesso a recursos e serviços sociais” (YAZBEK, 2007:36).

A análise da conjuntura brasileira, desde a década de 1930 revela-nos que no Brasil, o tratamento dispensado à classe proletária é permeado pelo assistencialismo, pela caridade, juntamente com processos de coerção dos beneficiários possibilitados por eles. O Serviço Social brasileiro em suas protoformas corroboram neste sentido.

Assim relatam as autoras Behring e Boschetti:

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, com marcas do escravismo, pela fragmentação e cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromisso democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930 [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2008:79)

Sendo assim, a Assistência Social tem seu viés conservador ao se colocar entre as relações sociais, sempre favorecendo o capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores. É de suma importância verificar a maneira como a Assistência Social tem sido operacionalizada pelos governos especificamente, quanto à subalternização desses trabalhadores, sendo tratados com caridade em suas necessidades cotidianas.

Como relata Yazbek (2007:49):

[...] a via assistencial apresenta-se aqui a partir de perspectivas históricas e sociais que situam o assistencial como ação engendrada na teia das relações estabelecidas entre o Estado e os setores excluídos da sociedade [...] Assim, parte-se da concepção de que as políticas assistenciais resultam de relações entre Estado e sociedade [...]

Desta forma, temos que para a efetivação da garantia dos direitos essenciais à condição humana, os primeiros proletários tiveram que travar verdadeira luta rumo a essa conquista, quando passaram a exigir melhores condições de vida e de trabalho, desde o final dos anos da década de 1910, no início da industrialização brasileira.

Assim, ocorrem no seio da sociedade brasileira, as primeiras manifestações de descontentamento, com a atenção dispensada à classe trabalhadora.

Segundo Yazbek (2007:49): “[...] As políticas assistenciais apresentam uma forma historicamente modificável de acordo com as características das relações que se estabelecem na gestão estatal [...]”

Podemos concluir, então, que nas relações sociais e particularmente na reprodução da força de trabalho ocorre um formato de olhar “desviado” do real, olhar este, voltado para o controle de quem comanda em que o proletário é visto como o necessitado das ações estatais. Aí, coloca-se a Assistência Social, não como política pública efetivamente e sim como ações governamentais pontuais, de cunho caritativo e filantrópico, principalmente como forma de coerção sobre os trabalhadores brasileiros.

Yazbek destaca (2007:50):

Tradicionalmente, as ações públicas de enfrentamento da pobreza na sociedade brasileira têm sido acompanhadas por algumas distorções, que lhes conferem um perfil limitado e ambíguo [...].

Ressalta a autora:

- a) Seu apoio na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país [...]
- b) Sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade [...]
- c) Sua conformação burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área. (YAZBEK, 2007:50)

Avalio que desde o início do enfrentamento da Questão Social no Brasil, a Assistência Social foi o meio encontrado para aliviar tensões, ou seja, contribuir para a diminuição da insatisfação da população sem realmente ter como patamar mudanças concretas obtidas nas vidas das famílias brasileiras em vulnerabilidade social.

Corroborando este raciocínio conclui Yazbek (2007:51):

Assim, os padrões brasileiros de assistência social se estruturam ao sabor do casuísmo histórico, em bases ambígua e difusas, garantindo apenas um atendimento precário aos seus usuários, apesar de a pauperização no país não ser apenas conjuntural, mas resultar de organização social, política e econômica da sociedade.

A evolução da Assistência Social como política pública foi lenta e carrega até os dias atuais formatos de atraso político, perpetuando o formato assistencialista em sua trajetória.

2.2 DO ASSISTENCIALISMO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse recorte, enfatizo que não podemos nos esquecer que o capitalismo é o sistema vigente, desde séculos anteriores e tem o predomínio nas relações sociais e nas relações de produção dos bens sociais com o agravante de que a riqueza socialmente produzida nem sempre, ou na maioria das vezes, não será usufruída pela população que a produziu.

Assim o assistencialismo vem criando raízes no seio da sociedade capitalista globalizada, através de políticas compensatórias e as famílias desses proletários sofrem o reflexo da exclusão que, vista em sentido amplo, desdobra-se em exclusão de alternativas, de possibilidades, enfim, de seus direitos garantidos. É visivelmente expropriado o direito à vida digna das classes subalternas no Brasil.

Portanto, cabe ao Estado assumir seu papel de provedor de direitos e mediador das relações sociais, mas de forma a garantir a plenitude das relações e não o mascaramento.

Segundo esclarece Couto (2008:59):

A conformação do Estado moderno de direito é fundamental para o estabelecimento dos direitos civis e políticos, pois a enunciação desses direitos é base de sustentação desse tipo de Estado. O estado social vai ser criado quando da necessidade de responder diretamente às necessidades substanciais das classes trabalhadoras, em vista da integração

social, surgindo assim, as bases concretas para a formulação dos direitos sociais.

Contudo, na lógica traçada pelo capital, os direitos sociais serão adquiridos através de grandes embates traçados entre os operários e a classe dos burgueses.

Com o Estado Liberal²⁰, a luta travada para realização de conquistas, deverá emergir da sociedade, de forma especial pelo trabalhador que em seu cotidiano, se vê sem expectativas dos direitos contemplados.

A história da assistência social, propriamente dita, será demarcada da década de 1930 em diante, na sociedade brasileira. Por essa razão começamos trazendo para discussão a posse do então presidente Getúlio Vargas, e com ela, novos ares que passam a permear a relação capital-trabalho e por consequência a forma como o governo trata a questão da melhora das condições de vida dos trabalhadores brasileiros e dos membros de suas famílias.

O presidente tem seu jeito próprio de governar e vai buscar apoio na Igreja Católica para conter reivindicações do proletariado, cuja revolta vem à tona e conter as reclamações com a “Questão Social” aflorada em nossa sociedade, com o crescimento da industrialização e conseqüentemente das cidades, incapazes de absorver os operários e seus familiares e atender a suas demandas de condições de vida urbana.

Ao contrário, assim relatam lamamoto e Carvalho (2011:251):

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massa do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedí-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

Naquele momento, o que se apresenta na área específica da Assistência Social são apenas ações pontuais por parte do governo ligadas à caridade realizada pela Igreja Católica.

Continuam lamamoto e Carvalho (2011:251):

²⁰ Para Couto no ideário liberal, dois conceitos são centrais: o de autonomia e o de liberdade. O conceito de autonomia indica o ato de estar livre de coerção. Assim, a autonomia materializou-se, primeiro pela liberdade da opressão como interferência arbitrária, noção esta que estava associada à fruição de direitos estabelecidos. A autonomia vinculou-se à liberdade política, que é consubstanciada pela participação dos indivíduos na administração dos negócios da comunidade em qualquer nível. (COUTO, 2008).

A legislação social, assim como as instituições que a complementam, não pode ser vista apenas sob o prisma das carências que o aprofundamento do modo de produção faz aflorar: condições de moradia, trabalho, acidentes, insuficiência alimentar, desagregação familiar, abandono e mortalidade infantil, doença, etc. Mas, sobretudo como a expansão da acumulação se dando na ordem direta do aumento da miséria relativa da população trabalhadora.

Apesar da Constituição Federal de 1934 abrir espaço para os direitos sociais com a legislação trabalhista sendo efetivada mediante a criação em 1943 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), durante o governo de Vargas, concretamente a classe operária continua sendo tratada na fórmula caridade/coerção. (COUTO, 2008:103)

Nesse contexto de grande exploração da massa trabalhadora e direitos sociais minimamente garantidos, foram criadas as primeiras instituições assistenciais pelo governo Vargas, também na década de 1940.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (2011:255), foram elas: LBA- Legião Brasileira de Assistência, Previdência Social; SESI- Serviço Social da Indústria; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, muito mais para permitir atuação ampliada sobre as seqüelas da exploração capitalista, mantendo intocadas as condições em que ela se realiza e a situação de carência do proletariado, assim é apenas atenuada em seus aspectos mais gritantes.

A condição de vida das famílias brasileiras pouco se alterará naquela conjuntura política e social, ocorrendo formas assistenciais paliativas e que pouco agregaram à qualidade de vida e à Proteção Social a elas dispensadas.

Assim define Couto (2008:103):

O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa.

Nesse contexto, com mudanças substanciais na condução da política no Brasil, o poder de Getúlio Vargas se enfraquece e concomitantemente ocorrem manifestações da população exigindo a volta da democracia e o fim do autoritarismo. Assim, em 1945 finda-se o mandato de Vargas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1946 tem-se o retorno da liberdade civil, política, etc., bem como o voto secreto, entre outras providências no campo social.

De acordo com Couto (2008:105):

A grande novidade da Constituição de 1946 refere-se ao fato de ela ter abolido os instrumentos que cerceavam as liberdades dos cidadãos, garantindo-se, no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e inclusive o direito de greve.

Ainda em 1948, ocorreu a implantação do Plano Salte no governo de Eurico Gaspar Dutra, que naquele momento, estava preocupado com a realidade social. Este plano tinha como diretriz atender às áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. É o primeiro plano governamental que introduz a perspectiva de atendimentos à questão social nas preocupações do governo, incorporando, políticas de cunho econômico e social. (COUTO, 2008:107)

Em relação ao Plano Salte, porém, autores diversos concordam que foram poucos efetivamente os avanços conseguidos no país. (COUTO, 2008:107)

Na década de 1950, o Brasil passa pela fase do Desenvolvimentismo²¹, em que ocorre o crescimento da industrialização dentro da política então adotada presidente Juscelino Kubitschek, ao trazer para seu governo as metas de modernização do Brasil, com a intenção de crescimento do país.

O início de seu governo foi marcado pelo otimismo da população brasileira que internalizou a idéia de desenvolvimento do país, principalmente com a possibilidade de realizar a mudança da capital para a cidade de Brasília no Centro-Oeste brasileiro com a ideia de levar o desenvolvimento para o interior do país. (SÃO PAULO, s/d)

Ocorre no bojo deste desenvolvimento a exploração em massa dos trabalhadores urbanos, com diminuição do seu poder aquisitivo e ao final do mandato de Kubitschek uma crise econômica de grande proporção assola o Brasil,

²¹ Desenvolvimentismo, segundo Castro (2010:134), estratégia com qual os países desenvolvidos-especialmente os EUA- procuravam criar condições (políticas, administrativas e culturais) mais propícias para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e o mercado latino-americano sob sua hegemonia financeira. Para Couto: baseava-se na ideia de que, para as nações latino-americanas, a industrialização, peça essencial para o nacionalismo desenvolvimentista, seria o único caminho a trilhar se desejassem se tornar senhoras de seu próprio destino e, simultaneamente, se verem livres da miséria. (CARDOSO DE MELLO, 1990 *apud* COUTO, 2008)

pois o presidente “abriu a economia do país para o investimento externo” (COUTO, 2008:110).

Alto custo é cobrado da massa operária e a esperança da população de ver melhoradas suas condições econômicas e sociais, mais uma vez tornam – se frustradas.

No campo da Assistência Social foram criados, na década de 1950, o Programa de Alimentação de Gestantes e o Programa de Alimentação Escolar (DRAIBE, 1993 *apud* COUTO, 2008).

Sem suas necessidades contempladas, ao proletário resta somente contar com o apoio de seus familiares na busca por satisfazê-las tentando resgatar assim a subalternidade a que foram expostos.

Conforme Yazbek (2007:18):

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe como complementar, o exercício do domínio ou da direção através das relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

Se as políticas sociais nesse período não foram eficazes concretamente na vida do proletariado brasileiro, o destaque naquele período foi a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) em 1960.

Ocorre nesse patamar de vida em sociedade a transição para a década de 1960. Com ela a ascensão de Jânio Quadros ao poder como presidente do Brasil com a esperança de melhorias para a população como um todo, porém, essa década foi marcada por cruéis momentos vividos em solo brasileiro em função da ditadura militar implantada em 1964.

Jânio Quadros é eleito com expressividade de votos, tem como vice João Goulart. O apoio ao seu governo foi de larga amplitude e pensava-se que ele poderia solucionar os problemas sociais e econômicos pelos quais passavam o Brasil.

O presidente toma atitudes sem o consentimento do seu partido (UDN) e permanece pouco tempo no poder. Após sete meses de mandato ele renuncia ao poder. (SÃO PAULO, s/d)

Mais uma vez a população brasileira e suas necessidades são relegadas a segundo plano, sem a efetivação de políticas públicas que viessem ao encontro delas.

Couto (2008:112) relata:

Em meio às manifestações sociais, Juscelino transmitiu o poder a Jânio Quadros, eleito em 1960, com o apoio da UDN e com promessas moralizantes de grande efeito popular. Governo que durou apenas sete meses, quando sua renúncia cria uma crise institucional pelo veto dados pelos militares ao então vice-presidente João Goulart, candidato apoiado pelo PSD e pelo PTB.

Vivendo momentos conturbados, a sociedade brasileira fica a mercê dos desmandos vivenciados naquele período em que governos de direita se posiciona contra as forças democráticas e de esquerda que pudessem emergir.

Após longo embate, finalmente assume João Goulart, presidente que era simpatizante do socialismo. E isso faz gerar em seu tempo de mandato sérias adversidades, tornando-se alvo de discórdias e enfrentamento diante da direita brasileira (COUTO, 2008; AGUIAR, 2011).

O governo de João Goulart traz consigo manifestação do descontentamento do operariado, que se estruturavam em sindicatos e ocorrem também inúmeros movimentos sociais, contribuindo para que os políticos mais conservadores se sentissem ameaçados. Dessa forma o presidente Jango, como popularmente chamado, é retirado do poder arbitrariamente e contra o desejo da população. Instala-se no Brasil a ditadura militar.

Com o Golpe Militar de 1964, o Brasil passou por um período que nos reporta a tudo que de pior se possa imaginar para uma nação.

Conforme Aguiar (2011:129):

De novo os militares intervêm na política brasileira, como já o fizeram em 1937, 1945, 1954, 1961. Somente que, desta vez, a intervenção foi diferente das outras. Os militares de “linha dura” queriam o poder e não devolvê-los aos civis, pois alegavam incapacidade destes de dirigir a nação [...].

Severo regime imposto, custeado pelos Estados Unidos da América, que deixou a população, em alto grau de miserabilidade e ademais com cerceamento da liberdade de manifestação, dado seu caráter ditatorial.

Bem sabemos que os grupos ou pessoas que se posicionavam contra o regime estabelecido sofriam as mais cruéis formas de atrocidades e represálias. Naquela circunstância é vetado ao povo brasileiro a possibilidade plena da vida cotidiana.

Segundo Netto: “O desfecho de abril de 1964 foi a solução política que a força impôs: bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra-revolucionário [...] Seu significado foi óbvio; derrota das forças democráticas, nacionais e populares.” (2009:17)

A trajetória da assistência social nesse período de tempo é traçada somente por decisões pontuais e a formulação de políticas sociais é efetivada de forma contraditória: somente para o operariado urbano, sendo que em sua grande maioria até 1970, os trabalhadores brasileiros encontravam-se em área rural. (COUTO, 2008; AGUIAR, 2011)

O período ditatorial, foi um momento de muita ambiguidade, existindo dois Brasis. A contradição permeava as relações sociais naquele momento. De um lado o governo ditatorial e de outro aquele ufanista, tentando passar a impressão de um Brasil desenvolvido e igualitário.

De acordo com Vieira (1995 *apud* COUTO, 2008):

O primeiro, o da repressão, da tortura, da censura. O segundo apontava para o progresso, o ufanismo, buscando cooptar a população, na sua maioria pobre, vivendo as precárias condições de vida para a legitimação das medidas governamentais.

Observa-se na literatura que o governo ditatorial anunciava as realizações na área social, como garantia do compromisso assumido com a população, principalmente a pobre, muito embora elas fossem apenas para manter a população sob seus domínios. (AGUIAR, 2011; COUTO, 2008)

A Constituição Federal de 1967 trouxe em seu texto ampla alteração nos direitos sociais, porém com o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, eles foram alterados tornando-a obsoleta. (COUTO, 2008:125)

Fica clara a posição governamental daquele período frente à população brasileira: mais uma vez o controle e a coerção são os “instrumentos de diálogo com a massa proletária.”

E assim, em 1969 o governo militar edita nova Constituição Federal e o campo dos direitos sociais é preservado, quando tratado individualmente. (AGUIAR, 2011; COUTO, 2008) Mas os militares arditosamente estabelecem no capítulo V, a possibilidade do estado de sítio ou estado de emergência, podendo suspender todos os direitos constitucionais.

Na década de 1970 ocorre no Brasil que se denominou “Milagre Econômico”, período marcado pelo crescimento econômico, à custa das péssimas condições de vida dos trabalhadores brasileiros e de seus familiares, bem como, o crescimento da dívida externa.

Ainda de forma arbitrária, os governantes militares tomam medidas no setor social para que fosse fortalecido o capital e que de alguma forma atendessem às demandas sociais, criando instituições sociais, que comporiam o sistema de proteção social daquela época. (COUTO, 2008)

Passam mais de vinte anos sob a ditadura imposta e os brasileiros vivendo nessa conjuntura política. “A revolução de 1964, independentemente do nível de consciência dos seus líderes quanto às funções desse movimento, foi objetivamente a contrapartida política do desenvolvimento econômico.” (PEREIRA, 2000 *apud* AGUIAR, 2011)

Dessa forma, com o arrocho salarial, a concentração de renda nas mãos de poucos e a pobreza generalizada, grande descontentamento foi gerado na população, fazendo com que crescessem, e se fortalecessem, os movimentos sociais.

Segundo Aguiar (2011:145),

A partir de 1978, depois de ter passado pelo milagre econômico brasileiro, tendo em vista as pressões do povo, dos operários e de várias instituições da sociedade civil e por uma estratégia do próprio regime, temos um período de “Abertura Democrática”.

A população brasileira passa a exigir amplos direitos civis, políticos e sociais, tomando as ruas e exercendo forte pressão sobre o governo para que esses direitos

fossem retomados. Os anos 80 começam sob o clima da abertura, rumo à democracia esperada.

Desta forma, esta situação de descontentamento e a necessidade de retomada da liberdade, fez eclodir o ressurgimento das forças de resistência democrática cujo emblema maior foi o movimento sindical do ABC Paulista ganhando amplitude nacional, com a população exigindo o processo de abertura para a democracia.

O transcorrer desses anos foi de ampla organização popular, que tinham por objetivos, mudanças sociais na perspectiva de ampliação da democracia e como forma de alterar a rota na realidade hostil vivenciadas até então.

Uma campanha que nasceu dos movimentos de trabalhadores e dos partidos de oposição, dos estudantes, toma toda uma nação. A passeata das “Diretas Já”, em abril de 1984 na cidade de São Paulo tornou-se um marco, com os participantes nas ruas em busca do direito de votos diretos para presidente da república. A campanha “Diretas Já” foi o maior evento popular da história do Brasil. (SÃO PAULO, s/d)

A transição para a democracia deu-se de forma arbitrária ao desejo da população, realizada de forma indireta (por um Colégio Eleitoral) que elege Tancredo Neves como presidente, e como sabemos, este não chega a assumir seu cargo, em virtude de sua morte. Assume o cargo de presidente, seu vice-presidente: José Sarney.

Citando Couto (2008:144):

O governo de José Sarney pautou-se inicialmente pela fraca sustentação política e popular, uma vez que a eleição supunha que Tancredo Neves é que seria o presidente, com forte apoio popular.

Apesar dessa decepção - que ocorreu entre a grande massa que lutara por eleições diretas – substituídas por um processo indireto, e depois ainda da morte de uma das importantes lideranças do movimento, que seria o presidente, o Governo de Sarney trouxe ampla contribuição para o processo constituinte. Seu governo ficou conhecido como aquele de transição democrática.

E assim, nesta retrospectiva, chego ao momento histórico em que é promulgada a Constituição de 1988. Nesse sentido, entendo que é necessário

abordar o tema com mais profundidade para a interpretação correta da inclusão da Assistência Social como Política Pública, prevista no artigo 1º da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, tornando-se dever do Estado e direito do cidadão brasileiro.

2.2.1 A Constituição Federal de 1988 e a Assistência Social: novos parâmetros para a Proteção Social no Brasil

Novos tempos: tempos de esperança, tempos de renascimento; esperança e renascimento sociopolítico. Assim surge no cenário brasileiro o ano de 1988 e para a maioria dos brasileiros: sedentos de justiça e igualdade, torna-se imperiosa a necessidade de concretização das mudanças esperadas nos paradigmas governamentais como consequência das mudanças sociais há tanto tempo vislumbradas.

O processo constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representaram, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social, trazidos como herança dos anos anteriores.

A Constituição Federal introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, num país incapaz de universalizar direitos, tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes em seu benefício. (BRAVO, 2009:96)

Importante momento para a sociedade brasileira, pois através de movimentos sociais intensos, forte pressão sobre o Estado brasileiro para que a abertura se concretizasse e finalmente a possibilidade da democracia fosse efetivada, bem como, a diminuição gradativa da desigualdade social.

Mas sabemos que foram momentos de grande contradição, pois, se de um lado tivemos avanços constitucionais por outro o Brasil continua economicamente com patamares altos de exclusão social e forte recessão. (COUTO, 2008:139)

A chamada Constituição Cidadã, tinha como característica o seu cunho social e a garantia dos direitos das pessoas, bem como, buscava ser uma referência emblemática sobre as transformações pela qual passava o Brasil. (SÃO PAULO, s/d)

Essa Constituição traz em seu texto alterações na forma como é tratada a Assistência Social, que passa a ser garantida como Política Pública, universalizada e devendo compor juntamente com a Saúde e a Previdência social, a Seguridade Social no Brasil.

Para Yazbek (2011:03):

Para a Assistência Social, com esta inclusão no âmbito da Seguridade Social tem início a construção de um novo tempo. Como política social pública, começa seu percurso para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade social.

A implantação da Assistência Social, enquanto política pública, não ocorreu rapidamente visto que nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1988, ela não foi prioridade nos governos que assumiram o poder.

A LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, foi criada somente após cinco anos da promulgação da Constituição, em 1993, só então, aproximando mais efetivamente um dos direitos sociais estabelecidos na Carta Magna.

Collor de Mello, o primeiro presidente a ser eleito diretamente depois da ditadura militar, dentro de um orientação política neoliberal, não priorizou, de maneira geral, a agenda social brasileira, vetando inclusive a primeira lei que regulamentava o direito à Assistência Social, aprovada pelo Legislativo, alegando falta de recursos financeiros para implementá-la.

O presidente Fernando Collor de Mello, era tido como aquele que iria realizar a “moralização no país”. Este presidente frustrou a grande massa que o elegeu, tendo se envolvido em desmandos e escândalos que, suscitaram descontentamento e ampla mobilização popular contrária a seu governo, levando-o à cassação, ao *impeachment*.

Entre esses desvios, esteve o de verbas envolvendo a própria primeira-dama, Rosane Collor, que conduzia o órgão de assistência social diretamente ligado à Presidência da República, LBA - Legião Brasileira de Assistência, sendo deposta do poder pelo próprio marido.

Até o fim de seu mandato, o governo Collor não efetivou a Lei da Assistência - LOAS, relegada a segundo plano, mesmo que baseada em direito constitucional e diante da importância das respostas às péssimas condições de vida da população do Brasil, como um todo.

Com a sua cassação, assume, Itamar Franco, vice-presidente. Na sua gestão procura conter a alta inflação e para tanto criou o Plano Real, com a forte ambição no sentido de estabilizar a economia do país.

Segundo Couto (2008:147) redefine-se a posição governamental no que tange à Política Social, com perspectiva “compensatória”.

Itamar Franco apresentava grande diferença em relação a Collor, em pouco tempo ganhando a simpatia da população e fazendo ocorrer coalizões partidárias em torno do novo governo, dada suas características pessoais e políticas conciliadoras. (SÃO PAULO, s/d)

Ainda de acordo com Couto (2008), a importância para a área social neste governo se deu em função da criação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Muitos autores ressaltam essa iniciativa como resultada da pressão da população e de categorias sociais, como a de assistentes sociais, por exemplo, que pressionavam o governo no sentido de criar uma lei específica.

No governo de Itamar Franco, em 1993, também foi criado o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, tendo como propósito a união entre a sociedade civil e o governo. (PEREIRA, 2000:166 *apud* COUTO, 2008:148)

Momento ímpar este, em que foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que infelizmente, apesar do amplo apoio da população e da dedicação e entusiasmo de Herbert de Souza, o Betinho não criou raízes profícuas.

O saldo desse governo para a área social não foi positivo, visto que não ocorreram ações com maior amplitude e visibilidade. Assim, o legado do governo Itamar Franco para a área social inscreve-se com pouca expressividade, assim como os governos que o antecederam. (COUTO, 2008:148)

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assume o governo com orientação neoliberal, abrindo ao capital estrangeiro as portas das estatais brasileiras e priorizando a área econômica em detrimento da social, acreditando que a estabilidade econômica é veio que levará a área social a florescer.

O governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) traz a marca de olhar timidamente para a área social, não modificando as condições sociais do país. Muito

pelo contrário. De acordo com Couto (2008:149): “Os esforços governamentais nessa área foram ínfimos, a ponto de, em 1995, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) ter denunciado o descaso desse governo com as políticas sociais.”

Também ocorre no mandato de FHC a política de solidariedade e do voluntariado, permitindo que o governo se esquivasse de uma responsabilidade financeira maior na área da Seguridade Social, previsto na Constituição Federal no que tange aos direitos sociais. (COUTO, 2008:150) De acordo com Couto (2008:151): “Do ponto de vista institucional, os programas referendam ações pontuais, com destaque para programas que pretendiam erradicar a fome e miséria.”

Do ponto de vista da Política de Assistência Social, no Governo FHC, foram extintas instituições assistenciais extintos órgãos governamentais de Assistência Social centrais (além da LBA já citada anteriormente), o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério do Bem-Estar Social. Segundo orientação governamental, a ideia era “modernizar a administração pública, enxugar a estrutura do Estado e o quadro funcionários, abolindo práticas clientelistas, corporativas e corruptas dos órgãos do governo” (PEREIRA, 2000 *apud* COUTO, 2008:178).

Ao término do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (2002), o quadro econômico do país era desfavorável: crises internacionais, fuga de capitais estrangeiros, desvalorização do Real, o apagão ocorrido em 2001 e, sobretudo, o reduzido crescimento econômico que contribuía para o aumento do desemprego.

De acordo com Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2010:37):

Nestes anos em que se aprofundaram desigualdades e exclusões, a análise do desempenho concreto da assistência social como política de seguridade aponta para desacertos e adequações ao ambiente neoliberal.

Autores diversos (COUTO, 2008; YAZBEK, 2001; PEREIRA, 2002) fazem severas críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito à Assistência Social, sugerindo perda da equidade, da justiça social; submetendo a população demandária dessa política a constrangimentos e devendo “provar a pobreza a qual fazem parte”, gerando fortes estigmas nelas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assume a presidência em 2003 com a proposta de efetuar reformas para o crescimento do Brasil e diminuir a desigualdade

social que é uma verdade incontestável. Ainda assim, o Governo Lula deu continuidade à política econômica de FHC.

Embora os autores tenham opiniões divergentes sobre a forma de conduzir a Política Social no Brasil, durante o governo do presidente Lula, pode-se afirmar, que este apresentava-se defendendo historicamente ações universalistas, embora não sendo contrário à realizar políticas focalizadas. (PRIORE, VENANCIO, 2010:296)

Com a desigualdade social atingindo patamares altíssimos e crises do capital mundial assolando a economia brasileira, após dois anos do primeiro mandato de Lula, a área social entra em pauta, sendo necessárias medidas no sentido de diminuir o sofrimento da grande massa de trabalhadores com aumento do desemprego, entre outras adversidades sofridas pela população.

Nesse sentido, providências para a recuperação da economia nacional foram tomadas e com isso a população brasileira, aos poucos, tendeu a recuperar-se economicamente.

Para Priore e Venancio (2010:297):

A alternativa, do ponto de vista das propostas universalistas, seria a efetivação de políticas de pleno emprego e generalização do ensino público de qualidade, que tornariam dispensáveis programas assistenciais e cotas étnicas no ingresso das universidades.

Essa linha não foi a escolhida como orientação de governo.

Assim sendo, os programas ligados à área social foram o caminho das ações do governo Lula da Silva. Também não foram adotadas ações governamentais universalistas no alcance da totalidade da população na cobertura do atendimento às possibilidades de vida plena.

Esse governo apresentou como características a baixa da inflação, taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), redução do desemprego e recordes no superavit da balança comercial. (Cartilha do Legislativo do Estado de São Paulo)

Feitos que deram estabilidade econômica ao país levando a população a vislumbrar melhores condições de vida e de trabalho. Mas a verdade é que somente no início do segundo mandato, com maior distribuição do Bolsa Família é que ocorreu o fortalecimento das classes subalternas do Brasil, possibilitando-lhes serem visualizadas, fazendo gerar a economia nos municípios de pequeno porte, pois o recebimento mensal do programa colaboraram nesse processo.

Temos pois, que as ações governamentais do governo Lula possibilitaram melhorar o quadro de miserabilidade que se instalou no Brasil. Trata-se de uma trágica constatação de que cerca de 50 milhões de brasileiros vivem na miséria. (PRIORE, VENANCIO, 2010:296)

A Assistência Social após anos e governos sem tê-la vista como prioridade e de necessidade ímpar para fazer com que aqueles brasileiros em miserabilidade social resgatassem a cidadania, passa a ocupar nesse período período o lugar que vem merecendo há muitos anos.

Assim, desde a promulgação da Constituição de 1988, somente no século XXI, a Assistência Social caminha para a efetivação como Política Pública não contributiva.

2.2.2 Após 1988 no Brasil a cidadania é resgatada?

O conceito de cidadania, apresenta-se como a capacidade conquistada por todos os indivíduos, de se aproximarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem todas as potencialidades de realização do homem colocadas pela vida em sociedade em determinados contextos históricos. (COUTINHO, 2000:50 *apud* COUTO, 2008). Ou, ainda de acordo com Zola (2011) é um conceito sócio-histórico, com significados variados conforme seu tempo e espaço, sendo desde os primórdios embasada nos direitos e deveres regulados dentro de uma coletividade.

Ocorre que na contemporaneidade brasileira, os usuários da Assistência Social, apresentam-se como aqueles que não têm lugar no mercado de trabalho, ficando fora dele apesar de não serem inaptos para tal, necessitando ocupar lugares “subalternos” ou subempregos.

Com isso a cidadania é colocada numa relação tênue entre o trabalhador brasileiro, que por conta de um sistema excludente, muitas vezes, fica à margem da sociedade. Diante disto, é a Assistência Social que deve dar subsídios e, portanto, melhores condições sociais para todos os indivíduos que, por vicissitudes da vida precisem de suporte ou apoio governamental.

Dessa forma, o indivíduo, no contexto sócio-histórico apresenta-se com: “o estigma associado à assistência aos pobres, pois exprimia os sentimentos profundos

de um povo que entendia que aqueles que aceitavam a assistência deviam cruzar a estrada que separava a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes” (MARSHALL, 1967 *apud* COUTO, RAICHELIS, SILVA, YAZBEK, 2010:47).

Enfim, temos que cidadão será aquele que vivendo em sociedade conseguirá viver plenamente com direitos resguardados e deveres cumpridos de forma a garantir à coletividade a justiça social, bem como, a diminuição da desigualdade.

Dessa forma entendo que a Assistência social é colocada na Constituição Federal de 1988 como aquela que garantirá “a todo brasileiro que dela necessitar”²², a provisão de suas necessidades para que se cumpra o preceito de cidadania, devendo ser realizada a proteção social²³.

Ora, se, de fato, está garantido que todos tenham acesso a tal política pública, verifica-se que os governos que assumiram após a vigência da última Constituição, pouco realizaram para que ela se efetivasse, alterando dessa forma, o status do cidadão brasileiro.

De acordo com Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2010:33):

No caso da Assistência Social, o quadro é ainda mais grave. Apoiada por décadas na matriz do favor, clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, relegada como secundária e marginal no conjunto de políticas públicas.

É entendido, portanto, que ao se efetivar a LOAS, esta deverá trazer em seu bojo a garantia da cidadania a que o brasileiro tem direito, uma política de caráter não contributivo, devendo “estabelecer o vínculo entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais” (COUTO, RAICHELIS, SILVA, YAZBEK, 2010:34).

²² Conforme as autoras Couto, Yazbek, Silva e Raichelis (2010:45): “aqueles que dela necessitarem”, o que no caso da realidade brasileira pode ser traduzido por todos os cidadãos que se encontram fora dos canais correntes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais.

²³ Segundo as autoras Couto, Yazbek, Silva e Raichelis, a Proteção Social significa um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou de privações sociais. (JACCOUD, 2009 *apud* COUTO, YAZBEK, SILVA, RAICHELIS, 2010)

Analisando a evolução da Assistência Social, percebe-se um caminhar lento rumo à garantia de direitos, e dessa forma a constatação de que a cidadania no Brasil segue o caminhar da própria política social.

Ao pensarmos em resgate da cidadania através da garantia de políticas públicas para que os indivíduos possam vislumbrar melhores condições em sociedade, é necessário que se tenha verdadeira criticidade na condução de programas, possibilitando que diminua tal exclusão da vida das famílias brasileiras.

De acordo com Guimarães e Cavichioli (2008:128):

[...] No Brasil, é muito mais grave e aguda a vivência da pobreza e das demais formas de exclusão social. É preciso ser crítico, realista e cuidadoso na elaboração de políticas e programas sociais, tendo sempre presente a necessidade de desenvolver mecanismos que considerem a real situação das famílias.

Sendo assim, somente com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS de 2004 vislumbra-se a efetivação da LOAS na perspectiva do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, “pois a 1ª PNAS não conseguiu dar subsídios por ficar ao lado do Programa Comunidade Solidária instituído (através de Medida Provisória) pelo então presidente Fernando H. Cardoso em seu primeiro dia de mandato” (COUTO, RAICHELIS, SILVA, YAZBEK, 2010:36).

O resgate da cidadania em solo brasileiro começa a acontecer somente neste século, e concretamente de forma lenta e muitas vezes não permitindo a todo cidadão brasileiro de forma equitativa inserir-se nesse contexto.

Essas relações (trabalho e assistência social) são dúbias e paradoxais, pois ao pobre cabe ascender para trabalhador, para que este possa entender-se como cidadão e caso necessite da assistência social e pública perde essa condição. (COUTO, RAICHELIS, SILVA, YAZBEK, 2010:47)

E acrescenta Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2010:47):

A Assistência Social aos pobres não era reconhecida como direito de cidadania; ao contrário, era uma alternativa à condição de cidadão que, para acessar alguma modalidade de proteção social pública, tinha que renunciar ao estatuto de cidadania, lembrando o conceito da *Poor Law*²⁴.

²⁴ Tradução, Lei dos Pobres. Dentro do processo da criação de direitos sociais, o autor analisa as consequências da *Poor Law*, a segunda, votada em 1834. Essa lei prestava assistência somente aos

Portanto, é premente olharmos a condição do cidadão de forma direta, com a clareza de que a cidadania será de fato vivenciada, quando todo brasileiro não se sentir culpado ou penalizado em virtude de sua situação econômico-social desfavorável.

Cabe ao Estado brasileiro, garantir os preceitos constitucionais e através deles realizar a soberania nacional da população.

2.2.3 O BPC - Benefício de Prestação Continuada como possibilidade de alterar rotas de pobreza

Este benefício faz parte da Assistência Social²⁵, assegurado no Sistema de Proteção Social não contributivo, na perspectiva da Seguridade Social compondo seu tripé: Saúde e Assistência Social (não contributivas) e Previdência Social (contributiva).

De acordo com a Cartilha do BPC, do MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2012:01), este

[...] é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Este benefício foi estabelecido dentro da implantação da LOAS, devendo compor os mínimos sociais necessários a sobrevivência do cidadão brasileiro, porém é operacionalizado pelo INSS- Instituto Nacional de Seguro Social. Sendo o Benefício de Prestação Continuada- BPC, criado em cumprimento ao designado

miseráveis e inválidos, que para serem atendidos, deveriam abrir mão da condição de cidadão. Ou seja, direitos sociais mínimos foram desligados do *status* de cidadania, já que a *Poor Law* não tratava as reivindicações dos pobres como uma parte integrante dos seus direitos, porém como reivindicações que seriam atendidas somente se deixassem de ser cidadãos. (JARDIM, s/d)

²⁵ Consta dos "Anexos" desta dissertação as legislações que tratam do BPC.

através da Constituição Federal de 1988 da criação de um benefício sem a necessidade do indivíduo ter contribuído para o Sistema Previdenciário.

Como previsto na Cartilha do BPC – do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome:

Por caracterizar-se como benefício atrelado ao cumprimento permanente das condições estabelecidas na lei, deverá ser revisto a cada dois anos, para verificação de sua continuidade. Em caso de morte do titular não poderá ser repassado para seus dependentes, sendo individual e intransferível. (BRASIL, 2012:05)

Ainda de acordo com a mesma Cartilha: “este benefício não pode ser acumulado com outro no âmbito da Seguridade Social (como por exemplo aposentadoria, seguro desemprego, ou pensão)” (BRASIL, 2012:06).

Entende-se que ele tem colaborado para alterar a rota da pobreza, pois em nosso país, a visão a respeito da população empobrecida sugere não haver alternativas para mudar tal situação. Com o recebimento de um salário mínimo mensal, no entanto, torna-se possível, ao beneficiário organizar sua situação econômica, obtendo condições de resgatar a cidadania.

Como escreve Cerqueira (2009:196):

Por mais perversa que a vida possa parecer e maior repugnância que a realidade inspire, permanecemos impassíveis diante de um mundo que administra e confirma nossas incapacidades, fazendo parecer impossível a criação de saídas para a existência.

Portanto, entendo que a Proteção Social brasileira deve cumprir seu papel, dando condições ao indivíduo de alterar rotas de pobreza, possibilitando desconstruir tais afirmativas que tem feito parte dos modos de pensar das pessoas em sociedade.

Dessa forma, temos que perceber a importância dos Programas de Repasse de Renda como aliados na condução da Política Pública constituindo-se em ponto de apoio para diminuir a pobreza e a exclusão social.

Cabe salientar que a pobreza, ou a família do trabalhador pobre no Brasil, tornou-se tema central de discussões e ações nas políticas públicas somente na

década de 1990, abrindo amplo leque nas discussões econômicas e sociais naquele período. (CERQUEIRA, 2009:200)

Com efeito e como forma de minimizar tal realidade brasileira temos que de acordo com dados do Governo Federal “no primeiro semestre de 2011, o BPC atendeu mais de 3, 5 milhões de brasileiros” (BRASIL, 2012:06).

Vale ressaltar, a condicionalidade imposta ao beneficiário: que a família para ter acesso a este benefício deverá comprovar renda mensal de no máximo $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente, o que por si só mostra a face da população a ser contemplada nesse programa governamental.

Dessa forma, de acordo com lamamoto (*apud* COUTO, 2008:17), entendo a relevância de se pensar e criar ações e programas que fossem ao encontro das necessidades das pessoas em vulnerabilidade social, abrindo espaços para recompor perdas vivenciadas e possibilitar acessibilidade.

Pois bem, esse benefício garantido através da Constituição Federal deverá compor a renda daqueles beneficiários, para que eles possam sentir-se amparados vivendo com melhores condições ao fazer parte desse programa governamental, fortalecendo os vínculos familiares e sociais.

De acordo com o livro “Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados” (vol.2): “O BPC tem como objetivo garantir proteção ao idoso e à pessoa com deficiência incapacitante, quando estas necessitem por estarem socialmente desprotegidas” (VAITSMAN, SOUSA, 2007:233).

Entendo que o fenômeno da fome e da exclusão social no Brasil, será minimizado, quando ações governamentais forem realizadas de forma a contemplar concretamente o cidadão em suas necessidades básicas, garantindo que a pessoa possa contar com tal ajuda não de forma pontual e sim como recurso “concreto e estável” em sua rota de pobreza, dando-lhes condições de alterá-la.

De acordo com a cartilha do BPC: “este benefício tem oferecido grande contribuição no combate ao fenômeno da fome e da exclusão social entre idosos e pessoas com deficiência [...]” Em 2006, foram gastos com o programa 8 bilhões de reais no pagamento de benefícios a 2.445.602 beneficiários entre idosos e pessoas com deficiência incapacitantes.

Importante relatar o conceito de família considerado ao se definir o público atendido por esse Programa. Segundo consta na obra “Avaliação de Políticas e Programas do MDS: resultados”:

Nos domicílios particulares, considera-se família a pessoa que mora sozinha, o conjunto de pessoas ligados por laços de parentesco, de dependência doméstica; e as pessoas ligadas por laços de convivência. Dentro de cada domicílio particular podem residir mais de uma família, as chamadas famílias conviventes. (VAITSMAN, SOUSA, 2007:239)

A pobreza em nosso país deve ser encarada, de forma que a sociedade brasileira presencie mudanças concretas em relação à situação de privação a que passa a população demandatória de ações governamentais. Efetivando-se, o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, possibilitando uma sociedade mais justa e solidária com a condução das Políticas Públicas, de forma especial na Política de Assistência Social, o INSS.

2.3 SÉCULO XXI: NOVOS RUMOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL E PARA FAMÍLIA BRASILEIRA NO BRASIL

Prenúncio de novo século... O tão esperado século XXI é realidade em nossas vidas. Momentos de reflexão acerca da vida familiar, especialmente das famílias em vulnerabilidade social que necessitam de suporte para sua manutenção.

Assim relatam os autores Silva, Yazbek e Giovanni (2009):

Assim, chamo de sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger revelando sua diferença específica e aquilo que determinou sua forma particular. parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social.

Partindo do pressuposto acima, trago a discussão para os novos rumos da proteção social brasileira e o impacto desta sobre as famílias que se encontram em vulnerabilidade social.

A proteção social no Brasil, evoluiu certamente, mas está longe dos patamares referenciais dos países desenvolvidos e a desigualdade social prevalece. Entendo, pois, que a proteção social deverá ser estabelecida à partir de recursos e esforços governamentais possibilitando que a grande maioria da população possa ter acesso às Políticas Públicas.

Sabemos que o nosso país ainda se ressentido de problemas vivenciados em séculos anteriores, bem como, da forma de como enfrentá-los, deixando as famílias brasileiras em extrema vulnerabilidade, em especial aquelas que necessitam da contribuição do Governo para sua sobrevivência ou subsistência: pois dependem dos programas de repasse de renda para viver.

As observações de Miotto (2009:133) validam nosso referencial acerca do tema:

O agravamento progressivo da questão social determinou mudanças significativas nas formas de proteção social, levando o Estado a constituir-se como principal ator de regulação das relações entre a economia e as demandas sociais. Dessa forma, chegou-se no âmbito da sociedade europeia no pós-guerra, a “uma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado” determinado Estado de Bem – Estar Social (Harvey, 1996:124). Nesse contexto. A proteção social ganha status de direito de cidadania e passa a ser gerida através de sistemas específicos no interior do Estado, envolvendo um amplo conjunto de profissionais.

Acredito que é oportuno, de evidenciar, a existência das famílias, que encontraram de alguma forma, força para mudar suas vidas principalmente no tocante à convivência familiar de qualidade e com condições dignas para todos os membros. Estes estão entrelaçados e sequiosos de vida com respeito, dignidade e garantia da efetivação da cidadania, conseguidos no século passado.

Iamamoto (*apud* COUTO, 2008:18) relata:

Vivemos uma época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.

Buscar formas que possibilitem a permanência em conjunto dos membros das famílias, nos leva a perceber que os laços que as unem na contemporaneidade

são os laços de solidariedade (DOWBOR, 2009:293). Ainda que autores diversos concordem que a centralidade que a família ocupa esteja no âmbito da sobrevivência material (ALENCAR, 2010:61).

Há uma completude nas relações, já que a divisão dos gastos fica restrito em solo privado, com isso a união se fortalece no sentido de autopreservação, pois, pouco essas famílias em situação de vulnerabilidade social, podem contar com as Políticas Sociais.

Conforme Telles (1992 *apud* ALENCAR, 2010:62):

A luta cotidiana para prover as necessidades básicas, enquanto empreendimento coletivo e dependendo das condições de pobreza, mobiliza todos os membros da família. Através do ingresso no mercado de trabalho, do desenvolvimento de pequenas atividades informais e outras tantas estratégias, como a construção de moradias e as diversas práticas de solidariedade, os indivíduos tentam suprir uma rede social fragilizada.

O cuidar é um fator fundamental na constituição dos vínculos familiares, esse avança sobre as necessidades que envolvem a economia do lar. Ocorre a contribuição dos membros para a sobrevivência do todo.

A proteção mútua se torna o combustível necessário para a convivência e se os direitos são conquistas devem ser trazidos ao cotidiano para todos igualmente, de forma a garantir a justiça social e a continuidade desse sistema.

E continua lamamoto (*apud* COUTO, 2008:19):

Este cenário avesso aos direitos atesta, contraditoriamente, a urgência do seu debate. Um debate que considere as condições sócio-históricas que explicam os direitos enquanto conquistas e ou concessões do poder, a trajetória de sua formalização na legislação constitucional no país e os dilemas de sua efetivação na prática social.

Desta forma, é imprescindível o dever do Estado brasileiro, pois, sem esta proteção, sobra muita responsabilidade para as famílias na condução dos seus membros para melhores condições de vida.

É importante, porém, compreender que nem toda a população atendida, consegue de fato, melhorias concretas em seu modo de viver, mas começam a

construir internamente alternativas e possibilidades até então desconhecidas, passando estas a fazer parte do seu cotidiano.

Nesse quadro, podendo ocorrer assim mudanças significativas em seus modos de enfrentar as vicissitudes da vida, ocasionando substanciais melhorias nos vínculos familiares tornando-os mais duradouros e, portanto menos frágeis, fazendo brotar o sentimento de “esperança e de valer a pena viver em conjunto”. Ainda que, este pensamento, não seja consenso entre os autores que tratam sobre a Proteção Social.

A importância da família na contemporaneidade continua sendo incontestável. É fato que as relações sociais começam nela e suas funções não se perderam com o passar dos tempos, ao contrário, o cuidar, o educar, o socializar ainda são partes comuns do lócus familiar.

De acordo com Sawaia (2009:41):

As tentativas sobre as previsões do desaparecimento da família, não deram certo. Ela continua sendo, para o bem e para o mal, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. E mais, assiste-se hoje ao enaltecimento dessa instituição, que é festejada e está em evidência nas políticas públicas, e é desejada pelos jovens [...] Pois, pesquisa realizada pela Unicef em 2002, em todas as regiões brasileiras indica que 95% percebem a família como a mais importante das instituições; 70% declararam mesmo que a convivência familiar é motivo de alegria [...]

Os programas sociais criados no final do século passado vêm ao encontro das necessidades suscitadas através da fragilidade a que estão expostas, abrindo amplo campo para o trabalho com as famílias em vulnerabilidade e riscos sociais; no sentido do resgate da cidadania e plenas condições de vida familiar.

Ainda de acordo com Pereira (2008:35): “O básico é direito indisponível (isto é inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema”.

Quando pensamos no básico, devemos fazê-lo à luz dos direitos adquiridos na Constituição, que traz a satisfação das necessidades básicas do ser humano. São elas: saúde, educação, moradia, trabalho, e quando não se tem satisfeitas uma dessas necessidades, o cidadão brasileiro, devem contar com o apoio governamental através da Assistência Social para reverter o quadro de privação.

E Pereira (2008:35) conclui: “Em suma, a satisfação otimizada de necessidades deverá visar simultaneamente à melhoria da eficiência da política social e da equidade social”.

É necessária para efetivação da proteção social o engajamento da sociedade civil na fiscalização de ações pertinentes à continuidade de proteção dos cidadãos brasileiros por parte do governo, pois cabe ao Estado não se eximir do cumprimento das leis sociais no que tange a efetivação e garantia dos direitos sociais.

No século XXI ainda estão expressas vulnerabilidades no convívio intra-familiar já que seus membros, entre outras coisas, necessitam passar seu tempo fora do ambiente doméstico para manutenção de seus sustentos. Cada membro deve sair em busca de recurso financeiro, havendo uma perversão na forma como se realiza a proteção dos indivíduos de forma geral.

De acordo com Alencar (2010:63):

A família põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiências de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas à reprodução biológica e social. Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas.

E nesse contexto de vida, ainda é realidade no Brasil, que os cuidados dentro do lar repetem alternativas já vivenciadas. Com a necessidade de que os adultos passem horas fora de casa trabalhando, muitas vezes estes deixam as responsabilidades diárias para crianças. Um exemplo claro, é que, em dias atuais ainda as crianças maiores cuidam das menores; tornando-se expostas à riscos de acidentes e outros. Entre outras perversidades ocorridas no cotidiano familiar.

Também é realidade que muitas vezes é o idoso que ainda contribui economicamente com sua aposentadoria ou seu benefício previdenciário, para a manutenção das necessidades básicas de todos os membros de sua família.

E como bem relata Pereira (2008:35):

[...] referente ao tema da satisfação de necessidades humanas básicas, veremos que com um mínimo de provisão social espera-se, quase sempre, que os beneficiários dessa provisão dêem o melhor de si e cumpram exemplarmente seus deveres, obrigações e responsabilidades [...]

Temos, dessa forma, que as famílias ainda ressentem da falta da proteção governamental de maior amplitude e com concretude nas ações propostas em leis, amplamente debatidas.

Além da precarização a que é submetida, quando não pode contar definitivamente com o Estado, se tornam expostas a fatores que podem levar ao rompimento dos vínculos nos relacionamentos familiares.

Mas, entendo que ao criarem-se condições de proteção para elas, muitas famílias aproveitarão o apoio e conseguirão dar saltos qualitativos em suas vidas, garantindo melhores condições de vida para seus membros em sociedade.

CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO

“O essencial é saber ver.”

Fernando Pessoa

Concordando com a frase acima, nesta pesquisa procurei entender a dimensão de proteção em que vivem as famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social, através do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Neste sentido, é minha intenção incorporar novos elementos que possibilitem compreender a forma com que as famílias se veem e vivem após o recebimento dos provimentos governamentais, através dos PTRs - Programas de Transferência de Renda, em particular o Programa BPC - Benefício de Prestação Continuada.

Busquei me valer das respostas já existentes no campo da fundamentação teórica no estudo da família em sua dimensão sociocultural, dialogando, de forma efetiva, com muitos autores que têm se dedicado à questão e nos brindado com considerável acervo e ensaios sobre a temática “família”. E também com autores que reflatam sobre políticas sociais, em especial os que tratam da Política de Assistência Social na contemporaneidade, já que meu olhar se volta à dimensão dialética entre família e sociedade.

O mote da pesquisa é entender as famílias: vínculos e rupturas que possam afetar a sua capacidade protetora, bem como as mudanças nas vidas de seus membros pós-inclusão nos PTRs.

Segundo Aldaiza Sposati (2010): “Devemos olhar sempre a família, não ver antes”. Conhecendo o potencial das famílias brasileiras frente às adversidades cotidianas, entendo que, ao analisá-las, possamos trazer à tona os passos avançados pela população brasileira em vulnerabilidade e risco sociais, especialmente as pessoas investigadas nesta dissertação, que obtiveram transformações substanciais após 2004 com a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), dando direcionamento da efetivação da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

Diversos autores, entre eles Acosta (2009) concordam que famílias protegidas pelo Estado, seguras de que não faltarão os mínimos sociais necessários para suas sobrevivências, têm melhores condições de proteger seus membros.

Portanto, minha hipótese é que, apesar de a iniciativa governamental ser tímida, várias famílias têm estabelecido autonomia própria, mesmo fazendo parte dos Programas de Transferência de Renda. Autonomia²⁶ está entendida em toda sua complexidade, abrangendo as relações intrafamiliares e o convívio com a comunidade a seu redor, podendo, então, não dependerem da ajuda governamental vitalícia.

Realizei, assim, abordagens por meio de entrevistas individuais, com três famílias da periferia, residentes na Zona Leste da cidade de São Paulo, beneficiárias dos programas governamentais de repasse de renda condicionadas, especificamente o Benefício de Prestação Continuada - BPC, sendo que elas constituíram-se no objeto desta pesquisa, de modo a verificar se a tese é verdadeira ou não.

Ainda nos lembra Lüdke e André (1986:02): “Tanto pode ser confirmado como negado pela pesquisa o que se acumulou a respeito desse assunto, mas o que não pode é ser ignorado”.

Investiguei como vivem as famílias após o recebimento do benefício e quais as possíveis transformações pelas quais passaram tanto nas atmosferas econômica e social quanto afetiva dos membros. Num âmbito mais profundo, o da subjetivação da vivência, os posicionamentos intrafamiliares e repercussões na convivência comunitária.

A entrevista semiestruturada foi escolhida como técnica, pois esta permite que, durante o contato com os sujeitos da pesquisa, haja maior aproximação entre entrevistador e entrevistado, abrindo espaço para que a fonte se manifeste e argumente livremente sua opinião, dúvidas e questionamentos, sobre o objeto de estudo.

De acordo com Minayo (2010:64):

A entrevistada semiestruturada é aquela que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.

²⁶ De acordo com Silva (2004), semanticamente a autonomia provém do grego: autos: “por si mesmo”, “por ele mesmo” e nomos: significando “lei”, “uso” ou “compartilhamento”. Assim, a autonomia refere-se ao autogoverno, à autodeterminação da pessoa para tomar decisões que afetem sua vida e suas relações sociais. Já em seu sentido ético, tem sua fundamentação no binômio liberdade/normas, tendo sua origem no iluminismo, durante o qual valorizava-se prioritariamente a racionalidade como possibilidade da conquista da liberdade humana.

Ao realizar a pesquisa de campo me detive inicialmente em sua preparação, elaborando roteiro de perguntas que pudessem subsidiar o entrevistador; foi preponderante ter em mãos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para evitar qualquer tipo de constrangimento ou transgressão das normas impostas.

Foi meu desejo aprofundar-me na singularidade da vida de cada uma delas, mediante encontros previamente marcados, em que pude, de modo cuidadoso, estabelecer um ambiente de confiança e respeito, para realizar a entrevista e colher os dados que embasaram a pesquisa.

Como observa Campos (2003:38):

Definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de tomar os pressupostos teóricos básicos adotados. [...] Sua complexidade está na exigência de uma definição segura de para onde se quer ir e dos meios eficazes e realmente acessíveis numa dada situação [...]

Entendo que, ao falar espontaneamente sobre suas vidas, rotinas, obrigações, direitos, modo de relacionamento, entre outras coisas, houve maior interação entre as famílias e a pesquisadora, e o objetivo proposto de chegar o mais próximo possível da realidade destas famílias ocorreu de forma natural e prazerosa. Para tanto, trabalhei com um roteiro de perguntas abertas, elaboradas de forma a garantir os princípios éticos e legais da pesquisa.

Afirma Minayo (2010) que:

[...] nada existe eterno fixo e absoluto. Portanto não há ideias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana é social e está sujeita a mudança, a transformação, é perecível e por isto toda construção social é histórica.

Apoiados em Yazbek (2007:27):

Quando dá voz às pessoas de classes subalternas: a subjetividade encontrada nas respostas é nosso interesse verdadeiro devido à riqueza de informações, de dores, de ações e de movimentos que poderão estar implícito nelas, daí a necessidade da liberdade nas respostas; bem como perguntas que permitam tal subjetividade.

Dessa forma, na sutileza dos encontros, vislumbrei o modo subjetivo como os sujeitos da pesquisa encaram a vida, seus desafios, ganhos e perdas.

Segundo Ramos (2003:238), a subjetividade:

É uma constituição social, pois [...] o grupo social influencia o indivíduo, moldando-o aos seus padrões de atitudes, opiniões e julgamentos [...] A própria consciência da sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas relações entre os “outros” o “eu”.

Para estabelecer uma aproximação que facilite a observação e compreensão desta subjetividade, recorri à abordagem qualitativa como estratégia metodológica, pois, segundo Lüdke e André (1986), ela permite ao pesquisador, a partir de um contato direto, deparar-se com as situações que envolvem o cotidiano dos sujeitos. O material obtido nas pesquisas é rico em descrições, sejam de pessoas, situações, lugares, experiências de vida etc., que capturam a perspectiva dos entrevistados, ou seja, como encaram as questões que lhe são trazidas, entre outros.

Entendendo que, dentro do contexto de análise do Serviço Social, no que diz respeito às pesquisas para estudo de dados científicos, devemos nos orientar por nosso Código de Ética, na intenção de emancipar os sujeitos, implicando subjetividade nas respostas, nos modos de vivenciar o cotidiano. Em suma, respeito ao usuário em sua completude.

Segundo Martinelli,

A premissa fundamental para se realizar um trabalho que parta da centralidade do sujeito, do reconhecimento da riqueza de sua experiência, é conhecer o modo de vida das pessoas, como vivem as suas vidas, quais suas experiências sociais e que significados atribuem às mesmas. (THOMPSON *apud* MARTINELLI, 1999:23)

Dentro do contexto da pesquisa, o ser humano foi respeitado em seu complexo universo e entendido sob sua própria perspectiva de encarar a vida, não apenas com suas vicissitudes, mas também com momentos de progresso em determinadas áreas.

Ainda de acordo com Martinelli (1999), “[...] é necessário conhecer o processo de fazer-se sujeito das pessoas com quem vamos realizar ou estamos realizando a pesquisa”.

Entendo a família em sua dimensão social, produto de relações sociais e reprodutora também dessas relações. Famílias que são transformadas pela sociedade e que também têm o poder de transformá-la, percebendo nesta dinâmica que seus membros são afetados diretamente por esse jogo de poder, permanecendo ativos nesse processo.

É importante salientar também nesse conjunto que o próprio pesquisador está repleto de subjetividade nos encontros da pesquisa, bem como na interpretação dos dados colhidos.

Segundo Martinelli (1999), “A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social explica-se, pois, exatamente por este conjunto de elementos e pelo modo peculiar de realizá-la [...]”.

A premissa foi, pois, a da subjetividade como marco norteador para se chegar às conclusões propostas.

Entender que a sociedade não é estática, imóvel, remete-nos a pensar que é nas relações sociais é que o homem se faz. Citando Martinelli (2008), portanto, ele sempre responde quando interrogado, questionado, reconstruindo a importância da escuta e da palavra.

3.1 METODOLOGIA PARA ESCOLHA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os critérios para a escolha dos sujeitos seguiram duas diretrizes:

- a) a primeira foi pautar-se no perfil de usuários da PNAS, que recebiam o BPC em função de ter em suas famílias membros que apresentassem as condições prescritas para recebimento deste benefício governamental: idoso com mais de 65 anos que não tenha condições de prover suas necessidades e nem tê-las providas por seus familiares ou pessoa com deficiência incapacitante, em cuja família a renda não seja maior que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, pois estas são as condicionalidades previstas em lei (LOAS de 1993); e,

b) o segundo, de pessoas que, por meio do BPC apresentassem “aparente” mudanças em seu padrão de vida.

Seguindo os parâmetros acima estabelecidos, meu primeiro sujeito de pesquisa foi uma jovem que faz o curso de Serviço Social com o recurso do BPC-Benefício de Prestação Continuada de sua mãe e com isso está vislumbrando mudanças significativas em sua vida.

Os outros dois entrevistados são respectivamente Cristiane e José, ambos recebem o benefício por estarem inseridos nas condições necessárias para o recebimento tendo membros de suas famílias com necessidades especiais contemplando os requisitos prescritos em lei para ter acesso.

Para conhecê-los e entrevistá-los solicitei ajuda de colegas que trabalham na Assistência Social no Parque do Carmo, zona leste da cidade de São Paulo, para que me “apresentasse duas pessoas” e que possibilitasse o encontro com os sujeitos da minha pesquisa. Por meio de uma Assistente Social, consegui realizar as outras duas entrevistas. Optei em trabalhar com um número reduzido de sujeitos de pesquisa – três, de modo a ter condições de realizar um estudo mais aprofundado e de maior qualidade crítico-reflexiva no momento da análise.

Foi preponderante em relação aos objetivos da pesquisa ao escolher os sujeitos, não determinar idade, ou delimitar qualquer característica que pudesse influenciar no resultado da pesquisa em si.

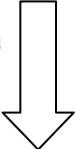
É importante destacar aqui uma distinção entre **sujeitos da pesquisa** e **usuários do benefício**.

Os **sujeitos**²⁷ **da pesquisa** são três pessoas com idades e histórias diferentes; todos tendo sido inseridos no programa governamental, através de algum membro de sua família, que contemplasse as condições estabelecidas pelo governo para recebimento deste benefício e, também, sendo os responsáveis pelo recebimento do mesmo e nos três casos pesquisados atuam como cuidadores²⁸ dos beneficiários. Cabe ressaltar que todos os entrevistados são residentes da periferia leste da cidade de São Paulo (vide quadro adiante).

²⁷ Entenda-se como sujeito da pesquisa a pessoa responsável pelo recebimento do benefício em função da incapacidade de algum membro de sua família, tendo por base os critérios de elegibilidade do Programa, qual seja: deficiência incapacitante ou idoso com mais de 65 anos que não tenha condições de prover seus sustentos e nem tê-los providos por seus familiares.

²⁸ Nas três pesquisas realizadas, o cuidador se mostrou a pessoa que recebe o benefício e que concomitantemente tem a função de cuidar do beneficiário no dia a dia.

QUADRO SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

<p>Identificação da Pessoa Entrevistada (sujeito da pesquisa)</p> 	<p>*Pessoa beneficiária/ Composição da família. **Rede de apoio</p>	<p>*A vida antes do BPC/ **Forma de obtenção</p>	<p>*Prioridades na utilização/ **Poder de consumo c/BPC</p>	<p>*Repercussões e mudanças em diferentes aspectos da vida após o BPC</p>
<p>Cristiane (31 anos). Separada, mãe de 4 filhas.</p>	<p>*Filha Ruth (10 anos) com deficiência intelectual. Mora com sua mãe e três irmãs. **A rede de apoio é a irmã da entrevistada que toma conta de sua filha.</p>	<p>*Antes do BPC recebia ajuda de sua mãe, pois, separou-se e o ex-marido está preso. Diz não poder contar com sua ex-sogra. Passou sérias privações financeiras. **Amiga que orientou e trouxe o formulário de encaminhamento. Foi diretamente ao Posto do INSS.</p>	<p>* o necessário para a filha (fraldas, remédio e comida); com o que sobra guarda. No começo do recebimento só dava para as coisas dela. **Está construindo um cômodo para montar uma lanchonete.</p>	<p>* “Eu me sinto assim protegida por esse dinheiro dela. Porque em último caso eu tenho esse dinheiro. Porque esse dinheiro já sustentou as três irmãs dela. Obs.: palavras do usuário.</p>
<p>Sheila (28 anos). Solteira.</p>	<p>*Mãe: Edna (62anos) c/ deficiência auditiva. Mora com sua mãe, um irmão e filha. **Não contam com ninguém, exceto a prima Adriana.</p>	<p>*A vida era de extrema privação. Faltava comida. Para sobreviver pegavam sobras de feiras livres e do Mercado Municipal. **Vizinhos que orientaram que através de uma advogada conseguiria a inclusão no BPC.</p>	<p>*Faz compra do mês, compra gás e ajuda o tio que está acamado com comida. **Com a sobra paga a Universidade que frequenta.; também economiza, para compra da casa própria.</p>	<p>* “Depois do BPC ela compra as roupinhas dela, ela sai. Ela tá mais liberta, a liberdade. Hoje a gente tem autonomia pra falar, tem respeito”. Obs.: palavras do usuário.</p>
<p>José (61 anos) Solteiro. Recebe o benefício, através de procuração no sistema bancário.</p>	<p>*Vera (66 anos) Deficiente intelectual. Mora com seu irmão. **Não contam com ninguém. Recebem ajudas esporádicas.</p>	<p>*A vida antes do BPC era de privação, sem dinheiro para pagar contas. Viviam de “bicos”. **Conhecidos indicaram. O irmão foi ao INSS e passou a receber.</p>	<p>*Para o básico: comida, contas de luz, água, telefone, roupas. ** Compras em prestações: computador e fogão.</p>	<p>* “Um suspiro. Uma pseudo segurança, não é uma segurança total”. Obs.: palavras do usuário.</p>

A pesquisa foi composta por quatro campos, construídos com o objetivo:

- a) identificar a pessoa beneficiária e a composição familiar em que vive e a sua rede de apoio;**
- b) suas condições de vida antes do recebimento do BPC e forma de obtenção do subsídio;**
- c) prioridades na utilização adotadas pelos beneficiários do BPC e seu poder de consumo;**
- d) repercussões e mudanças após o BPC.**

As informações foram organizadas a partir dos principais campos da pesquisa.

São eles:

1. *Identificação da Pessoa beneficiária/ Composição da família/ **Rede de apoio

O objetivo deste campo foi conhecer o/a entrevistado/a, a composição familiar e analisar as pessoas/instituições que dão subsídios para o cuidador na preservação do sistema familiar, além de perceber a subjetividade nas relações. Lembrando que o/a beneficiário/a se tratava de algum membro de sua família, em função deste benefício contemplar pessoas idosas com mais de 65 anos e/ ou pessoas com deficiência incapacitante.

2. *A vida do beneficiário antes do BPC/ ** Formas de obtenção

Considerado como campo fundamental de fonte de entendimento do processo de vida das famílias antes da inclusão no BPC e a partir deste analisar certas categorias envolvidas na pesquisa. Objetiva também saber como acessaram o benefício, confirmando, ou não, a facilidade de acesso, noticiada pelas agências governamentais promotoras.

3. *Prioridades na utilização/ **Poder de consumo c/BPC

A intenção foi conhecer como as famílias entrevistadas empregavam o recurso recebido e entender a real extensão do aumento do poder de consumo após a inclusão como beneficiário do programa BPC.

4. *Repercussões e Mudanças trazidas pelo benefício em diferentes aspectos da vida

Considero que este é o campo, central da pesquisa, pois reflete as inquietações traçadas como hipótese, bem como, fundamenta a minha “vontade” de entender melhor a vida dos beneficiários do programa BPC, logo que neles são inclusos.

3.2 A EFETIVAÇÃO DA PESQUISA

“Um encontro de dois olhos: olhos nos olhos, face a face. E quando estiveres perto arrancar-te-ei os olhos e colocá-los-ei no lugar dos meus; e arrancarei meus olhos para colocá-los no lugar dos teus; então, ver-te-ei com os teus olhos e tu ver-me-ás com os meus.”

J. L. Moreno

A efetivação dos encontros com os sujeitos da pesquisa possibilitou maior concentração no volume de informação acerca dos mesmos.

Assim, afirmamos com Yazbek *“ouvir, dar vez e voz ao usuário é função do assistente social”*. Neste caso, especificamente, como pesquisadora.

A subjetividade tão ressaltada e valorizada por mim, neste trabalho, evidencia-se, inclusive, através da própria pesquisadora, nos momentos de contato com os sujeitos da pesquisa.

Como bem esclarece Lüdke e André (1986:03): “É igualmente importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, interesses e princípios que orientam o pesquisador”.

Cautelosa em relação a essa presença de interesses do entrevistador em sua relação com o entrevistado procurei visualizar e trazer as reais mudanças ocorridas na vida dos sujeitos que pesquisei.

Ressalto as palavras de Lüdke e André (1986:03):

Claro está que o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa, os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época. Assim, a sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa.

Concordando com as sábias palavras dos autores, fui a campo para conhecer os sujeitos, conhecer suas vidas, olhar para esta realidade com a visão repleta de respeito e consciente da necessidade de entendimento acerca do objeto de pesquisa.

Momentos de vida em que pesquisador e pesquisado se entrelaçam. Nesse emaranhado de emoções, de expectativas, de necessidades interiores e busca por respostas que podiam confirmar ou não minha primeira hipótese: os possíveis ganhos, as repercussões nas vidas destas pessoas após serem introduzidas nos programas governamentais de repasse direto de renda.

A necessidade de que minha hipótese fosse confirmada, talvez pela vontade de que na “vida real” florescessem vidas repletas de plenitudes, apesar dos sofrimentos vividos. Assim fui a campo.

Os sujeitos escolhidos para esse processo, entre os milhares de brasileiros que estão nesta situação de “usuários dos programas de transferência de renda”, e que através dessas mínimas condições vindas do governo puderam melhorar significativamente suas vidas, estão ali, à minha frente, prontos para a realização da entrevista conforme minha necessidade. Encontro riquíssimo!

Colocam-se à minha disposição para as perguntas, dúvidas, anseios; para a pesquisa, enfim. Abre-se às angústias por tentar determinar o que verdadeiro e o que é mito em minha pesquisa.

Os encontros ocorreram de forma que o sujeito pesquisado se sentisse mais à vontade durante as entrevistas, fui até a residência de duas das entrevistadas (Sheila e José) e me encontrei com a Cristiane nas dependências do no CRAS - Parque do Carmo, já que a entrevistada não se sentiu à vontade para realizar a entrevista em sua casa.

Durante as entrevistas, tive a preocupação com o bem-estar do sujeito entrevistado. Adotei a postura de respeito à dor em determinadas falas relatadas, de modo a não influenciar nas respostas e seguir a metodologia própria da entrevista semiestruturada.

A singularidade de cada entrevista, de cada encontro, foi para mim como um presente nessa etapa que pude viver no processo do mestrado. Cada encontro representa uma realidade, muitas falas, muitas revelações, instala-se em mim um forte aprendizado na forma como as pessoas conduzem suas vidas e a existência dentro delas de uma fortaleza ímpar que as move rumo aos seus objetivos de vida.

Os sujeitos de minha pesquisa se encontravam prontos para contribuir comigo, para o que precisasse deles naquele momento. Confesso que neste processo interativo descobri e aprendi com eles, uma vez que o conhecimento não é algo acabado, o pesquisador estará sempre buscando novas respostas...

3.3 CONHECENDO MELHOR CADA CASO ESTUDADO: RELATOS DA PESQUISA DE ACORDO COM OS CAMPOS DE ANÁLISE DEFINIDOS

1º Campo - *Identificação da Pessoa beneficiária/ Composição da família/ **Rede de apoio

Nos três casos apresentados as pessoas beneficiárias moram na mesma casa juntamente com seus “cuidadores”.

Os arranjos familiares são diferenciados, conforme veremos adiante, e cada um apresenta um formato específico, validando o que está normatizado na atual Constituição Federal, qual seja: as famílias seguem os arranjos que lhes

sejam apropriados, merecendo igualmente a garantia dos direitos como cidadãos brasileiros.

Freire (1996:75) assim relata:

A realidade é mesmo esta. A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar. Eu me sentiria mais do que triste, desolado e sem achar sentido para minha presença no mundo se me convencessem de que a existência humana se dá no domínio da determinação. Domínio em que dificilmente se poderia falar de opções, de decisão, de liberdade, de ética [...] Numa história assim determinada, as posições rebeldes não têm como tornarem-se revolucionárias.

Ainda de acordo com obra “Avaliação de Políticas e Programa do MDS: resultados”,

Nos domicílios particulares, considera-se família a pessoa que mora sozinha, pessoas ligadas por laços de parentesco, de dependência doméstica; e aquelas ligadas por laços de convivência. Dentro de cada domicílio podem residir mais de uma família, as chamadas famílias conviventes. (VAITSMAN, SOUSA, 2007:239)

Esta realidade foi trazida pelos entrevistados e a percepção simbólica de que a família é determinante no processo do ser social, como relatado por vários autores estudiosos desta temática. Destaco Sawaia (2009).

Em sua análise contundente, Sawaia (2011) contribui para a fundamentação teórica: “A subjetividade determina a desigualdade ou, ao contrário, se a desigualdade determina a subjetividade?”

Trago o que Sawaia (2010) conceituou como “Sofrimento Ético-Político, por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também o extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz [...]”.

Assim, ao tomar conhecimento, através da minha ação profissional como docente de Serviço Social na cidade de Itaquaquetuba, da discente Sheila (como relatado anteriormente, faz uso de parte do recurso para pagamento das mensalidades da universidade), fiquei interessada em realizar esta pesquisa no

sentido de conhecer o aproveitamento do benefício por parte das famílias dos beneficiários do Sistema de Proteção Social.

A família de **Sheila**²⁹ é composta por ela, sua mãe (beneficiária), sua avó e um tio solteiro. No mesmo quintal, em casa separada, mora outro tio com a prima dela. Ele está inválido após ter sido atropelado e ter ficado com sequelas irreversíveis. O diferencial que salta aos olhos, como entrevistadora, neste caso, foi o relato de Sheila, que deixa claro que “seu tio (Tio Soneca), apesar de morar na mesma casa e possuir trabalho formal, não ajuda ou colabora em casa (nem com ajuda financeira ou nos trabalhos domésticos); embora receba o mesmo tratamento que os demais, apenas paga a conta de luz no valor de R\$ 30,00”.

A sua avó, matriarca da família, não permite que seja dispensado tratamento diferente ao tio dela, apesar dele não colaborar na situação financeira precária na qual se encontram e também não ajudar nos afazeres domésticos. Ela teve quinze filhos, morreram onze e hoje somente quatro estão vivos, dois casados morando em outras residências. Segundo Sheila muitos deles foram alcoolistas, e durante a entrevista não soube precisar quantos.

O benefício recebido, de certa forma, colabora para a preservação desses vínculos, pois com o recebimento do mesmo, este membro da família “tio de Sheila” é também contemplado em suas necessidades, não tendo para isso que dispor de seu salário. A PNAS explicita que cabe ao governo realizar as proteções afiançadas, através das políticas públicas criadas e com os equipamentos públicos que atendem a população em vulnerabilidade social, proporcionando as proteções básica e especial para que não haja a fragilidade dos laços familiares, mas fica entendido que o beneficiário, nem sempre é o único membro da família a desfrutar de seu recurso recebido pelo governo, o que torna o benefício com caráter familiar.

Nas palavras de Sheila: *“Tem o tio Soneca, que mora aqui, tem um quarto só pra ele, comida e minha mãe ainda lava sua roupa. Ele só paga R\$ 30,00 da conta de luz e não está nem aí, não ajuda em mais nada”*.

E Sheila prossegue: *“A família é grande, tinha muitos irmão, hoje muitos morreram, mas os que tão vivos, não ajudam, não. Os irmãos acham que a*

²⁹ É importante ressaltar que Sheila foi criada pela avó como filha e soube que não era somente quando “grande” (sic).

aposentadoria da minha avó dá pra tudo, que já é suficiente, e a senhora sabe que num é assim. R\$ 545,00, hoje R\$ 600,00, não dá pra tudo, o que ajuda hoje é o dinheiro da minha mãe”.

No tocante à rede de apoio foi identificado pela pesquisadora que a entrevistada não percebe que tem algumas pessoas que lhe auxiliam no cotidiano, como primas, vizinhas e alguns membros da família que de alguma forma colaboram nas vicissitudes do dia a dia.

Através da análise deste campo posso entender que a família devidamente protegida pelo Estado não necessitaria contar com outras ajudas para sua sobrevivência. Nesse sentido, observa-se o conceito do termo “Familismo”, amplamente discutido entre os intelectuais da temática “Família”, em que o Estado reverte para a família obrigações pertinente a ele. Dentre os autores, destaco Zola (2011), Campos e Teixeira (2010) e Pereira (2008) contemplando minha investigação sobre a forma como estas famílias agem para continuar a conviver atualmente.

Quando pergunto:

– Numa eventual necessidade, com o que você conta? Para quem você pede ajuda?

Sheila responde:

– Para ninguém, você fala de levar no médico? Eu que levo, no máximo a Adriana, a família é desunida mesmo. E a renda é bem escassa mesmo. (Soma da aposentadoria, BPC e o salário do estágio). Tem minha prima, a Adriana, que a minha avó pegou pra criar, tenho ela como irmã e ela que me ajuda, quando dá. Quando ela morava aqui, era muita humilhação, hoje ela é casada e não mora mais aqui. Teve que sair porque o Soneca bateu nela. Meu irmão também já tentou queimar minha cara com o ferro. Eu acho que eles não vão cuidar da minha avó. A minha irmã Meire não cuidou da sogra, agora ela não vai cuidar da mãe. Acho que o marido dela não vai deixar.

Também relata que não poderá contar com sua irmã Edna nos cuidados porque “o marido dela não vai deixa (sic)”, visto que ele não cuidou de sua própria

mãe. Nesse sentido, passo a refletir na questão de Gênero e patriarcado, o quanto a mulher ainda é comandada ou submissa ao marido.

Na segunda entrevista encontro a família de José, composta por ele (61 anos), e sua irmã Vera (67 anos). É necessário fazer uma explicação acerca da dinâmica desta entrevista.

Ao entrevistar José e sua irmã Vera (beneficiária), a princípio tentei coletar dados diretamente da beneficiária, mas no decorrer da entrevista fui percebendo algumas dificuldades cognitivas e comportamentais que tornaram claros outros comprometimentos, além do fator “idade”, reforçando a necessidade do recebimento do benefício. Daí a necessidade de entender melhor a dinâmica de vida desses dois irmãos solteiros que residem juntos em casa deixada como herança por seus falecidos pais.

São receptivos, mas, a princípio, o irmão não quer participar da entrevista e também não quer que a irmã fale. E, mais uma vez, a singularidade de cada caso se apresenta.

Desvendar o que se passa naquele encontro, entender como se dá a convivência ali, naquela casa simples, mas bem ajeitada. Extremamente limpa e tudo em ordem, bem localizada e bem organizada, e com as pessoas relutantes em falar de suas vidas sugere-me que mudanças profundas ocorreram em suas vidas para que precisassem recorrer ao benefício governamental.

Mais uma vez explico que eles não serão prejudicados de forma alguma com esta entrevista e que estou realizando-a para fins acadêmicos.

A entrevista foi conduzida dentro do processo aceitável de desconfiança e, ao avançar nas perguntas, ao relatar sua história de vida, fica esclarecido que José tinha um bom emprego, num Cartório, e que ao se tornar desempregado foi perdendo suas possibilidades de continuar no padrão econômico e social que vivia. Com mais de cinquenta anos de idade, foi excluído do mercado formal de trabalho, restando-lhe hoje apenas realizar empregos temporários, ou os chamados “bicos”. Tornou-se autônomo (como ele próprio relata) pintando paredes.

Ao iniciar a entrevista, quando pergunto sobre a composição familiar, Vera, rapidamente me conta do falecimento de sua irmã Cecília, que era sua

vizinha e morreu há sete anos em função de um infarto fulminante aos 62 anos e que depois disso tem sofrido sérias dificuldades financeiras.

Nas palavras de **Vera**, *“quando minha irmã era viva aqui era uma alegria, tinha comida, festa no final de semana, os filhos dela vinham aqui e também sua neta. Agora só eu e ele”*, recorda-se dando uma sonora risada na sequência.

Neste momento, seu irmão interfere e me relata que, de fato, após a morte dos pais, era essa irmã que ficava com Vera e, com a morte desta que eles dois estão muito solitários. O quadro “nervoso” de Vera piorou, ela anda muito pelo bairro, nas casas das vizinhas, não *“para em casa”* e que quase não recebem visitas.

Importante descoberta é então feita durante essa entrevista: a família tinha um arranjo diferente alguns anos atrás. Moravam em casa geminada, uma irmã casada com um filho adulto. Foram surpreendidos pelo falecimento súbito da irmã.

Este óbito dela e a exclusão de José do mercado formal de trabalho, o arranjo familiar e a situação socioeconômica mudaram completamente. Apresentou-se a condição que está incorporada à PNAS - que nas vicissitudes da vida o cidadão brasileiro poderá recorrer à Assistência Social - esta família justamente passa a necessitar da ajuda governamental e dos PTRs.

Nesse sentido, de acordo com Campos e Miotto (2003): “[...] pode-se afirmar que a responsabilidade familiar é tradicional e marcante na cobertura dos riscos do ‘curso da vida’ pelo contrato intergeracional.”

No tocante à **Rede de Apoio**, os irmãos relatam não ter com quem contar, porém certa ambiguidade paira no ar, pois, falou que tias e primas com quem se relacionam os ajudaram muitas vezes, com alimentos e para que a luz e água não fossem cortadas.

Nas palavras de **José**, *“Vizinho não se pede ajuda, que não tem! Parente muito menos. Vizinho que ajuda? Não ajuda! Vizinho é cada um por si e Deus para todos. Você quer dizer financeiramente? Nem pensar”*.

E continua sua afirmativa: *“Vizinho ajuda? Vizinho tem amizade, de ‘oba oba’, assim, mas nada de ir lá em casa ver se tem alguém doente. Ah, fazer uma visitinha, e ‘tal’, mas nem para lavar uma roupa não vão. Imagina.”*

“Então, vamos dizer, que é só você e a Vera?”, prossigo a entrevista, percebendo o desconforto, a intimidade e a cumplicidade deles com a resposta.

– *“Por isso que eu não queria fazer a entrevista, é uma coisa muito pessoal, muito fechada. Entendeu? É só eu e ela e ela conta comigo. Que eu tenho mais esclarecimento que ela, ela é mais fechada. Só isso. Agora, se dependesse dela... Ela vende lá as coisinhas dela, se vira, entendeu? Que nem, essa ajudinha veio para dar um alívio nas contas primárias que é água, luz, gás, comida, farmácia, se tiver...”*

José continua:

– *Muitas vezes as vizinhas ajudam com comida, a Vera sai para vender e come na casa das amigas dela na vila, por aí.*

Nesse momento Vera interfere:

– *Como? Como quando me dão? Vê se eu fico pedindo...*

Novamente, a interferência de José:

– *E eu também me viro, as primas dão comida, minha tia, elas ajudam do jeito que dá. E quando fazia bico, pagava as contas atrasadas, ia me virando do jeito que dava...*

Ao realizar a entrevista com o terceiro sujeito da pesquisa, a singularidade se fez presente. Estou diante de uma mulher de trinta e um anos, que pelos sofrimentos vividos aparentam em sua face mais idade, mas se mostra extremamente batalhadora frente à vida expressando sempre que busca por melhores condições não só para ela, mas também para suas filhas: **Cristiane** (a terceira entrevistada desse trabalho).

A família de Cristiane (31 anos) é composta por ela, e suas filhas. São quatro meninas: Ketlin (13 anos), Emily (11 anos) e as gêmeas Ruth e Raquel de nove anos de idade. Relatou morar em casa própria. Está separada e seu ex-marido é o pai das suas filhas.

Como relatado acima, Cristiane e eu nos encontramos no CRAS do Parque do Carmo, pois a entrevistada não quis levar-me à sua casa, diz “não se sentir bem para falar lá”. Dessa forma a entrevista foi realizada no estacionamento do equipamento público, na Zona Leste de São Paulo.

No início, surge a dificuldade de interação e a confiança está travada. Retomo minha explicação sobre a necessidade da entrevista, reiterando todas as explicações acerca do objetivo da mesma e da pesquisa como forma de propiciar os laços de confiança entre entrevistador e entrevistada.

— *Cristiane, conte um pouco da sua vida, como vive, com quem você mora e por que você recebe o benefício.*

— *Recebo porque minha filha teve meningite aos nove meses de idade, ‘pequeninha’ ainda e não ficou boa... Lutei muito com ela, corri, sofri demais, ela é gêmea da Raquel e se chama Ruth (ela ri). Tenho até uma tatuagem no braço com o nome delas. (Levanta a manga da camiseta e me mostra)*

— *Achei que o desenvolvimento dela ia ser rápido, achei que ela ia falar enrolado... E hoje eu vejo uma criança grande que podia estar brincando, andando, correndo... Não fala e tem toda aquela dificuldade de andar e fazer as coisas...*

A informação relativa à dificuldade da fala, das lembranças que apertam o coração da mãe, que se posiciona à minha frente: Cristiane, mulher que tenta esconder e até diminuir sua dor através de uma aparência forte, mas que, em apenas poucos minutos de entrevista, se desmonta e se abre com a grandeza do ser “mãe”: aquela que sente a dor da sua “cria” e vê-se impotente frente às dores de sua filha, que não pode alterar.

E assim, ela continua:

— *Ela é inteligente, não fala, só grita quando quer alguma coisa, faz gesto, quer ir buscar, sai rastejando... Quando elas nasceram, a Ruth era “normal” igual à Raquel. Elas são as mais novas, tenho outras duas de 13 e 11 anos, a Ketlin e a Emily.*

— *E o seu marido? Como reagiu, quando soube da doença da sua filha?”, prossigo a entrevista.*

— *Meu ex-marido. No comecinho eu era casada, agora eu to separada, né? Porque o pai dela tá na vida errada, está preso. E esse benefício*

me ajudou muito na época que ele foi preso. É, pelo menos tinha da onde tirar um dinheiro, né? Eu podia contar com aquilo, pelo menos pra ela, entendeu? Depois da doença? Foi difícil porque... Eu nunca pensei... No comecinho, quando eu levei ela para casa depois da alta eu achei que ela não ia ficar no estado em que ela está hoje, né? E ele também.

Naquele momento, a entrevistada discorreu sobre suas angústias, mágoas, e ainda com o pressuposto de Sawaia (2010), ao falar sobre sofrimento, da dor, da humilhação: a pessoa consegue assim se ver, entender a sua posição frente o seu cotidiano de desesperança na busca pela esperança em algum lugar por ela perdida.

– Hoje ela tem 10 anos, mas eu sofri muito, porque num tinha como tratar ela... Na verdade ele tá nessa vida mesmo foi por... Porque a gente teve muitos filhos, aí começou faltar as coisas, ele começou cair na vida errada, aos pouco, quando ele foi ver...

– Hoje não quero mais ele, por que... Ai, eu dei muita chance pra ele e ele não mudou...

A posição da mulher, no seio familiar, como aquela que vem sendo referência especial na administração de recursos em espécie pelo governo ganha ressonância e fundamentação através de Campos e Miotto (2003: 166) ao relatar: “existe uma racionalidade no uso do recurso, racionalidade maior se você coloca esse recurso na mão da mulher”. Segundo elas, entretanto, isso aumenta o ônus na mulher, quanto à responsabilidade dos cuidados com os membros da família.

No decorrer da entrevista com Cristiane, a partir do momento em que ela sentiu confiança, ela se soltou, e falou abertamente de suas fragilidades, mas também foi perceptível para mim o despertar, de sua consciência de que apesar da sequela da filha é uma mulher com autoconfiança e com esperança no futuro. Subjetivamente ficou claro que acredita em dias melhores, tanto para ela, como para seus familiares.

Outro dado colhido neste campo de análise foi o medo da perda do benefício, que a entrevistada demonstrou ao longo da entrevista, deixando claro o quanto este é importante e faz sentido na condução de sua vida e de suas filhas.

Aprofundarei a análise sobre esse “temor referido” por Cristiane mais adiante, especificamente no campo que versará sobre as repercussões trazidas com o recebimento do benefício em sua vida.

Como já relatado anteriormente, ela é uma mulher de 31 anos, que cria sozinha suas quatro filhas, sendo que uma delas, a Ruth, apresenta sequelas de meningite e, portanto, tem direito ao BPC.

Em outra perspectiva, nesse campo de análise, ao abordar com os entrevistados a questão da “rede de apoio”, ou em outras palavras, com quem podem contar em seus cotidianos, percebo momentos enriquecedores na pesquisa que a seguir relato.

Ficou evidente pelas entrevistas que os membros das famílias apresentam cumplicidade entre aqueles que residem sob o mesmo teto. No tocante à rede de apoio, dois dos entrevistados, mencionaram no processo da entrevista, que se sentem solitários em suas lutas diárias. Tanto Sheila, quanto José repetem que “**com ninguém**”, mesmo tendo citado que já encontraram, na parentela pessoas que lhes subsidiaram, em momentos em que isso se tornou necessário. Apenas a entrevistada Cristiane diz contar com sua mãe e irmã; e paga para que sua irmã cuide de sua filha.

Este movimento ou esta percepção acerca da rede familiar aponta para dois importantes aspectos: o primeiro referente à subjetividade, cada pessoa tem percepções únicas e variáveis de acordo com suas vivências. Suas carências, necessidades e também ao modo de enfrentamento das dificuldades da vida tem valor e sentimentos próprios. Em outras palavras: há um olhar próprio para sua vida e sobre a vida; e o segundo, conforme Zola (2011) explicita, ao abordar que individualização faz parte das famílias ao se referir da separação da família nuclear em relação à parentela mais ampla, fazendo referência ao relato de Parsons em sua abordagem sobre famílias nos EUA em meados do século passado.

Relatar sobre a rede de apoio dos entrevistados é o momento especial como ponto de reflexão nesse trabalho, pois, evidencia-se que o sistema familiar ainda é de suma importância para os seus membros das famílias, que compartilham o domicílio. Ocorre de fato, a proteção mútua, existe a forte necessidade de manutenção do sistema familiar. Isto evidencia, como já demonstrado neste texto que a família é ainda importante referência. Aspecto presente em pesquisas atuais acerca de sua continuidade e sobre sua importância na sociedade contemporânea, embora negada durante muito tempo entre alguns autores. Ao se abordar a família ampliada, ficou também comprovado na presente pesquisa que os entrevistados não as têm como referencial em suas vidas cotidianas.

Através das respostas dos entrevistados, portanto, ficou evidente que a ajuda financeira governamental é de suma importância para que possam sentir-se amparados frente às vicissitudes que possam surgir em suas vidas.

Nessa pesquisa qualitativa, foi demonstrado que o BPC é importante programa governamental, ainda que se destine a um perfil específico da população para recebimento, o que de certa forma dificulta a “universalização do acesso” às políticas sociais e públicas.

Em outras palavras: o acesso aos benefícios deve ser facilitado de forma a possibilitar ao usuário a condução de uma vida mais digna e que através dele as famílias sentem-se mais “protegidas ou autônomas”, repercutindo positivamente na convivência intrafamiliar, deixando bem claro, que este sentimento não se estende para a família ampliada, ou seja, a convivência com a parentela é superficial.

Como nos relata Saraceno (1997), ao conceituar a família: “É um eficaz indicador da complexidade de relações e dimensões implicadas no espaço familiar: dos vínculos e dos diversos limites que o articulam” ajudando-nos a perceber a dimensão deste relacionamento na sociedade contemporânea.

2º Campo: A vida do beneficiário antes do BPC/ ** Formas de obtenção

Na análise deste campo, ficou evidente o que já está preconizado na LOAS: para receber o benefício, o cidadão brasileiro deve apresentar

determinadas pré-condições, qual seja: a pobreza absoluta ou a miserabilidade social, não ter o provimento de suas necessidades por sua família.

Nos três casos pesquisados cumpriram-se rigorosamente os preceitos impostos para o recebimento, pois, a renda per capita não atingia mais do que ¼ do salário mínimo, quando do início do recebimento.

Desta forma preconiza-se o enunciado por Saraceno (1997) ao relatar que “alteram-se as relações familiares e entre as gerações, visto que todo o sistema se altera”. Explicita-se, neste sentido, que a família procura outras formas de continuar a sobreviver.

Trazendo as sábias palavras de Saraceno (1997) no que diz respeito à vivência familiar e sua importância para o indivíduo “Viver em conjunto, sob o mesmo teto, constitui um dos indicadores mais simples, e ao mesmo tempo mais óbvios, da existência de uma família: que a separa das outras relações sociais [...]”

Ainda de acordo com Miotto (2009) concordamos em que, “a família passa a ser o canal natural de proteção dos seus membros”.

É importante ressaltar que a pergunta deste campo foi a mesma para os três entrevistados contemplando a metodologia da entrevista semiestruturada.

— **Sheila**, conta para mim como era sua vida antes de receber o benefício?

— Vou começar com o que me lembro desde os sete anos, fazia a “correria” com minha avó, no mercado municipal do Parque Dom Pedro. A senhora conhece? A situação era muito difícil. A minha avó era aposentada, sempre era ela para todos aqui em casa, a família era grande e a necessidade era muita.

— A minha mãe ainda não recebia o BPC e minha mãe nunca trabalhou, somente fazia bico, olhando crianças. É a minha mãe que recebe mesmo o BPC. Ela é surda e fala muito mal, ninguém entende, só nós.

— Começamos ir catar alimentos nos baldes deixados de fora do Mercado, tudo que sobrava eles colocavam lá e a gente pegava. Ia também para a Cantareira (rua), com uma peneira que minha avó

levava e catava feijão e alho, que eles jogavam no chão. Isso eu era criança ainda.

– Chegou a fase da escola, meu irmão (tio) falava pra minha avó: elas precisa estudar, brigava mesmo falando isso. Aí a gente ia para escola e só depois ia para o mercadão.

– A escola que a gente estudava, também dava o resto da merenda que sobrava das panelas, foi uma situação muito difícil. Sete pessoas, a aposentadoria para sete.

– A minha mãe (avó) também comprava carne nos caminhões parados no mercadão; eles vendiam o que sobrava mais baratinho, mas só de vez em quando, né mãe?

– Aí começamos ir para feira aqui perto. Na feira eu já era grandinha e tinha vergonha e se escondia embaixo das bancas, morrendo de vergonha dos amiguinhos da escola.

Quanto ao recebimento do BPC:

– Eu fui atrás da aposentadoria, para mim era aposentadoria... Na verdade eu fui atrás, todo mundo me falava para procurar... Fiquei seis anos correndo, levava um documento e nada, pedia outro documento eu levava e não conseguia nada, muito difícil. Foi recusado por seis anos.

– Aí veio morar aqui do lado uma vizinha e me disse de uma advogada que conseguia “aposentar” muita gente aqui na rua... Essa advogada foi maravilhosa, ela conseguiu na segunda vez que deu entrada.

– Só pagava a advogada quando ela conseguia o benefício, podia entrar dez vezes e num pagava nada. Ela disse que quando saísse o benefício os três primeiros meses eram dela. Coisa de um ano ela conseguiu, Elas conhecem os caminhos, as brechas.

É importante relembrar que no momento da entrevista a mãe de Sheila já recebia o benefício há nove anos.

Vale ressaltar a subalternidade relatada na fala da entrevistada, ao afirmar que “a advogada foi maravilhosa”, pois, conseguiu dar entrada no benefício. Na verdade, o que ocorre é que a própria LOAS normatiza que este benefício deve ser solicitado pelo próprio usuário. Não sendo necessários intermediários.

Com **Vera** e seu irmão **José**, - a segunda entrevista - encontrei, como já relatado acima uma família que em função das dificuldades da vida necessitou recorrer à ajuda governamental para a sobrevivência, quando a idade produtiva exclui José do mercado de trabalho, além de não contar mais com suas necessidades providas pela parentela. O que reitera que este benefício é para as situações de exclusão social a que possam o cidadão brasileiro.

— *Vera e José, conte para mim como era a vida antes de receber o benefício?*

José responde:

— *Com a morte da Cecília, nossa irmã, as coisas mudaram. Eu sempre fiz bicos de pintura e não é sempre que tem. Teve época de cortarem a luz... Minha tia e prima é que ajudavam. Mas eu não ia ficar pedindo toda hora.*

— *Só tinha mais insegurança porque chegava o fim do mês e as contas estavam lá pra pagar! E se eu não tivesse feito o suficiente pra pagar, eu recorria a um parente, que sempre me ajudou...*

Quanto ao recebimento do BPC: No ato da entrevista, esta família recebia o benefício há apenas um ano.

No tocante à forma de obtenção foi relatado que o irmão buscava a “aposentadoria” de Vera pela idade, e vale ressaltar que durante a entrevista, ele assim se referia ao subsídio gerado pelo BPC. Disse-me que amigos, conhecidos, sempre falavam pra ele ir atrás dessa “aposentadoria”, já que Vera sempre foi dependente de seus pais. Nunca trabalhou com registro em carteira.

Com **Cristiane** - a terceira entrevistada - não foi encontrada situação diferente. Conforme relatado durante a entrevista, a situação socioeconômica de

sua família era extremamente precária, inclusive ela fez alusão de que seu ex-marido entrou na vida do crime para obter sustento da família.

– Cristiane, conta para mim como era sua vida antes de receber o benefício?

– *Foi difícil sim porque... Eu nunca pensei... No comecinho, quando eu levei minha filha para casa depois da alta, eu achei que ela não ia ficar no estado em que ela se encontra hoje, né... Achei que o desenvolvimento dela ia ser rápido, achei que ela ia falar enrolado... E hoje eu vejo uma criança grande que podia estar brincando, andando, correndo... Não fala e tem toda aquela dificuldade de fazer as coisas.*

– *No comecinho eu era casada, agora eu to separada né, porque o pai dela está na vida errada, preso. E esse benefício me ajudou muito na época que ele foi preso, porque... É pelo menos tinha da onde tirar um dinheiro né, eu podia contar com aquilo, pelo menos pra ela, entendeu?*

– *Na verdade ele está nessa vida mesmo foi por... Porque a gente teve muitos filhos, aí começou faltar as coisas, ele começou cair na vida errada, aos pouco, quando ele foi ver... E faltava de tudo em casa.*

Quanto ao recebimento do BPC:

– *O BPC, quando eu percebi que ela já estava chegando há um ano e meio, dois anos, eu percebi que ela já era uma pessoa especial mesmo, porque dava pra ver que a irmã dela se desenvolvia e ela não, né: eu comecei a cair na real que eu tinha um filho especial. Aí eu fiquei sabendo através de uma amiga minha, que tinha um filho que tem um probleminha no olho, aí conversando, ela “Ah, sua filha tem direito”... Aí conversando com um médico ele disse que minha filha tinha direito e me deu um laudo.*

– *Para mim foi fácil, porque eu me esforcei, cheguei lá cedo no posto da Previdência. Depois de 3 meses chegou uma carta, falando que podia ir num banco, podia ir buscar o cartão. E recebo até hoje normalmente. Já faz sete anos que recebo.*

3º Campo: Prioridade na utilização do recurso/ Poder de consumo

Entendo que através deste campo de análise, o meu trabalho pode trazer dados que contribuam para que outras pesquisas possam ser realizadas, ampliando a discussão acerca dos PTRs - de forma especial o BPC. Conhecer o poder de consumo após o recebimento dos programas do governo de enfrentamento à pobreza, bem como, entender como as famílias pesquisadas percebem este recebimento em seu cotidiano é relevante para o aprimoramento dos programas governamentais: se amplamente analisados e divulgados os resultados, a análise qualitativa, poderá nortear a forma de utilização do benefício pelas famílias pesquisadas. Ressalto que a técnica usada foi qualitativa e estou me referindo aos três casos específicos.

No tocante às possibilidades vivenciadas pelas famílias, o conceito de Alencar (2010) contempla meu entendimento ao retratar “que as transformações societárias estão contidas na vida intrafamiliar assumindo o protagonismo dela”.

As três entrevistas convergem no resultado neste campo. Os três entrevistados concordam que a prioridade na utilização é para as necessidades básicas, quais sejam: alimentação, vestuário, remédios, contas do cotidiano, de modo especial **Sheila** e **Cristiane** referiram que comida é o principal.

E assim, trago o conceito de Lane e Codo ao descreverem sobre a subjetividade (2007:15), afirmando que, “se o homem deve ser visto como produto e produtor, não só de sua história, mas da história da sociedade”. Neste sentido, as histórias dos entrevistados remetem-nos a entender que a proteção da espécie se faz presente quando não falta o básico e aqui apresentado no formato da comida satisfazendo uma das necessidades básicas de todo ser humano: a fome.

Nas palavras de Sheila:

— Como eu que pego o cartão da minha avó, só dá pra compra. Os outros pensam que uso para outras coisas (referindo-se aos seus tios que não moram na residência com ela)... Aqui comem sete pessoas. Compra gás, a mistura, mas sempre falta... E a luz e a água que tem pagar.

– *Com a minha mãe recebendo o Benefício, eu não tenho que ajudar tanto do meu... Porque eles já me chamaram até de bastarda... A gente faz compra com a aposentadoria, sempre falta e uso o dinheiro da minha mãe para completar.*

Conforme nos relatam Campos e Mito (2003: 167):

No Brasil, a comprovação da importância da participação da família e da mulher na operação de programas sociais, conforme aparece atualmente pela difusão nacional de projetos de combate à pobreza com transferência monetária direta, ainda que sugestiva, não é fato novo. [...] Programas de provisão de moradia, por exemplo, vêm optando entre nós, há décadas, por colocar o documento de propriedade do imóvel no nome da mãe.

Nas palavras de José:

– *É só o básico. Só para segurar o básico, mais nada.*
 – *Segurar o básico. O básico. Agora, se você quer uma coisinha a mais, por exemplo, pintar uma casa, tem que fazer uma coisinha a mais, um extra para comprar os derivados lá pra pintar, se você quer fazer uma reforma, tem que fazer, você quer fazer uma prestação, você não pode fazer além de um certo limite que esta dentro daquilo, porque senão você extrapola. Que um salário mínimo não é um... É para você manter água, luz... O mínimo de conforto. Água, luz, telefone. Se for olhar, até NET você não pode ter... NET televisão. Porque é um absurdo!*

Importante dado colhido. Para este sujeito da pesquisa, o valor recebido não é um valor significativo e isso pode nos mostrar que embora receba o benefício no valor de um salário mínimo mensal, neste caso, não se sente plenamente contemplado.

Nas palavras de Cristiane:

– *Sabe, porque, só o dinheirinho dela só dava só mais pras fraldas... E também né, tinha que ter o leite... Tinha que ser primeiramente ela. E sempre foi assim, sempre o dinheiro dela sempre foi primeiramente ela. As fraldas, o leite, alimentação...*

– *É eu me sinto fortalecida. É eu sofri um pouquinho né, pra cair na real... Aí ficava só com aquele dinheirinho, mas sempre correndo atrás. Mas hoje eu já penso assim, meu dinheiro acabou, meu salário, aí dia 1º eu pego, aí já penso, da pra por crédito no meu bilhete, já dá pra mim pagar alguma coisa, entendeu? Mas hoje já consigo pagar uma NET...*

No que diz respeito **ao poder de consumo**, foi referido por dois dos entrevistados que ter TV com canais fechados é sonho de consumo importante. Tanto José como Cristiane tocaram nesse assunto como forma de melhorar o padrão de vida. Ainda, de acordo com Green (2009): “Quando bem aplicada, a proteção social pode ter impacto extraordinário, envolvendo relacionadas a serviços sociais e à equidade social”.

Cada família entrevistada demonstrou sua maneira de se sentir inserida socialmente, quando interpeladas sobre o **poder de consumo** após o recebimento do benefício.

Sheila relatou que decidiu entrar para o curso universitário, pois além de seu salário podia usar o que sobrava do recurso recebido por sua mãe.

José e sua irmã **Vera**, reiteram que o poder de consumo não aumentou, mas é relevante lembrar que em um ano de recebimento puderam adquirir um fogão e notebook que foram pagos em dez prestações. Eles entendem, entretanto, como pouco o montante do subsídio, não satisfatório e José deixaram claro que “para os extras” devem realizar seus “bicos”.

Cristiane relatou na entrevista que não acha pouco o valor e que o que sobra dos gastos rotineiros, juntado com seu salário “vira uma boladinha”. Como relatado anteriormente, ela está construindo um salão na frente de sua casa para montar uma lanchonete.

Os três entrevistados relataram que após o recebimento do BPC não precisam recorrer à ajuda financeira de parente e amigos, o que corrobora com minha hipótese no sentido da autonomia por mim referida.

Também fica entendido que quando o Estado assume seu papel de provedor de Políticas Sociais apoiando o bem-estar social das famílias, elas respondem com ações positivas frente a si próprias e à sociedade.

Sem esta proteção estatal, e na ausência de direitos sociais efetivos, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. (ALENCAR, 2010:63)

4º Campo: Mudanças trazidas pelo benefício em diferentes aspectos da vida (entre eles, a mudança sob a perspectiva da subjetividade)

Neste campo analisado, seguindo o pensamento de Martinelli (2008) foi percebido que o ser humano sempre reage quando interpelado. Surgem as diferenças trazidas pelas famílias entrevistadas, bem como, a subjetividade presente nos sentimentos, na forma como elas encaram e conduzem suas vidas.

O dinheiro ainda é o meio que empodera e faz o sujeito sentir-se ser social, tornando-se fetiche para o indivíduo, seguindo as premissas de Karl Marx.

Retratar os sentimentos trazidos após o recebimento contínuo de um salário mínimo mensal explicita a necessidade que todos temos de contar com um valor suficiente permita segurança para as despesas cotidianas.

Cada família entrevistada, traduziu com diferentes palavras esse sentimento. Demonstrando, portanto, de forma diferente essa sensação mas aproximando-se igualmente da questão da necessidade de mínimos sociais básicos para a sobrevivência. (Ver PEREIRA, 2002)

A pergunta que me norteou neste momento das entrevistas foi a mesma para os três entrevistados seguindo o roteiro previamente preparado:

– E depois do recebimento do BPC, como vocês se sentem? Na verdade, quero entender se esse benefício, além do dinheiro é claro, trouxe outras possibilidades, ou não?

Sheila usa primeiramente a palavra **autonomia, e mais que isso usa o termo empoderamento**. Deixa claro que não se sentirá mais intimidada e conseguirá responder quando for desrespeitada ou “humilhada”, como já aconteceu no passado, quando um de seus tios chamava-a de bastarda, pois ela não sabe quem é seu pai, sendo criada, como já relatado, por sua avó.

Como fruto de seu trabalho, ou seja, hoje tem seu salário e também com o recebimento do benefício de sua mãe, muda seu “status” na sua família. Hoje exige respeito por parte dos familiares.

Pode-se acrescentar uma reflexão acerca da liberdade citada por Sheila, estaria ela dizendo: mesmo na pobreza se pode gozar de momentos de ócio, tão importantes ao psiquismo, à liberdade e à criatividade?

Nas palavras de Sheila:

— *Antigamente, mesmo antes de pensar em faculdade, eu sempre queria trabalhar e trabalhar, juntar um dinheiro para comprar uma casa e tirar ela daqui. Eles falavam prá mim: mais uma filha bastarda, o que você está fazendo aqui? Tirar da humilhação que passamos aqui.*

— *Olha eu posso até responder, minha mãe, ela se sentia meio empregada, ela não saía de casa pra nada, de jeito nenhum, só cuidava da casa, nem pra ir na padaria. Depois que ela recebeu o BPC ela compra as roupinhas dela, ela começou a sair, ela vai pra igreja. Ela gosta de sair, as coisas aqui são assim, somos católicos e ela queria ir pra Igreja Testemunhas de Jeová e não deixavam. Começaram falar um monte minha avó e meu irmão.*

— *Ela conseguiu o bilhete de passe, de passagem... Foi a liberdade, foi a liberdade dela. Ela está mais liberta. Depois do bilhete (liberado pelo governo para pessoas com deficiência). Você imagina... Ela vai ao Itaim para não fazer nada... Ela gosta de sair.*

— *Hoje, pensando no futuro, eu penso em comprar uma casinha, por enquanto, vou casar e minha mãe fica aqui enquanto a minha avó estiver viva... Mas vai chegar uma época em que a minha mãe vai comigo, vou cuidar dela. É minha mãe, ela não fala, não escuta. O meu*

namorado gosta dela, ele fala que ela faz por mim e por ele mais do que a própria mãe dele.

– *A gente tem autonomia pra falar... E se alguém jogar alguma coisa na minha cara... Eu tenho o que falar. Eu falo vocês comem nas custas da minha mãe também. Ninguém mais vai falar que eu sou bastarda e vou ficar quieta.*

– Então Sheila, tente usar uma palavra para demonstrar seu sentimento.

– *Poder é... Me sinto com poder de tudo, até a visão da família de fora, ninguém pode falar nada. Nós não dependemos de mais ninguém... Até da faculdade, eles falam; eu digo que com o BPC da minha mãe ela ajuda na casa para eu poder estudar.*

– *Mas um dia desses eu falei pro Soneca: “veja como você fala e trata minha mãe, ela lava, passa e cozinha pra você...”.*

Vera, na voz de seu irmão José, cita o termo “**pseudo segurança**”:

– ***Um suspiro a mais, ou uma cadeira para sentar.***

Segundo ela, após o recebimento do benefício, ambos não precisam ficar pedindo dinheiro para pagar as contas mensais.

Nas palavras de José:

– *Não, antes só tinha mais insegurança porque chegava o fim do mês e as contas estavam lá pra pagar! E se eu não tivesse feito o suficiente pra pagar, eu recorria a um parente, que sempre me ajudou,...*

– Então, agora, nesse sentido?

– *Sim. Me ajudou.*

– E para fazer uma despesa, do tipo... Diferente, só se for muito controlado?

– *Despesa é o básico que a gente compra. Você tem que pensar no dia a dia, nas misturas, né? Também não pode exagerar na mistura.*

Entendeu? Esse dia a dia, da mistura, sai de onde? Do extra que a gente faz.

Tentando entender melhor o que o entrevistado relata, questiono:

– O que você entende por mistura?

– *Ué, você vai comprar o que? Por exemplo, se eu quero... Tenho arroz, feijão... O básico. Macarrão, óleo, sal e farinha. Mas você não vai comer só isso, você tem que ter um acompanhamento, um complemento. Uma feira, de verduras, uma feira de peixe, carne, frango... Carne vermelha ou linguiça, seja lá o que for. É mistura, é isso que eu falo. Batata, comprar legumes.*

– *Ah, não vou dizer segurança, mas uma... Um suspiro a mais, uma cadeira para sentar, vai (risos). Porque tem hora que você está em pé e não tem nem onde sentar, né?*

– *Uma “pseudo segurança”. Sabe? De se sentir seguro. Mas isso que eu falo, não é segurança total porque depende do governo. Muda-se o governo, mudam-se as leis. E isso que é ruim, que eu já passei isso em outras épocas.*

Importante ressaltar que esta entrevista foi realizada em março de 2011 e fazia um ano que essa família havia começado a receber o benefício. Dado considerável para a pesquisa foi evidenciado na fala do entrevistado: a falta de confiança no governo, pois, segundo José, a cada troca de governo no Brasil podem-se alterar os benefícios governamentais.

Cristiane expressa suas sensações como outra palavra: **usa o termo proteção e possibilidades de planos para o futuro**. Diz saber que todo começo de mês pode contar com esse dinheiro e através dele faz planos de conseguir seu “negócio próprio”. Sonha em tornar-se dona de uma lanchonete e ficar mais perto de suas filhas. Hoje ela é vendedora em loja de bijuterias e trabalha em um buffet aos finais de semana.

Nas palavras de Cristiane:

– *Mudou, porque... Nessa época assim quando eu tinha ela, assim, tinha os filhos pequenos eu não tinha como arrumar um serviço, entendeu? E eu não contava com dinheiro nenhum. Às vezes pra comprar uma fralda, alguma coisa, tinha que contar só com ele, com meu ex-marido... Entendeu?*

– *Aí, quando depois que eu comecei a pegar esse BPC, já começou... Já comecei a pensar em outras coisas, comprar uma roupinha melhor pra ela, um sapato. Às vezes pra mim, era pra comprar uma goteira pra por na perna dela, entendeu?*

– *Hoje eu me sinto, assim, protegida por esse dinheiro dela. Porque em último caso, eu tenho esse dinheiro. Eu me sinto protegida, foi esse dinheiro que protegeu a gente desde o começo quando eu comecei a ter que me virar sozinha... Quando ele foi preso pela primeira vez.*

É necessário relatar que Cristiane recebe o benefício há sete anos e que, ao começar a receber, seu ex-marido havia sido preso pela primeira vez.

Nas palavras da entrevistada, referindo-se a respeito das suas outras três filhas:

– *Porque esse dinheiro já sustentou as três irmãs dela, esse dinheiro ajudou muito, muito mesmo! Muitas vezes eu comprava fiado no mercado, quanto que é, 200 de alimentação, 300 eu pagava e o outro era fralda, quando era 400 e pouco. Pegava lá o mercadinho, às vezes não dava nem tudo, dava só metade (risos).*

As repercussões positivas foram sentidas pelas famílias nesta pesquisa. Ocorreu no geral melhora na qualidade de suas vidas, o que já foi amplamente relatado no terceiro capítulo, salvo exceção da família de Vera que não percebeu nenhuma mudança fundamental em suas vidas após recebimento do BPC.

Frases dos entrevistados, como “Levar a vida sem ter que ficar pedindo coisas para os outros”, “Sensação de ser reconhecida, de futuro promissor”, “Com o BPC posso falar e ser ouvida, respeitada” e “Posso realizar o sonho da casa

própria” deixam, através desse trabalho de pesquisa, as impressões de repercussões positivas na vida dos entrevistados.

O posicionamento da mulher na condução de suas famílias foi dado colhido de suma importância neste trabalho de pesquisa, pois, como confirma Campos e Miotto (2003:167): “desde data longínqua, o Estado opta por deliberar à mulher a provisão dos programas sociais governamentais, visto que elas permanecem mais tempo juntos aos filhos”.

Também, segundo a PNAS de 2004, cerca de 30% das famílias brasileiras dependem da direção da mulher, ou seja, o que de acordo com estudiosos do tema ocorre uma sobrecarga sobre a mulher. De acordo com Alencar (2010), tudo isto acontece sob os nomes da solidariedade, da descentralização e da parceria.

3.4 ANÁLISE GERAL: UNINDO OS CAMPOS PESQUISADOS

Após análise de cada campo, trago o resultado dos dados relevantes surgidos com as entrevistas, através da elaboração dos campos que nortearam o trabalho e que julguei importantes para melhor compreender como estas famílias vivem após o recebimento do benefício governamental.

Também, buscar responder a hipótese central dessa pesquisa, qual seja, que o BPC pode promover mudanças ou alterar as rotas de exclusão social, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e elevando poder de consumo, por parte dos beneficiários/ famílias.

É na família que as relações e responsabilidades estão postas, inclusive preconizadas através da Constituição Federal brasileira.

Concluo, apoiada teoricamente em Campos e Miotto (2003:175):

[...] a família, mediante divisão de tarefas e responsabilidades entre gênero e gerações constitui instância fundamental para o Estado de Bem- Estar. Assim, não é um acaso a presença de um modelo de solidariedade familiar vigente. Não existe apenas porque praticado de fato pelas famílias: a solidariedade é obrigada em lei, conforme

preveem as legislações vigentes sobre a convivência familiar nos diversos países.

Os campos foram analisados após profunda interpretação das entrevistas e buscando também compreender a subjetividade das respostas, nas reiteradas falas ou posicionamento dos entrevistados, dentro do processo de pesquisa de campo. Respeitando os diferentes contextos de vida, porém, ressaltando a similaridade presente localizada e trazida com os depoimentos e subsidiada por uma postura analítica referente à pesquisa.

O objetivo foi conhecer e entender o que as famílias entrevistadas têm em comum ou dados subjetivamente sentidos pelos três sujeitos da pesquisa, entre eles, destaco as próprias percepções de cada entrevistado acerca de possibilidades, vivências e alterações em suas vidas após a inclusão no programa e recebimento do BPC.

Segundo Rey (2003), “a subjetividade não é algo que vem de fora”, portanto, podemos entender que as sensações são reflexos da vivência de cada entrevistado no decorrer de suas vidas. Devemos, dessa forma, analisar que a subjetividade está contida, inclusive, na sociedade em que se vive e sobre a qual se constitui ser social; sendo que os valores de cada pessoa trazem o reflexo da sua vivência cotidiana.

É uma análise difícil, busquei trazer os resultados com toda lealdade no contexto das entrevistas realizadas.

Nesta pesquisa, foi minha preocupação perceber a distinção com que cada entrevistado relatou sua vida e sobre as repercussões do recebimento do benefício. Cada qual entende a seu modo a necessidade desse tipo de apoio governamental; não a dispensam, porém, de forma clara desejariam não necessitar dele. Esta se configura na primeira percepção da pesquisadora nesse trabalho.

Foi relevante também neste trabalho a abordagem sobre as mudanças concretas ocorridas na vida dessas famílias pesquisadas, qual seja: poder consumir mais, estudar, comprar algo que sem o benefício não conseguiriam, mas cabe relatar que nem todas se sentem contempladas integralmente com o valor recebido, pois um dos entrevistados evidenciou que com o valor recebido mensalmente, não realizou grandes mudanças no cotidiano, somente não estão

sendo privados de suas necessidades básicas. Dois dos entrevistados conferem ao BPC a forma de terem conseguido a independência, retratadas com palavras assim proferidas: “O BPC me trouxe independência, autonomia, liberdade, vontade própria, não depender da família para tudo, respeito”. Sendo essas as principais repercussões vivenciadas.

Neste sentido, relevante é a posição de Couto (2008) ao relatar que “os direitos sociais são colocados de forma a estabelecer relações entre as necessidades dos cidadãos e a realização de ações que permitam sanar tais necessidades básicas”.

Uma fala marcante de uma das entrevistadas foi “estar se sentido com mais poder nas mãos” e portanto, a hipótese desse trabalho de que a pessoa que precisa do suporte governamental, e ao recebê-lo, poderá realizar saltos qualitativos em sua vida foi evidenciada e contemplada nesta fala.

Das três entrevistas realizadas, duas relataram mudanças significativas em suas vidas, vislumbrando possibilidades outras de vida, que não seria possível não fosse o benefício recebido e um dos entrevistados não percebeu mudança substancial. Nas palavras dele: *“Ah, não vou dizer segurança, mas uma... Um suspiro a mais, uma cadeira para sentar, vai (risos). Porque tem hora que você está em pé e não tem nem onde sentar, né?”*

Apesar dos entrevistados estarem fazendo parte um programa governamental que lhes confere o valor de um salário mínimo, nos três casos trabalhados nenhum deles percebeu subjetivamente alteração no tratamento dos vizinhos ou maior respeito na comunidade em que vivem, referiam sim, mudanças na convivência com a parentela; sob o aspecto da independência, sendo que para eles é importante não depender da família extensa.

Um dado levantado no processo da entrevista e que merece ser relatado pela relevância é quanto à posição de subalternidade a que estão subjetivamente colocados os sujeitos da pesquisa. Ainda, é entendido por eles, que o benefício é como um bem, um favor, como algo “dado” pelo governo e não como um direito garantido pelo cidadão brasileiro. A cultura da Assistência Social como caridade, benevolência ainda é marcante no cotidiano dos sujeitos da pesquisa.

Para Yazbek (2007), “a Assistência Social apresenta sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário”.

Também vale destacar o que foi colocado nas entrevistas. Os sujeitos entendiam primeiramente como “aposentadoria” e não como um benefício com a condição pré-determinada de ser revisto a cada dois anos. O desconhecimento por parte do usuário deve ser levado em conta, pois se pode entender que as agências de governo não deixam claro para eles o que estão recebendo, nem por quanto tempo farão parte do programa.

A seguir, finalizando este capítulo apresento um resumo de como foram em geral percebidos os elos que associam os diferentes campos pesquisados. Esclareço que nele estão também colocadas as considerações relativas à subjetividade da pesquisadora.

A subjetividade conceituada aqui, conforme Rey (2003): “a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade.”

Sheila, mostra em todos os campos pesquisados a consonância e ligação entre eles. Primeiramente, buscou pelo benefício por mais de seis anos, não desistiu até que sua mãe fosse incluída no sistema de proteção. Necessitou procurar uma advogada para conseguir inserir sua mãe no programa.

Com uma parte do benefício realizou seu sonho de cursar uma universidade e também de ajudar sua mãe (a Beneficiária) a ressignificar sua vida, deixando de ser submissa e ganhando autonomia (palavra da própria Sheila) e respeito por parte de toda a família estendida.

Sua relação com a vizinhança e com a comunidade não foi alterada.

José e Vera, apresentaram respostas e percepções diferentes dos outros dois casos pesquisados, ao não se sentir plenamente contemplados com o valor recebido, tampouco por não se tratar de uma aposentadoria. Em relação aos outros campos da pesquisa houve congruência nas respostas. Apenas foi observada uma contradição: dizem que não podem contar com a família estendida, mas ao mesmo tempo, contaram que uma tia e algumas primas ajudam quando sentem necessidades financeiras quanto aos cuidados com familiares.

Também deixaram claro que não perceberam nenhuma alteração na convivência com seus vizinhos e relatam não terem notado modificação quanto aos tratamentos recebidos na comunidade em que vivem.

Embora ela e seu irmão, deixem claro que se sentem mais amparados e com alguma possibilidade na realização de seus pequenos sonhos com o benefício, não vislumbram grandes mudanças ou saltos qualitativos de grande proporção. O termo usado para designar o bem trazido pelo benefício foi “suspiro” ou “pseudo-proteção”. Muito embora, José relatou que ao comprar o fogão com o benefício comprou o melhor que tinha. Nas palavras dele: *“Fogão (risos). Compramos o mais luxuoso que tinha, pobre gosta de luxo, como diz o Joãozinho 30 (risos).”*

Mas é importante ressaltar que Vera recebe o benefício há apenas um ano e, nesse período, já adquiriram um fogão e um computador, comprados em prestações com o comprovante do recebimento.

Cristiane apresentou com suas respostas, relação entre os campos pesquisados. Relatou a importância do benefício em sua vida, pois através do benefício, além de ter melhorado o padrão de vida de sua filha (a beneficiária) e para os outros membros da família; referiu estar se sentindo protagonista de sua vida, não tendo que depender do seu ex-marido e também podendo pagar para sua irmã quando necessita de ajuda. Relatou que já teve muita ajuda de pessoas depois da doença de sua filha e que agora consegue, pelo menos financeiramente ser mais autônoma.

Nas palavras dela:

“Era muito complicado antes. Tinha um taxista que ele levava ela pra todos os lugares. Fazia isso, aí eu ia perguntar quanto que era, às vezes ele levava ela 5, 8 vezes e ele só me cobrava 50 reais. Todo dia 1º eu pego o BPC e eu chegava nele e perguntava: Quanto que é? Ele respondia: \$50 reais... Aí eu falava, mas não da nem da gasolina e ele falava: “Não, eu faço com o maior prazer! (risos)”

Hoje, com mais de sete anos que de recebimento do BPC, procura melhoria mediante um pequeno negócio próprio. A expressão usada para designar as mudanças vivenciadas foi de respeito e de “sensação de proteção”.

Com esta entrevista também pude analisar que dos três sujeitos da pesquisa, esta usuária foi a que demonstrou maior subalternidade em relação ao

apoio governamental. Relatou que não acha pouco o valor e que “as pessoas não devem se acomodar com o dinheiro do governo”. Ela entende como uma ajuda e não tem claro que é cidadã de direitos.

Os três sujeitos da pesquisa, deixam claro que exigem respeito para com esses parentes próximos, ou seja, mãe, filha e irmã respectivamente, que apesar da vulnerabilidade social a que estão expostos, são pessoas como quaisquer outra. O que muitas vezes não acontece. Nesse sentido, foi apurada nessa pesquisa que existem olhares discriminatórios sobre essas pessoas - como foi a fala de Cristiane – ao relatar que sente ofendida quando perguntam a ela : “sua filha não nasceu normal? Ou no caso de Sheila, ao relatar que os tios faziam de sua mãe a “empregada” deles. Devido o fato de ela não ouvir e como consequência falar muito mal, não tinha o mesmo tratamento dispensado aos outros irmãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faço minhas últimas reflexões, sem abandonar as emoções que a realização desta dissertação me trouxe, sobretudo no trabalho de campo. É chegado o momento de desenvolver as observações sobre os achados deste trabalho.

Experiência importante a - da pesquisa realizada-.

Caminhei no sentido apontado por Lüdke e André (1986:01) de que para realizá-la: “é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

O tema abordado levou à visualização das repercussões vivenciadas por famílias brasileiras que são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada: BPC.

Demonstrou-se a forma como três famílias brasileiras em situação considerada de vulnerabilidade social, se organizam atualmente em busca de continuar vivendo junto, com dignidade e como têm agido ao longo do tempo para proteger seus membros.

As transformações pelas quais passaram essas famílias foram amplamente percebidas e analisadas nesse trabalho. Com as descobertas significativas mediante a pesquisa.

A primeira colocação que merece ser destacada é de que as famílias entrevistadas não apresentam mais o arranjo tradicional do grupo familiar. Cada qual vive em formato diferente, demonstrando-se, portanto, atingidas pelas alterações gerais vivenciadas no âmbito da sociedade contemporânea.

As relações sociais e particularmente as vividas em família estão inseridas num universo tomado de complexidade. Com a pesquisa evidenciaram-se as particularidades dos casos pesquisados.

Apesar desta diversidade, ao analisar as mudanças ocorridas com ocorridas com elas, vemos que conseguiram realizar, de alguma forma, saltos qualitativos em suas vidas, dada a repercussão do recebimento do BPC, que as torna parte do Sistema de Seguridade Social Brasileiro.

Esta constatação caminha no sentido da validação da hipótese, relativa: à contribuição positiva da proteção governamental sobre as famílias protegidas pelo governo terão maior possibilidade de proteger seus membros, particularmente os dependentes.

Essas famílias podem, assim, realizar mudanças significativas e por vezes, tornam-se protagonistas de suas vidas, concretizando a proteção necessária para manter melhores condições de vida.

É importante destacar que as repercussões “sentidas” por elas não foram homogêneas, sendo que particularmente o terceiro sujeito da pesquisa relatou não perceber grande mudança em sua vida.

Neste sentido foi possível perceber as dificuldades que ainda estão presentes no cotidiano das famílias que dependem dos PTRs³⁰, criados pelo governo com o objetivo de permitir a sobrevivência; também foi possível no processo da pesquisa. Ficou claro que os sujeitos da pesquisa entendem como um avanço em suas vidas, porém, a insegurança na continuidade do recebimento é como “um fantasma” a assombrar essas famílias.

A PNAS traz em conteúdo a Matricialidade Sociofamiliar em que a proteção integral à família é prioridade, mas reflito que proteção é essa?

É inegável que houve avanço histórico na condução da Assistência Social como Política Social e Pública após 1988, mas “também há riscos de retrocessos conservadores, dadas as contradições na legislação e de alguns elementos de seus arcabouço conceitual” (TEIXEIRA, 2009:257).

No que diz respeito ao benefício em si, este impõe critérios, sendo assim, é direcionado para um perfil específico da população, quais sejam: pessoa com deficiência incapacitante e idosos com mais de sessenta e cinco anos sem condições de prover suas necessidades e nem tê-las providas por seus familiares. Cabe salientar que esta orientação está prevista no Art. 203 da atual Constituição Federal brasileira sendo regulamentado com título “BPC” na LOAS em 1993.

³⁰ De acordo com Maria Ozanira da Silva e Silva (s/d), “os PTR marcaram o debate internacional nos anos 1980 – contexto da crise estrutural do capitalismo. A transferência de renda situada no contexto de políticas de enfrentamento à pobreza e desigualdades sociais – pressupõe ação do Estado e articulação com políticas e programas estruturantes. Coloca-se como a orientação prevalente no Brasil e na América latina. No caso específico do BPC, este foi criado através da LOAS e não impõe condicionalidades e sim critérios de elegibilidade”.

No Brasil há urgência de ações governamentais na promoção da distribuição de renda entre todos os brasileiros, para um crescimento de forma igualitária, sem privilégio de pequenas elites. Entendo que a sociedade civil deve continuar cobrando do Estado as garantias constitucionais, necessárias para que isso ocorra.

Com a mobilização da população, as Políticas Públicas no Brasil, aconteceram de forma tímida é verdade, resultantes de muitas lutas travadas pela população, porém, na prática elas ainda são cambaleantes, deixando lacunas que necessitam ser preenchidas para que todos possam acessá-las de forma universalizante. Sabemos da necessidade de ações governamentais concretas para efetivação dos direitos adquiridos e que constam Constituição Federal.

Através das entrevistas é que pude perceber que houve o fortalecimento dos vínculos familiares, por vezes, esgarçados devido à vivência do cotidiano em sociedade e à falta de recursos que pudessem prover suas necessidades básicas. Com o recebimento do benefício, sentem-se mais fortalecidas e protegidas frente às vicissitudes da vida.

Deve-se levar em conta que dentro do conjunto da população há situações de pessoas que necessitam “apenas de um suporte”, para conseguir sobreviver com dignidade, ou seja, da proteção social por parte do Estado para transpor uma realidade severa de necessidades em todos os níveis. Isto se registrou em duas das famílias observadas: ao receber tal apoio mudaram concretamente suas vidas.

Pude ao conhecer as histórias dos entrevistados, perceber que cada um a seu modo exige respeito e quer ser visto como único, tendo desejos, sonhos e vontades próprias. Valiosa descoberta para mim foi a importância da pessoa que recebe o benefício na vida dos demais membros da família. Apresenta-se para mim a integridade das famílias desejando que seus membros, com necessidades especiais, sejam extremamente respeitados e visualizados por parte da sociedade e do governo brasileiro. A afetividade existente fica bem demarcada nesse campo analisado.

Outro dado relevante, descoberto nesse campo da pesquisa (Repercussões após recebimento do benefício), diz respeito à percepção que as famílias têm de que não gostariam de depender do benefício do governo e, se de

fato buscam este apoio, isso ocorre por não haver alternativa de outras formas de atendimento para suas necessidades básicas. Durante as entrevistas, esse dado foi evidenciado pelos três sujeitos da pesquisa.

É importante salientar que os gastos das pessoas com deficiência são grandes, pois, os tratamentos a que são submetidos exigem disponibilidade do acompanhante e de dinheiro para as despesas do cotidiano, referentes a: remédios, conduções especiais, lanches em momentos de consultas médicas, e terapias a que são submetidas, entre outros.

Quanto à **Rede de Apoio**: ressalto que essas três famílias foram unânimes em relatar que não têm com quem contar de forma concreta no dia a dia, e que a família estendida ou extensa³¹ dá pequeno suporte, apenas em momentos de muita necessidade, não fazendo parte integrante do seu cotidiano. A única ressalva diz respeito à entrevistada Cristiane que paga para a irmã tomar conta de sua filha, acrescentando ainda, que esta irmã necessita muito desse dinheiro, dada sua situação financeira também precária.

Ressalva deve ser feita, pois, enquanto pesquisadora, pude perceber que as três famílias contam de alguma forma com a parentela, ainda que esporadicamente. Provavelmente admitiram menos da ajuda com que podem contar.

A precariedade socioeconômica foi detectada com muita clareza no processo das entrevistas. Ficou evidenciada nesse campo (o primeiro da pesquisa: A vida antes do recebimento) a miserabilidade a que estavam expostas essas três famílias pesquisadas antes da inclusão no PTR: BPC.

Nesse campo da relação dos usuários com os moldes de acesso ao benefício (BPC), dois dados foram obtidos: a) os beneficiários ficaram sabendo da existência da possibilidade de receber essa quantia em dinheiro, assegurada pelo BPC, através de amigos ou conhecidos, b) também entendiam a priori se tratar de aposentadoria e não de um benefício que pode cessar.

³¹ Família estendida ou extensa: compreendida como aquela em que outros parentes se relacionam com a família nuclear, sem necessariamente conviver no mesmo domicílio. Para o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se por família extensa aquela que se estende para além da unidade dos pais e filhos, formada por parentes próximos. (SOUSA, 01/02/2010)

Ainda é importante ressaltar o que traz a cartilha da PNAS, ao orientar o público: a divulgação dos direitos dos cidadãos de ampla, contemplando toda a população necessitada.

Quanto aos dados colhidos foram bastante significativos, ao mostrar duas formas opostas quanto à obtenção do benefício pelos entrevistados: dois deles referiram não ter tido dificuldade: já que ao procurar pelo benefício diretamente no Posto do INSS, não tiveram restrições e nem dificuldades para sua inserção como beneficiário. No outro extremo, a entrevistada que está nessa condição há mais tempo (9 anos) teve que recorrer aos serviços de uma advogada. Os honorários desta última foram calculados no valor de três meses de recebimento do BPC, segundo a entrevistada.

Vale destacar que dada sua característica de benefício seletivo, segundo critérios de acesso bem normatizados, tem previsão legal de avaliação a cada dois anos podendo ser suspenso se o beneficiário não estiver mais dentro dos critérios de admissão. Nos três casos analisados, entretanto, nenhum deles foi chamado para possível revisão. Somente Sheila (a que recebe há mais tempo) relatou-me que no início recebeu a visita de uma assistente social para confirmar a necessidade da família de inclusão no programa.

Quanto à forma como é utilizado o dinheiro recebido, evidencia-se, nos três casos a centralidade do uso para as necessidades básicas. Fica claro que o alimento não pode faltar, esta é a prioridade na utilização do benefício para toda a família.

No caso de Cristiane, em que o BPC é atribuído por causa de sua filha, que tem deficiência incapacitante, há uma priorização na aquisição de fraldas, alimentos, leite especialmente para ela. Somente o que sobra do benefício é que será gasto com outras coisas, seja com as outras filhas, ou até mesmo poupado. Como mãe, a entrevistada afirma que vive atualmente para esta filha. Acrescenta que as outras “conseguem se virar sozinhas”.

Em relação às repercussões e mudanças trazidas pelo benefício em diferentes aspectos da vida, posso comentar que os dados obtidos foram bastante relevantes pela abertura de possibilidades reais de entendimento acerca da forma de vivência e da maneira de introjetar e refletir a potencialidade do

aproveitamento do BPC, pelos entrevistados, em sua vida, quero dizer que a sensação de pertencimento ou empoderamento se fez presentes nas entrevistas.

Além disso, segundo meu olhar em relação à presente pesquisa, não só este aspecto da abordagem foi um dos mais valiosos, como abriu espaço metodológico para que novas pesquisas possam ser efetivadas com a ambição de continuidade da exploração do tema, a partir dos beneficiários e com maior abrangência quantitativa e qualitativa.

Apesar de trabalharmos com a situação de apenas três famílias, a diversidade de posições em que elas se projetaram quanto às repercussões do BPC sobre suas vidas, permitiu visualizar tanto aspectos de sua positividade quanto, ao contrário, nenhuma percepção de mudança fundamental, como no caso da família de Vera.

No tocante, à oportunidade de abertura de melhorias importantes, de sonhos, de reconhecimento de bom futuro, foi verificada a oscilação dos posicionamentos, dentro das expectativas dos membros de cada família, aliado a uma percepção aspiracional relativamente baixa da própria população com relação ao Benefício da Prestação Continuada.

Enfim, busquei dar voz aos entrevistados e destaquei como formas sintéticas precisas, palavras deles, especialmente expressivas para traduzir sua personalidade quanto à importância do recebimento do Benefício, ao lado de certa crítica sobre seu alcance:

“Autonomia”, diz Sheila usando esta palavra para dizer que com o benefício pode falar e é ouvida. Também ele permite sonhar um sonho antigo e único que pode ser expresso como o da grande maioria dos brasileiros: o de ter sua casa própria. E de realizá-lo no futuro, ao poder começar a juntar renda para tal.

“Proteção” foi o termo usado por Cristiane, para designar o que sente em referência ao BPC, afirmando que hoje sabe que não faltará nada para sua filha. Assim pode ficar mais despreocupada, utilizando seu próprio dinheiro (renda proveniente de trabalhos esporadicamente realizados) com sonhos maiores como o de terminar de construir um salão para montar uma pequena lanchonete na frente de sua casa.

“Um respiro”, foi a palavra utilizada por Vera e seu irmão José, já que sabem que as contas serão pagas e não faltará o básico para comer. Também sentem que o fato de não ter mais de ficar pedindo dinheiro para sua família extensa criou neles a sensação de uma “Pseuda- Segurança”.

Quer dizer, com essas duas expressões, mostram que sabem que a ajuda pode ser temporária, mas é muito importante no momento, e até mesmo poderá criar melhoras para o futuro.

Eles não relacionaram o recebimento do BPC à possibilidade ou ao desejo de alguma mudança substancial em suas vidas. Ressaltam que o desejo é poder levar a vida sem ter que ficar pedindo coisas para os outros.

Termino relatando, a meu ver, bastante significativo além de sobressair neste momento em minha própria subjetividade, um dado importante, para análise e compreensão da organização das famílias com as quais pude conviver na pesquisa, diz respeito à posição das mulheres entrevistadas quanto ao casamento e de sua perspectiva de convivência com os homens.

Perguntadas quanto a ter marido, namorado, e à possibilidade de se contar com eles, as entrevistadas apresentaram certa distância: Sheila disse que está noiva e vai casar, mas o noivo a ajuda esporadicamente, nada relevante; já Cristiane não conta com o ex-marido que está preso e afirmou que não “precisa de homem para viver”. A entrevistada Vera me relatou nunca ter namorado.

A pesquisa também evidencia a relevância do papel ocupado pelas mulheres na família, especialmente quanto aos cuidados com seus membros e de forma crescente das famílias monoparentais femininas.

Na verdade, o Governo Federal ao definir que os benefícios sejam destinados prioritariamente às mulheres, já que de forma geral são elas que estão na liderança de suas famílias, faz recair sobre elas uma responsabilidade de administrar e fazer com que esse dinheiro deva render para toda a família.

A dimensão de gênero imprime diferenças aos papéis masculinos e femininos, cabendo a responsabilidade da manutenção do lar, do cuidar e do olhar para os membros da família, quase que exclusivamente à mulher, conforme explicitado ao longo dessa dissertação.

Enfim, concluindo, deixo a minha impressão de que a vida em sociedade ser beneficiada pela estruturação e implementação de Políticas Públicas que garantam a soberania do povo brasileiro.

Ainda que, quanto ao Brasil tomando a canção de Gilberto Gil devamos dizer:

“Oh! Mundo tão desigual, tudo tão desigual! De um lado esse carnaval, do outro a fome total.

Para finalizar, acredito que este trabalho, sem maiores pretensões, pode oferecer contribuições às discussões sobre as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social e à proteção social a elas dispensada na contemporaneidade brasileira.

Também é importante ressaltar que, de modo geral, a população brasileira sabe que este programa não é tudo a que tem direito, mas a subalternidade a que está submetida não lhes permite ousar entender que o Brasil do século XXI traz, através de sua Constituição Federal direitos adquiridos que não podem ser negados mesmo que a universalização desses direitos não tenha sido realmente implantada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. 4ª. ed. São Paulo: IEE - PUC/Cortez, 2009.

AGUIAR, Antonio G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Monica M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A. et. al. (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BENTO, M^a. A. S. **Cidadania em preto e branco - discutindo as relações raciais**. São Paulo: Ática, 2003.

BERNARDES, Lúcia H. G. **Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BERNARDO, Terezinha. **Negras, Mulheres e Mães - lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Educ/ Pallas, 2003.

BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Orgs.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas Sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. s/d. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio/visualizar_pratica_publica?>. Acesso em: 22/07/2012.

_____. Presidência da República. **Fome Zero - Conceito**. s/d. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 09/06/12.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sala de Imprensa. **Jornal do MDS**. Brasília, diversas edições. Disponível em: <www.mds.gov.br/saladeimprensa>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita-Suas**. Volumes 1, 2 e 3. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Jornal MDS**. Brasília, março 2012. Disponível em: <www.mds.gov.br/saladeimprensa>. Acesso em: 23/07/2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha BPC - Benefício de Prestação Continuada**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.previdenciasocial.gov.br-cartilhadoBPC>.

BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et. al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMPOS, Marta S.; MIOTO, Regina C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**. Brasília - DF, nº. 12, Departamento de Serviço Social - UNB, 2003.

_____ ; TEIXEIRA, Solange M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, jan./jun. 2010.

_____ (Org.). **Trabalho com famílias**. Vol. 1- Metodologia e Monitoramento. São Paulo: IEE-PUC/SAS- Secretaria Municipal de Assistência Social, s/d. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2012/05/Trabalho%20com%20Fam%C3%ADlias%20-%20Volume%201.pdf>>.

_____ (Org.). **Trabalho com famílias**. Vol. 2 - Textos de apoio. São Paulo: IEE-PUC/SAS- Secretaria Municipal de Assistência Social, s/d. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Trabalho-com-Fam%C3%ADlias-Volume-2.pdf>>.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. In: BONETTI A. L.; ABREU, M^a A. A. (Orgs.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

CARNEIRO, S.; SANTOS, A. de O. Costa. **Mulher Negra**. Conselho Estadual da Condição Feminina. São Paulo: Nobel, 1985.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. Série Eventos. São Paulo: EDUC, 1995.

CASTRO, M. **História do Serviço Social na América Latina**. 11^a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CERQUEIRA, Monique B. Pobres e Pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis, Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, 2009.

COUTO, R. B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

_____ ; RAICHELIS R.; SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M^a C. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania.** 7^a. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2004.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas.** 4^a. ed. São Paulo: IEE - PUC/Cortez, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 4^a. ed. São Paulo: Positivo, 2009.

FRANCO, M^a L. P. B. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social.** Lisboa: Presença, 1994.

_____ ; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje.** São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo.** São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam International, 2009.

GUIMARÃES, Rosamélia F.; CAVICHIOLI, Silvana. In: **Família - Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, IEE - PUC/SP, 2008.

HENRIQUES, Ricardo. **Que país é este?** Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira. Série mídia e mobilização social. Vol.4. São Paulo: Cortez, 2003.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, UFSC, 25 a 27 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 09/06/12.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** São Paulo: Cortez, 2011.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. **A construção social do mercado de previdência privada e a redefinição de cidadania**. s/d. Disponível em: <<http://dinamicasocial.br.tripod.com/resignacao.htm>>. Acesso em: 06/07/2012.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2008.

KYRILLOS NETO, Fuad; OLIVEIRA, R. T.; SILVA, R. de O. (Orgs.). **Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2009.

LANE, Silvia T. M.; BANCHS, Maria Auxiliadora; ARRUDA, Angela; CABRUJA, Teresa. **Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?isbn=857396149X>>. Acesso em: 31/10/2012.

_____; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social - O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEGNANI, Viviane Neves et. al. **Família nuclear**: um ideário de proteção contra a violência. Goiânia: Faculdade de Educação - Universidade Federal de Goiás, s/d. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVEN_ABRAPSO/276.%20fam%CDia%20nuclear.pdf>. Acesso em: 09/06/12.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes**. São Paulo: IEA/USP, 2001. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>>. Acesso em: 27/05/12.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. D. **Pesquisas em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Carlos A. B. **Benefício de Prestação Continuada**: as armadilhas. São Paulo: Letras à margem, 2008.

MARANHÃO, César H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana E. (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. **Serviço Social**: Identidade e Alienação. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINO, Monica de. **Infância, Família y Género**. Múltiplas problemáticas, múltiples abordajes. Montevideo: Editora Cruz del Sur, 2010.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M^a L. **Subjetividade e conhecimento**. São Paulo: Vetor, 2002.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana E. (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64**. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Ione da S. C. **Educação, cidadania e violência nas escolas: desafio dos novos tempos**. 2002. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/760/662>>. Acesso em: 23/06/12.

OLIVEIRA, Heloisa M. J. de. **Cultura Política e Assistência Social - Uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas – Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica do pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; BRAVO, Mª Inês S. (Orgs.). **Política social e Democracia**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PRIORE, M. Del; VENANCIO, R. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Psicologia Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Florianópolis, SC: UFSC, 2003.

REY, Fernando L. G. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação teórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RICO, E. M. et. al. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/ Cortez, 2009.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M^a C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6^a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**. O Social e o Político na Pós Modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. **A crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Cartilha do Instituto do Legislativo Paulista - ILP**. São Paulo: Fundação Mário Covas. s/d.

SARACENO, C. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARTI, C. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, IEE - PUC/SP, 2009.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, IEE - PUC/SP, 2009.

_____. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, vol. 21, nº. 3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000300010&script=sci_arttext>.

_____ (Org.). **As artinhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SEGALEM, Martine. A revolução industrial: do proletário ao burguês. In: COLIN, A. (Org.). **História da família**. 1ª edição portuguesa. Terramar, março de 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. A. A. da. O sentido da reflexão sobre autonomia no serviço social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, nº. 2, vol. 6, jan./jun. 2004. Disponível em: <www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v6n2.htm>. Acesso em: 02/07/2012.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. A política social brasileira no século XXI. A prevalência dos programas de transferências de renda. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Avaliando o Bolsa-Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os Programas de Transferência de Renda (PTR): o Bolsa Família (BF) no enfrentamento à pobreza e na garantia de direitos**. s/d. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/viii-conferencia-nacional/oficinas/16_maria-ozanira-silva-e-silva.pdf/download>. Acesso em: 23.07.2012.

SOARES, Ana. **Mobilização de parlamentares e prefeitos reforça luta para transformar Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Lei.** 28/07/2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/noticias/mobilizacao-de-parlamentares-e-prefeitos-reforca-luta-para-transformar-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-em-lei/>>. Acesso em: 03/06/12.

SOUSA, Áurea Maria Ferraz de. **O que se entende por família extensa?** 01/02/2010. Disponível em: <http://ww3.lfg.com.br/artigo/20100129191821741_eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente_o-que-se-entende-por-familia-extensa-aurea-maria-ferraz-de-sousa.html>. Acesso em: 24.10.2012.

SPOSATI, A. et. al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº 87, Edição especial SUS e Suas, 2010.

TEIXEIRA, Solange Mª. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Revista de Políticas Públicas.** São Luís, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, vol.13, nº. 2, 2009.

VAITSMAN, Jeni; SOUSA, Rômulo P. (Orgs.). **Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados.** Vol.2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

WANSETTO, R.; SILVA, E. G. P. O. (Orgs.). Em mutirão, construindo alternativas desde o Sul. In: **Ciclo de Debates – Modelo de Desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil.** São Paulo, 2009.

YAZBEK, M. C. Assistência Social brasileira nos anos 90: A refilantropização da questão social. **Cadernos Abong/CNAS.** São Paulo: Abong, 1995.

_____. **Classes subalternas e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo, 2007.

_____. **Estado e Políticas Sociais**. Artigo Acadêmico Científico. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2011.

ZOLA, Marlene B. **Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes** - A questão das políticas públicas\sociais em relação à família: estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2011.

ANEXOS

Constituição Federal de 1988:

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

**PUC-SP TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: FAMÍLIAS INCORPORADAS À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- PNAS: ESTUDO DAS REPERCUSSÕES DO BPC (BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA) EM SUAS VIDAS. O projeto de pesquisa será conduzido por Cássia Mazeti Rossi, do curso de mestrado em Serviço Social, da PUC-SP (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO), orientado pela Professora Doutora Marta Silva Campos, pertencente ao quadro docente da **PUC-SP**. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação da Dissertação de Mestrado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente proposta deste trabalho tem como objetivo identificar saltos qualitativos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa. Fui esclarecido(a) sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

São Paulo, de de .

Assinatura do participante.

Assinatura da pesquisadora: _____

Nome da Pesquisadora responsável: Cássia Mazeti Rossi

Endereço: Rua Monte Alegre, 984.

Bairro: Perdizes

São Paulo- SP

Fones: 11 3670-8000

Email:

Assinatura do orientador: _____

Nome: Marta Silva Campos

Endereço: Rua Monte Alegre, 984.

Bairro: Perdizes

São Paulo- SP

Fones: 11 3670-8000

Email: